

Fundação Casa de Rui Barbosa
Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Aderlândia de Araújo Moreira

**Memória: Rádio na Comunidade – do poste à internet,
a Rádio Brisa na Rocinha (2000 – 2019)**

Rio de Janeiro

2020

Aderlândia de Araújo Moreira

**Memória: Rádio na Comunidade – do poste à internet,
a Rádio Brisa na Rocinha (2000 – 2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial

Orientadora: Prof^a Dr^a. Eula Dantas Taveira Cabral

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
FCRB

M838m Moreira, Aderlândia de Araújo
 Memória: Rádio na Comunidade – do poste à internet, a Rádio Brisa na Rocinha (2000 – 2019) / Aderlândia de Araújo Moreira. – Rio de Janeiro, 2020. 170 f.

 Orientadora: Profa. Dra. Eula Dantas Taveira Cabral.
 Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2020.

 1. Rádio comunitária – Estudo de casos. 2. Rádio comunitária – Aspectos sociais. 3. Rádio Brisa (Rocinha, Rio de Janeiro, RJ). 4. Expressões culturais. I. Cabral, Eula Dantas Taveira, oriente. II. Título.

CDD: 302.98153

*Responsável pela catalogação:
Bibliotecária – Carolina Carvalho Sena CRB 6329*

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Aderlandia de Araújo Moreira

**Memória: Rádio na Comunidade – do poste à internet,
a Rádio Brisa na Rocinha (2000 – 2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial

Aprovado em: 07 de maio de 2020.

Banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Eula D. T. Cabral (Orientadora) FCRB

Prof.^a. Dr.^a. Lia Calabre de Azevedo (Membro Titular Interno) FCRB

Prof.^a. Dr.^a. Joëlle Rachel Rouchou (Membro Suplente Interno) FCRB

Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho (Membro Titular Externo)
UFF (Universidade Federal Fluminense)

Prof.^o. Dr.^o. Andrea Meyer L. Medrado (Membro Suplente Externo)
UFF (Universidade Federal Fluminense)

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Arlete de Araújo.

Ao meu filho lindo, Miguel.

Amo vocês e muito obrigada por compreenderem:

Os dias em que não pude brincar ao seu lado, filho.

E tantas noites em que contei com o apoio da minha mãe.

Esse trabalho é um pouco de vocês também.

À professora, Eula Cabral, pela paciência e carinho comigo.

A todos os amigos, especialmente aos que ganhei neste mestrado,
meus colegas de sala de aula. Vou sentir saudades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e a todos os seus membros, os meus queridos, todos, sem distinção, foram maravilhosos, sábios e dedicados.

Em especial, agradeço à minha orientadora, Eula Cabral, que teve muita paciência, tranquilidade e sabedoria para lidar com os meus estranhos e apertados horários, redistribuídos no meu cotidiano de ser mãe, trabalhar fora, dona de casa e estudante de mestrado.

Aos Professores da Banca Examinadora, Adilson Cabral e Lia Calabre, por terem aceitado meu convite e dispor de uma enorme boa vontade, além de acrescentarem maravilhosas dicas a este trabalho. Aos professores membros suplentes, Andrea Medrado e Joëlle Rouchou (minha amada professora de longa data).

Agradeço ao Elias Lira, que me recebeu de braços abertos na Rádio Brisa e sempre foi muito atencioso. Aos entrevistados, Fabiana Rodrigues, Fernando Ermiro e Michel Silva, pela pré-disposição e boa vontade.

Agradeço à minha amiga querida e professora, Renata César, que me recebeu em sua casa dispondo um final de semana inteiro para este projeto. Agradeço à minha amiga, Rhady, que mesmo em outro país, prontamente me ajudou com o resumo desta dissertação. Muito obrigada, minha flor. Agradeço às amigas do grupo de *WhatsApp*, Família Frenética, da Rocinha, por responderem o questionário e encaminhá-lo para todos os conhecidos.

Agradeço mais uma vez à minha mãe, linda, esforçada e guerreira, exemplo de sabedoria, inteligência, amizade e companheirismo, te amo!

E mais uma vez, agradeço ao meu filho lindo, Miguel. Compreensivo e carinhoso. (meu coração fora do corpo).

Agradeço à Alessandra Baldner, minha amiga, antes de ser minha chefe, que me apoiou e compreendeu tudo que eu estava passando durante esses dois anos e à equipe do Rioprevidência, por ser uma equipe que me motiva e me incentiva a estudar.

Agradeço aos amigos que fiz na Fundação Casa de Rui Barbosa, alunos que, assim como eu, se esforçaram para ter os seus diplomas. Era mais uma turma que tinha tudo para ser estranha, pessoas de diversas idades, classes sociais e pensamentos diferenciados. Nos tornamos uma turma uníssona e companheira.

E por último, mas não menos importante, ao divino e maravilhoso Deus por me guiar e me dar forças em todas as minhas conquistas.

“É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Constituição Federal de 1988, artigo 5º, Inciso IX – Liberdade de Expressão.

RESUMO

MOREIRA, Aderlandia de Araújo. *Memória: Rádio na Comunidade – do poste à internet, a Rádio Brisa na Rocinha (2000 – 2019)*. 2020. 170 f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020.

Esta presente dissertação trouxe como objeto de estudo a Rádio Brisa que funciona na Rocinha, uma das maiores favelas da América Latina. O objetivo foi contribuir na elucidação de novas vertentes comunitárias, raiz do conceito alternativo e comunitário, além de problematizar os cenários atuantes da Rádios Brisa, apresentando seus moradores, a importância histórica, as novas tecnologias, a importância de ser também rádio de poste, a postura social e política e as questões legislativas que englobam uma rádio sob o conceito de “comunitária” ou não. Foram utilizadas pesquisas qualitativas, entrevistas semi-estruturadas, além de revisão bibliográfica e de cunho crítico e acadêmico. Destacam-se também as expressões culturais e as representações comunicacionais da Rocinha, desde projetos de teatro às páginas de mídias sociais que a representam hoje. O Manual para Rádios Feitas em Comunidades conclui também esta dissertação, permitindo acesso e uso gratuitos aos que tiverem interesse pelo tema “comunitário” e atuar em rádios locais com maior esclarecimento sobre as novas linguagens da internet, redes sociais e a legislação vigente.

Palavras-chave: Memória. Rádio Brisa. Rocinha. Cultura. Mídias Comunitárias. Rádio Comunitária.

ABSTRACT

MOREIRA, Aderlandia de Araújo. *Memory: Radio in the Community - from the pole to the internet, Radio Brisa in Rocinha (2000 – 2019)*. 2020. 170f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation brought Rádio Brisa that works in Rocinha, one of the largest slums in Latin America, as an object of study, the objective was to contribute to the elucidation of new community strands, the root of the alternative and community concept and how are the active scenarios Brisa radios with residents, in historical importance, with new technologies, the importance of also being a pole radio, what is the social and political posture and what legislative issues encompass a radio under the concept of “community” or not. We worked with a qualitative questionnaire, semi-structured interviews and bibliographic and academic research. Rocinha's cultural expressions and communicational representations also stand out, from theater projects to the social media pages that represent it today. Concluding with a product, the Manual for Radios Made in Communities, which will allow free access to those who intend to understand the concept of “community” and work in local radio with greater clarification about the new languages of the internet, social networks and the current legislation.

Keywords: Memorial. Brisa Radio. Rocinha. Culture. Community Media. Community Radio.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1 Mapa da Rocinha e suas áreas.....	59
Figura 2 Cabeçalho do Questionário Rádio Brisa na Rocinha – Questionário Moradores	80
Figura 3 – Gráfico - Idades dos Participantes do questionário.....	80
Figura 4 Gráfico participantes - homens e mulheres.....	81
Figura 5 Gráfico resultado dos participantes - localidade de moradia	81
Figura 6 Gráfico resumo sobre quem escuta a Rádio Brisa	82
Figura 7 Meios de comunicação onde a Brisa é ouvida	82
Figura 8 Gráfico sobre o funcionamento da Rádio Brisa.....	83
Figura 9 Gráfico sobre funcionamento da Rádio Brisa	83
Figura 10 Gráfico programas ouvidos	84
Figura 11 Reprodução do Questionário - Perguntas opinativas	84
Figura 12 Gráfico resultado da divulgação da Rádio Brisa.....	85
Figura 13 Gráfico sobre utilização da rádio Brisa - Serviços.....	85
Figura 14 Gráfico Tipos de Serviços.....	86
Figura 15 Gráfico Realização da Rádio Brisa	87
Figura 16 Gráfico Rádio Brisa contribuição para a História da Rocinha.....	87
Figura 17 Reprodução Pergunta História - Opinitiva	88
Figura 18 - Capa Manual da Rádio Brisa	100
Figura 19 - Contracapa do Manual Para Rádios Feitas em Comunidade.....	135
Figura 20 - Exibição Página Vídeo Rádio Brisa.....	140
Figura 21 Entrevista Elias Lira na Rádio Brisa	163
Figura 22 Matéria, grupo Dreams Models.....	164

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações
CIESP Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
ECAD Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
FM Frequência Modular
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCTIC Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
ONG Organização Não-Governamental
PAC Programa de Aceleração e Crescimento
PNOs Planos Nacionais de Outorgas
R.A Região Administrativa
RADCOM Radiodifusão Comunitárias
SIC *sic erat scriptum*, traduzido: "assim mesmo"
UPP Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 O RÁDIO NO BRASIL.....	19
1.1 Radio Livre e Alternativa – o começo.....	22
1.2 Rádios Piratas	28
1.3 Movimentos das Rádios Livres em Outros Países	28
1.3.1 Movimento Alternativo, no México	28
1.3.2 Clube Mencia - Programa de Rádio Dedicado às Mulheres Camponesas	29
1.3.3 Rádios Rebeldes de Che Guevara.....	30
1.3.4 Rádios Mineiras Bolivianas.....	30
1.3.5 Rádios Livres de El Salvador	31
1.3.6 Europa, o Berço das Rádios Livres	31
1.4 Legalidade para as Rádios Livres Estrangeiras	33
1.5 O Mercado de Rádios Comerciais e Suas Extensões.....	33
1.6 Rádios Livres Brasileira – O Início.....	35
1.7 Transição	37
2 RÁDIOS NA COMUNIDADE	38
2.1 Órgãos Competentes.....	42
2.2 Rádios Comunitárias em Números	43
2.3 A Legislação e os Trâmites de habilitação.....	46
2.4 Legislação e Recursos Financeiros.....	50
2.5 Rádio de Poste e a Legislação Municipal.....	52
3 POR DENTRO DA ROCINHA.....	56
3.1 Cultura na Rocinha: grupos, ações e pessoas.....	61
3.1.1-Companhia Semearte - Teatro, Dança, Música.....	63
3.1.2 <i>Dreams Models</i> – Modelo e Manequim	64
3.1.3 Escola de Música da Rocinha (EMR).....	64
3.1.4 Geleia da Rocinha.....	65
3.1.5 Via Sacra da Rocinha	66
3.1.6 Wark da Rocinha	66
3.2 Mídias Locais da Rocinha	67

4	RÁDIO BRISA.....	73
4.1	Brisa e os Aspectos Sociais.....	73
4.2	Brisa e os Moradores da Rocinha.....	79
4.3	Brisa e a Legislação	90
4.4	Brisa e o Lugar de Memória.....	92
4.5	Radio Brisa e a tecnologia como ferramenta	95
5	MANUAL PARA RÁDIOS FEITAS EM COMUNIDADES.....	101
5.1	Rádio Comunitária e as Normas Legais.....	101
5.1.1	RadCom e seus entraves.....	103
5.2	Estou na rádio, e agora, o que fazer?.....	106
5.2.1	Faça o melhor para uma melhor Programação.....	106
5.3	O Programa.....	108
5.3.1	Planeje, antes de tudo.....	109
5.3.2	Estude, pesquise, dedique-se ao programa.....	110
5.3.3	Evite ser superficial.....	111
5.3.4	O programar para todos.....	111
5.3.5	Pense no tempo.....	112
5.3.6	Quem será o público-alvo?.....	113
5.3.7	Qual mensagem você quer passar para seus ouvintes?.....	113
5.4	Tipos de Programa	113
5.4.1	Debates / Mesa Redonda e Painel.....	114
5.4.2	Entrevistas	114
5.4.3	Equipe, Recursos Sonoros, Entrevistas e Texto.....	119
5.5	Recursos Sonoros e Jargões do Rádio.....	120
5.5.1	<i>Background</i> (lê-se bequegraunde).....	120
5.5.2	<i>Fake News</i> (lê-se faique neus).....	121
5.5.3	Fonte.....	121
5.5.4	<i>Hashtag</i> (lê-se rechitegue).....	122
5.5.5	<i>Jingle</i>	122
5.5.6	<i>Off</i>	122
5.5.7	<i>Play-back</i>	122
5.5.8	<i>Playlist</i>	123
5.5.9	<i>Podcast</i>	123
5.5.9.1	Sonora.....	123

5.5.9.2 <i>Spot</i> Publicitário	123
5.5.9.3 Vinheta.....	124
5.6 Caprichando nas Entrevistas.....	124
5.7 Criando um Roteiro.....	126
5.7.1 Exemplos de Roteiros	128
5.7.2 Recomendações para utilizar no Roteiro, de acordo com a numeração indicada no modelo 1:	129
5.8 Começando uma Rádio Comunitária	131
5.8.1 Localização e Estrutura	132
5.9 Montando uma Web Radio.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXOS.....	150

INTRODUÇÃO

O rádio, aparelho eletrônico que encanta os ouvintes, tem um histórico desde as rádios de corneta, que no século XX conseguiam reunir as pessoas em praças públicas, ávidas pelas transmissões de futebol. Nos anos cinquenta, muitas pessoas acreditavam que a rádio seria substituída pela TV, a imagem sendo projetada, reproduzindo os festivais de música e, as radionovelas, que seriam televisionadas (e deixariam as radionovelas para trás).

O rádio, este transformador meio de comunicação, continuou a ser usado como forma de expressão em meio à ditadura, mostrando a potência frente à censura e o controle. As rádios livres retornam com a redemocratização. Na América Latina, elas já eram potências de fala. No Brasil, há relatos da primeira transmissão ter sido realizada por jovens, apaixonados pelo rádio. Por outra perspectiva, começaram a aparecer diversas rádios contra a opressão e a ditadura. As rádios livres chegaram no Brasil e ficaram, tomaram corpo, passaram a ser a alternativa perante as rádios comerciais, cujo objetivo maior é o comércio lucrativo. As rádios livres falam de igual para igual com os ouvintes. Sofrem a dor de cada um, conhecem suas necessidades e retratam o dia-a-dia das localidades onde estão inseridas. Essas rádios, que começaram por volta da década de 60, foram fortalecidas por instituições sociais que até hoje sonham com a possibilidade de um funcionamento decente e à altura de suas posturas sociais.

Sabe-se que nem todas realizam em suas programações uma visão plural e social, que muitas realizam os trabalhos como as comerciais. Mas não são essas que incentivaram esta dissertação.

Diante deste cenário rico e plural, o objetivo desta dissertação é analisar a Rádio Brisa no recorte temporal de 20 anos (1999 - 2019), em diferentes cenários, e o resultado de suas atividades para os moradores da Rocinha. Além disso, produzir um manual que auxilie os interessados em programas feitos em Comunidades e em emissoras locais, material que ficará aberto ao público na página da Rádio Brisa, no PPGMA e no blog <https://memoriaradionacomunidade.wordpress.com/>

A metodologia científica adotada neste trabalho leva em consideração as pesquisas bibliográficas e documental, entrevistas semi-estruturadas, além de elaboração e aplicação de questionário. No caso da pesquisa bibliográfica, analisam-se obras e artigos sobre a importância do conceito de rádio local, comunitária, comunicação alternativa, além de sua relevância, o papel dos meios de comunicação para a sociedade, o viés político, dentre outros. Na pesquisa documental, verifica-se a legislação ligada ao rádio e ao conceito de Rádiodifusão Comunitária. No caso das entrevistas semi-estruturadas, foram feitas com representantes da Rocinha para

elucidar o papel da rádio dentro da Comunidade. Foram eles: Elias Lira (presidente da Rádio Brisa), Fernando Ermiro (historiador e coordenador do Museu Sankofa), Michel Silva (coordenador geral do projeto de comunicação popular, Fala Roça) e Fabiana Rodrigues (Fundadora da página sócia, Rocinha em Foco). O questionário foi disponibilizado de forma *online* e aberto ao público, seu compartilhamento foi divulgado em grupos de *whatsapp*¹ da Rocinha e nas plataformas de redes sociais como *facebook*. Ele consiste de 16 perguntas, todas questões relacionadas à Rádio Brisa. De 100 contactados, 68 responderam através do endereço eletrônico. Todo o resultado está aberto ao público pelo blog já mencionado.

O trabalho está dividido em cinco partes. A primeira apresenta o panorama sobre o que foi o Rádio no Brasil: os movimentos de rádios livres estrangeiras, como ela chegou ao país e, o início das caixas de som nos postes da cidade, reunindo pessoas, fomentando novos programas radiofônicos, cantando e encantando principalmente os que podiam pagar por novos aparelhos de rádio e usufruir de aulas de línguas estrangeiras, conferências e palestras da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, junto a uma programação de músicas eruditas.

Mas logo depois o Rádio perde o aspecto “educacional”, abrindo espaço às radionovelas, músicos e rainhas do rádio e, conseqüentemente, propagandas e comerciais. Na década de 1980, ele passa a ser o veículo mais consumido da população e até hoje, mesmo com as concorrências tecnológicas, não perde o seu espaço.

Ainda neste capítulo, trabalha-se o conceito “alternativo”, o que justifica a busca por novos métodos de comunicação através do rádio. Grinberg (1987) explica os cinco conceitos do “alternativo” (o autor afirma que não são os únicos conceitos, mas aqueles em destaque), com características massivas e não massivas, nos orientando às possibilidades, ao uso deste conceito como respaldo para diferentes formas de se comunicar, ter diferencial e a quebra o monopólio comercial da utilização das ondas eletromagnéticas. Destaca o surgimento das rádios livres, o movimento na América Latina e na Europa, para que, o leitor, tenha a oportunidade de vislumbrar todo o cenário, personagens e importantes movimentos sociais que utilizaram as rádios livres como ferramenta de mobilização. Tais temas perpassam por outras questões importantes, como as Rádios Piratas, a legalidade para as Rádios Livres estrangeiras, o mercado das rádios comerciais e as extensões que possuem, até chegar às atividades das Rádios Livres brasileiras e sua transição – que vai embasar o próximo capítulo.

No segundo capítulo analisa-se a rádio local, a partir das rádios populares, comunitárias, o conceito de “rádio comunitária”, e as discussões, visões e retaliações as que são sujeitadas.

¹ Aplicativo de troca de mensagens multimídias que pode ser inserido em celulares smartphones Androids ou com o sistema iOS.

Verificam-se os órgãos governamentais criando e, ao mesmo tempo, usando a máquina pública, através do setor fiscalizador, para prender com veemência, desqualificar, desmerecer e até marginalizar tais rádios e os movimentos que estão por trás das mesmas. Assim como a Legislação (Lei 9.612/98) – assunto extensível ao capítulo 5; e, são tratados os trâmites de habilitação (documentações necessárias) – os quais são cada vez mais difíceis e cercados de novas regras, como a criação do Plano Nacional de Outorga, o que dificulta ainda mais o funcionamento dessas rádios, pois limitam sazonalmente a concessão delas. Diante deste panorama, como não pensar na questão do direito à liberdade de expressão? Tão lembrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto na Constituição Federal, em seu Artigo 5º. Até onde o direito de um começa quando o do outro termina? Peruzzo (1998), acrescenta que o Brasil é signatário do Pacto de San José da Costa Rica, celebrado em 1969, o qual não pode estar sujeito à censura prévia e que a liberdade de expressão e opinião devem ser respeitadas.

Também é apresentado um panorama sobre as Rádios Comunitárias, e suas formas de angariar recursos financeiros, além de abordar questão desafiadora: por que não municipalizar sua legislação para funcionamento?

No terceiro capítulo, apresentamos a Rocinha e suas: representatividade, história, números, informações, além de mapa da comunidade que indica seus sub-bairros.

Além de citar a importância da representatividade local, destacando algumas ações, artistas e projetos sociais com as nuances culturais da localidade, todos, de alguma forma, são peças que constroem a realidade da comunidade e contribuem para desmistificar a visão de que a favela é perigosa, e sim um lugar tomado por cultura e expressões artísticas.

Outros veículos de informações da Rocinha, sejam eles, radio *web*, rádios com *dials*, jornais impressos, ou mídias virtuais - como páginas em redes sociais ou blogs, são citados neste trabalho. Pretende-se com isso, mostrar as linhas de comunicação na comunidade, algumas foram criadas por pessoas que se baseiam em suas vivências ou, são mídias mais jornalísticas, a contribuir para uma comunicação mais abrangente da e sobre a Rocinha. Questão que sempre bate à porta, quando se trata de rádio, são os programas religiosos. Na comunidade, quatro rádios são dedicadas ao direcionamento gospel. Incluí-se neste capítulo, a fala de alguns entrevistados: Michel Silva, presidente de comunicação do projeto Fala Roça; Fabiane Rodrigues, fundadora da fanpage Rocinha em Foco e o historiador, morador e coordenador do Museu Sankofa na Rocinha, Fernando Ermiro.

No quarto capítulo, apesar de todos os temas apresentados fazerem parte da justificativa da existência da Rádio Brisa (1999 – 2019), buscou-se, conhecer este meio de divulgação existente há mais de 20 anos em funcionamento dentro da Rocinha, através da observação, entrevista e pesquisa. No subcapítulo “Brisa e os aspectos sociais” é apresentado um levantamento histórico do início da rádio, incluindo a rádio poste; sua localização, um levantamento social do presidente da rádio, Elias Lira, e questões pertinentes ao objeto de estudo, entre elas: a violência, o acesso e utilização do local, ser democrático e aberto a todos, sua sobrevivência, serviços prestados, concorrentes, formas de comunicação e questões políticas, entre outras.

Para conhecer a opinião dos moradores sobre a Rádio Brisa, criou-se um formulário, com 16 perguntas. Sessenta e oito pessoas responderam e, a partir daí, as respostas foram apresentadas neste capítulo. A maioria dos entrevistados afirmaram não ouvir a rádio, mas opinaram sobre melhorias, que faz parte da memória dos moradores e muitos, afirmam ouvi-la apenas pelas caixinhas nos postes, localizadas na Via Ápia.

Verifica-se a situação atual da Rádio Brisa em relação à Lei 9.612/98 sobre a Radiodifusão Comunitária, e sua concessão. A Rádio Brisa não possui outorga no momento, o que fomenta várias questões sobre seu funcionamento, os princípios seguidos por ela e qual o papel que exerce dentro da comunidade.

O lugar de memória foi baseado em uma pergunta do formulário respondido pelos moradores, além de entrevista com o historiador e morador da Rocinha, Fernando Ermiro e algumas teorias de Candau (2011), a qual aponta a memória propriamente dita, surgida pela evocação ou recordação voluntária e suas extensões, que, neste caso, parte das sensações e dos sentimentos, beneficiadas pela, “cultura de memória que promove sua expansão em extensões artificiais”. Fabiana Rodrigues também enriquece este capítulo, com uma lembrança de infância, concordando com Candau e sua concepção de memória atrelada à sentimento (ou sensações). Será que a Brisa faz parte da memória dos moradores da Rocinha?

As novas tecnologias fecham este capítulo, onde é analisado quais as ferramentas utilizadas por outras rádios na Rocinha, como a Brisa se posiciona, quais ferramentas utiliza e como lida com estas novas possibilidades de comunicação. De que forma ela tem se reinventado para lidar com as novas tecnologias que fomentam a “concorrência” com outros meios de divulgação na Rocinha?

Outro tema pertinente é a “exclusão digital”, citada por Sorj (2003), e que entra neste capítulo, como forma de se repensar a democracia tecnológica, sua existência ou não.

Para finalizar, com o objetivo de deixar uma semente para além do trabalho acadêmico, além de devolver um produto à comunidade local, foi elaborado um manual para iniciantes em rádios que funcionam em comunidades. Sua concepção foi um tanto trabalhosa, pois ele foi pensado e escrito da forma mais didática possível (com os limites da autora) e será um norte para quem quiser começar um programa de rádio. Ele também elucida questões pertinentes como legislação das Rádios Comunitárias, jargões utilizados, palavras do cotidiano de rádios, palavras utilizadas nas novas tecnologias, e para ajudar em novas concepções, modelos de programação geral de uma rádio e de roteiros, além de informações sobre como montar uma rádio comunitária e uma rádio web.

O Manual para Rádios Feitas em Comunidades foi disponibilizado no blog criado para este trabalho de dissertação de mestrado, pelo endereço virtual: <https://memoriaradionacomunidade.wordpress.com/>, assim como os formulários respondidos na íntegra, a entrevista com Elias Lira, e as respostas impressas dos outros entrevistados.

1 O RÁDIO NO BRASIL

Na década de 1980, o rádio era um dos veículos mais utilizados pela população. De acordo com Lopes (1983, p. 100), “entre os Meios de Comunicação de Massa (MCM), o rádio é o mais amplo meio de comunicação na sociedade brasileira. É ele que atinge maior cobertura, penetração e alcance, tanto em termos geográficos como de público.” A radiodifusão como serviço de transmissão regular surgiu em novembro de 1920, nos Estados Unidos, promovendo uma programação de coberturas jornalísticas. Na Inglaterra e na França, as primeiras emissoras radiofônicas regulares surgiram no ano de 1922. Calabre afirma que (2004, p.9), o rádio foi o primeiro meio de comunicação a falar individualmente com as pessoas, cada ouvinte era tocado de forma particular por mensagens que eram recebidas simultaneamente por milhões de pessoas.

Antes de mais nada, graças à sempre crescente simplificação dos aparelhos receptores (assiste-se neste período à passagem do rádio metálico com fones para um único ouvinte ao rádio com móvel de madeira, sintonizador e alto-falante para sala de visitas) e ao seu preço sempre decrescente, o rádio passa a ser um eletrodoméstico indispensável às famílias. Em 1921, as vendas de aparelhos receptores alcançaram a cifra de 5 milhões de dólares e em 1928 passaram para 650 milhões de dólares (SARTORI e GRAZZINI, 1987, p. 223).

A primeira demonstração pública de uma transmissão radiofônica ocorreu na inauguração da Exposição Nacional, comemorativa do Centenário da Independência no Rio de Janeiro em setembro de 1922, com o discurso do então presidente da República, Epitácio Pessoa. Maranini (2005) remete este momento à empresa americana *Westinghouse* que se propôs a fazer uma demonstração do aparato de transmissão, instalando uma estação de radiotelefonia do país, com potência de 500 watts no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro. Neste dia, mais 80 receptores foram espalhados na capital e em cidades como Niterói e Petrópolis. O intuito era de uma demonstração do produto, como tantas outras realizadas nos diversos pavilhões. A ópera “O Guarani”, de Carlos Gomes, também foi transmitida durante o evento (FERRARETO 2018). Pode-se analisar este momento da seguinte forma:

Para a maioria dos visitantes presentes à exposição, o discurso presidencial transmitido através dos alto-falantes estrategicamente posicionados (e ignorados até o momento da transmissão) foi uma surpresa. A mágica característica do rádio começava - ali - a fazer parte da história nacional. Somente no ano seguinte, em 1923, o rádio iniciaria a sua trajetória no País, com a instalação da primeira emissora brasileira: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette Pinto (MOREIRA, 2000, p 21).

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, foi a primeira do país, fundada em 1923, por um grupo de intelectuais que via no veículo a possibilidade de elevar o nível cultural do país. Edgar Roquette Pinto era médico e antropólogo, e foi membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Letras, sendo ainda o fundador do Instituto Nacional de Cinema Educativo. O companheiro de Roquette Pinto na empreitada da Rádio Sociedade, Henrique Morize, era presidente da Academia Brasileira de Ciência. Calabre, (2004, p.21) afirma que: [...] “ambos viam no rádio a saída para o que denominavam ‘os males culturais do país’”. Os pioneiros foram acompanhados por alguns intelectuais que iam à emissora proferir palestras, conceder entrevistas, sempre em prol da causa do aprimoramento do nível cultural do país.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro tinha como objetivo ser formada por uma grade de programação educativa popular. Com óperas, cursos (literatura francesa e inglesa), lições de português e francês, italiano, geografia e história natural, entre outras (MOREIRA, 2000).

“Esse rádio da década de 1920, com uma programação intelectualizada e de preços altos, terminava sendo ouvido pelo mesmo grupo que o produzia, ou seja, era um veículo de comunicação ligado às camadas mais altas da população”, aponta Calabre (2004, p.21 e 22).

Em 1936, Roquette Pinto e associados doam ao Ministério da Educação e Cultura a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Muitas outras emissoras de rádio surgiram em todo o país (Rádio Mayrink Veiga, Rádio Clube, Rádio Educadora, Rádio Jornal do Brasil, entre outras). De 1920 até o começo da década de 1960, os destaques na programação foram: radionovelas, os programas de auditório, as cantoras eleitas rainhas do rádio, os programas humorísticos e de variedade (estilos que não são mais produzidos pelas emissoras brasileiras).

A partir de 1932, ficou autorizado nas rádios a veiculação de anúncios, e os Decretos nº 20.047 (27.5.1931) e o nº 21.111 (1.3.1932) regulamentavam detalhadamente o funcionamento técnico e profissional do setor radiofônico. Outro fator implantado foi o modelo de radiodifusão norte-americano que passou a conceder aluguéis de canais a particulares. A comunicação inova-se, passa a criar modas, instigar novos estilos, instigar novas práticas cotidianas, estimular novas formas de sociabilidade. Ícone da modernidade até 1950, ele sempre

teve papel social destacado na vida privada e pública, promovendo um processo de integração. A publicidade era feita de forma direta, com anúncios, ou indireta, embutida nos textos dos programas, criando o mercado de consumo para produtos (CALABRE, 2004, p. 29). As emissoras de mais destaque no Rio de Janeiro e em São Paulo, começaram a trabalhar com o esquema de pagamento regular, cachês, a artistas por suas apresentações. Todo esse conjunto contribui para a exploração comercial do veículo de radiodifusão sonoro. Ainda de acordo com Calabre (2004, p. 29), “Existiam fortes ligações entre a produção da programação das emissoras e o mercado, como pode ser observado nos sugestivos nomes dos programas irradiados, tais como Rádio Almanaque Kolynos, Acontecimento Aristolino, Repórter Esso, ou Cancioneiro Royal.”

O rádio brasileiro estabeleceu-se a partir de uma dupla determinação: um veículo de comunicação privado; portanto, subordinado às regras de mercado econômico, mas, ao mesmo tempo, controlado pelo Estado, que é responsável tanto pela liberação da concessão para o funcionamento das emissoras (normalmente por um período de dez anos renováveis) quanto pela cassação das mesmas, caso haja desrespeito às leis do código de comunicação em vigência.

Tais fatos, ficaram marcados e até hoje refletem em vícios de linguagem processos de comunicação de um para todos, fazendo que a massa popular seja direcionada a uma conjuntura de informações baseada em desejos próprios de quem as produz. Processos esses, que não garantem um espaço democrático de discussão, comunicação participativa, baseada em direitos iguais de comunicação. Agindo na mecânica de um canal de comunicação emissor unilateral, e ouvintes apenas receptivos e não participativos. Criando um público de meios de massa popular estagnados na cultura e informação. Encontra-se grande parte deste em áreas rurais, centros periféricos e favelas. Segundo Motta apud Grinberg,

O que significa esta concentração econômica e informativa? Significa que um número cada vez menor de pessoas informa a um público cativo cada vez maior. Esta concentração implica numa evidente perda de possibilidades de expressão de grupos locais e comunitários em favor de uma difusão cada vez mais centralizada em grandes empresas localizadas nos grandes centros urbanos. Mesmo quando consideramos apenas a recepção, verificamos que as chances de receber informações de fontes alternativas diminuíram sensivelmente. Não existe em nosso país a pluralidade de fontes de informação, condição básica para o funcionamento de uma sociedade democrática (1987, p.40).

1.1 Radio Livre e Alternativa – o começo

De acordo com Luz (2001, p. 165), a Rádio Livre é “aquela montada por uma pessoa ou grupo com interesses próprios. Pode ser de esquerda, direita, comercial, anarquista, católica. Foram elas que deflagraram o processo de democratização dos meios de comunicação no país e no mundo”.

Vista como um viés da Comunicação Alternativa - esta, por sua vez, torna-se reflexo dos espaços de onde estão localizadas – a rádio livre tem dimensões e interesses diferenciados, o ponto em comum, é o discurso. O discurso de ser alternativo e isto faz com que surjam várias direções, possibilitando a inserção no contexto de uma empresa particular, um partido político ou uma entidade religiosa, desde que estejam acompanhadas de propostas claramente abertas, antiautoritárias, alternativas ao que está sendo imposto pelos meios de divulgação mais abastados e com poderio de fala. Para Grinberg,

[...] é alternativo todo meio que, num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder político, econômico e cultural – nas diversas situações possíveis desde o sistema de partido único e economia estatizada (Cuba) até os regimes capitalistas de democracia parlamentar e as ditaduras militares – implica uma *opção frente ao discurso dominante*; opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares (1987, p. 30, itálico do autor).

Grandes movimentos históricos constam como comunicações alternativas aos meios e às normas em que se viviam. Foram exemplos de iniciativas particulares, em movimentos isolados, que vieram a fortalecer o conceito de rádios livres décadas depois. Segundo Machado *et al.* (1986, p. 95),

Latino-America: poucas vezes a história foi tão intensamente uma *apropriação* dos meios de comunicação de massa, na luta para existir além da margem e sem deslocar simplesmente a geometria para um outro centro (em geral, muda-se o centro, mas continua existindo o centro, um pouco mais ou um pouco menos abrangente, mas ele está lá).

Giovanni apud Sartori e Grazzini, (1987, p. 243), apontam que foi no Terceiro Mundo que a rádio clandestina, por suas qualidades de meio pobre e difuso, mesmo entre os menos instruídos, foi um instrumento de mobilização insubstituível nas mãos das forças nacionalistas: durante as guerras da Argélia (Voz da Argélia livre), de Cuba (Rádio Rebelde) e do Vietnã (Rádio Libertação).

Grinberg (1987, p. 25 e 26), expõe as dimensões do alternativo, que se distribuem em seis características definidoras. Elas são frutos da propriedade, do grupo gestor, das fontes financiadoras e da participação dos receptores. Os meios de comunicação distribuem as mensagens para públicos distintos: não massivos - determinado local ou para um grupo chave – e massivas – abrangentes à grande massa popular.

- Alternativa 1 - destinada para um público não massivo, restrita a certo tipo de meios, mas popular por excelência, com uma comunicação democratizadora. O conteúdo seria totalmente plural, aberto e antiautoritário, ambivalente nos papéis emissor-receptor e a multidirecionalidade das mensagens. Esta é uma alternativa popular por excelência, mesmo com restrições a certo tipo de meios. As rádios comunitárias podem ser enquadradas, de maneira fidedigna, pois toda rádio comunitária deve possuir tais características.
- Alternativa 2 - também é de caráter não massiva, o propósito se dispõe a atingir um público-alvo, determinado, distinto. Como os trabalhadores de um certo lugar ou membros de uma instituição.

[...] estariam configuradas pela *propriedade* e pelo *controle coletivos* e pela confluência do *princípio de participação* e do caráter do *discurso* [...] por exemplo, o jornal elaborado pelos trabalhadores de uma fábrica, sem intervenção das direções sindicais ou políticas. Aqui pode haver participação plena e ambivalência dos papéis emissor – receptor, na medida em que todos tenham possibilidade de intervir em algum sentido: opinando, propondo, discutindo o caráter desta ou daquela informação ou do meio em geral etc., mas não multidirecionalidade em sentido estrito (GRINBERG, 1987, p. 25 e 26, itálico do autor).

- São massivas a alternativa 3 e suas posteriores. Ela pode se moldar as situações conjunturais e tornar o espaço mais *restrito*, no âmbito da participação e do acesso ao meio; O objetivo é a difusão em massa de mensagens. Trata-se de um meio alternativo devido ao caráter da mensagem, elas se subdividem em:
 - a) A mensagem produzida por um núcleo proprietário e gestor do meio, com a comunicação unidirecional. O conteúdo, antiautoritário dos textos. Ex.: Um jornal semanal.
 - b) A mensagem também é produzida por um núcleo, mas estes, não são proprietários do meio. “Eles usufruem do controle (condicionado) do ponto de vista da política

comunicativo-informativa: liberdade de escolher e hierarquizar os temas e de abordá-los a partir de determinado ângulo crítico”. Esta possibilidade de manobra, faz com que a mensagem tenha um caráter de cunho alternativo.

- A alternativa 4,², depende das condições políticas e sociais. Os meios (estatal ou privado), desde que não se sintam ameaçados, fornecem um espaço de linguagem antiautoritária. Ex.: um jornal diário, uma revista ou um canal de televisão. Aplicados em espaços fornecidos: seções, colunas ou programas para críticas ou opinião.
- Na alternativa 5, o setor comunicacional constitui-se globalmente em opção frente ao domínio monopólico da informação. Geram mensagens democráticas a diversos setores sociais e políticos. Para Grinberg (1987, p. 26), configurada pela união dos seguintes elementos “[...] *propriedade e controle coletivos, acesso ao meio de grandes setores sociais e caráter do discurso.*”
- Na alternativa 6, a produção do meio é coletiva, seus proprietários são as mãos de obra envolvidas. A mensagem difundida é antiautoritária, prevalecendo os interesses das maiorias sociais. A sua formulação é de acesso à política editorial, não abrindo para outros segmentos.

O conceito de alternativo vem da necessidade de se opor ao monopólio nas grades radiofônicas comerciais. O dinheiro e o poder passaram a ser os grandes valores da comunicação, desvalorizando importantes questões sociais como a postura de pertencimento, e uma população mais participativa e bem informada participante das questões internas do lugar onde vive.

Sejam elas intituladas de comunitárias, alternativas, populares, na verdade, estas estações radiofônicas são frutos das chamadas “rádios livres”, surgidas pelas motivações aos contextos econômicos, políticos e sociais, vividos em vários países como veremos mais à frente. Luz (2001, p. 142) afirma que “A expressão rádio livre aparece originalmente no final da década de 60, durante as manifestações estudantis europeias com réplicas em quase todo mundo”. Algumas rádios livres surgiram despreziosamente, sem a objetividade de atingir o cerco

² Dependerá do contexto em que for produzida, pois existe sempre o perigo de que o discurso alternativo sirva como chamariz para legitimar, por sua inserção num discurso global reacionário, precisamente o que constitui sua negação. (GRINBERG, 1987, p. 25 e 26)

monopolizador e modificar as rádios comerciais. Fabricadas para o entretenimento e características particulares, sem comprometimento formal com o local e com os meios. Para Peruzzo (1998, p. 2),

Suas matizes, também ao longo da história, tem sido bastantes diferenciadas. Podem ser de caráter político-ideológico, de serviço comunitário, religioso, comercial, ligadas a interesses das minorias ou a movimentos sociais, ou simplesmente colocadas no ar com a intenção de oferecer uma programação alternativa, porém similar a das emissoras convencionais. No entanto, tem em comum a contestação aos sistemas de controle dos meios de comunicação de massa..

Mesmo assim suas mensagens contribuem para a quebra do monopólio, reproduzindo um discurso antiautoritário e democrático.

Questão importante que deve ser ressaltada é que a comunicação comunitária deve ter como protagonista o próprio indivíduo da comunidade. Em uma mídia comunitária, a programação deve ser construída e desenvolvida a partir das necessidades dos moradores do lugar. [...] É importante que haja uma supervisão de um instrutor – que pode ser um professor de Comunicação Social – mas os assuntos devem ser escolhidos pelas pessoas do lugar e é relevante que estas mesmas conduzam a mídia, dando vida à estratégia da participação popular. [...] Em relação aos conteúdos, estes devem ser tratados de maneira coletiva, instrutiva e apresentados da forma mais simples possível, para que a população menos instruída possa compreender (ALMEIDA e SILVA, 2010, p.5 e 6).

O surgimento das rádios livres só foi possível pelos contextos econômicos, políticos e sociais, vividos em vários países.

Depois, também se instalariam emissoras mais sensíveis à questão da centralização dos meios de comunicação, bem como à problemática socioeconômica do País, embora continuassem preponderando o senso de ironia e a preocupação em ousar. Dizia um pequeno manifesto da Cooperativa dos Rádio-Amantes: “Nós iniciamos um movimento de reforma agrária no ar. O rádio é uma conquista técnica da humanidade e não pode ficar nas mãos [...] de proprietários concessionários” (PERUZZO, 1998, p. 3).

Na verdade, as entidades que respondem pelos meios de telecomunicação, em qualquer lugar do mundo, buscam uma maneira de neutralizar qualquer atitude fora de seus comandos. Segundo Silveira (2001, p.3),

[...] sempre que o Estado, ignorando os direitos individuais fundamentais que funcionam como pilares da democracia e esquecendo sua formatação conforme os preceitos constitucionais, que o obrigam a se submeter ao Estado

de direito, ostentar sua natureza voluntariosa, ditatorial e totalitária, ainda que às vezes disfarçando esse regime de exceção sob o manto da legalidade, no qual ele expressa seu domínio político, faz suscitar as rádios livres, como veículo da liberdade, da democracia e da cidadania.

Ainda para este autor, (2001, p. 5) ..“seu surgimento foi na Inglaterra em substituição às rádios piratas, delas distinguindo-se por se localizarem em terra. Daí se espalharam por toda a Europa, alcançado os Estados Unidos”. Para Machado, Magri, Masagão (1986 p. 30), as “rádios livres, no âmbito comunicacional, introduziram a novidade de tornar o meio tão transparente quanto possível, eliminar os intermediários, intérpretes, comentaristas e deixar que os acontecimentos sejam reportados pelos seus próprios personagens”.

Elas se apresentam como modelo alternativo ao sistema irradiante oficial, os que agem de uma forma centralizadora e monopólica com mensagens unidirecionais, reduzindo a grande massa de receptores em passivos e isolados.

Com efeito, a sociedade fica carente por uma mídia preocupada com os problemas que afligem diretamente, que seja interessada em conscientizar e educar o público. Pelo contrário, as emissoras privadas buscam mais o lucro e a propagação das "ideias" dos seus financiadores, limitando os assuntos trabalhados e desprezando questões importantes que poderiam ser abordadas. (ALMEIDA e SILVA, 2010. p.3).

Algumas rádios livres surgiram despreziosamente, sem a objetividade de atingir o cerco monopolizador e modificar as rádios comerciais. Fabricadas para o entretenimento e características particulares, sem comprometimento formal com o local e com os meios. Mesmo assim suas mensagens contribuem para a quebra do monopólio, reproduzindo um discurso antiautoritário e democrático.

O princípio norteador das rádios livres era fazer com que o “ouvinte” se sentisse dentro e participante de um movimento: a qualquer momento (e sem que esse momento pudesse determinar a priori) ele poderia telefonar para a emissora para informar qualquer coisa que tivesse acontecendo à sua volta e ser colocado imediatamente no ar, sem qualquer censura, ou então se dirigir diretamente à emissora para dar o seu recado (MACHADO, MAGRI, MASAGÃO, 1986, p. 30).

Guattari (1987, p. 09) afirma que: "o fenômeno das rádios livres só toma seu sentido verdadeiro se o recolocarmos no contexto das lutas de emancipação materiais e subjetivas". JáLuz (2001, p. 142) cita a frase “É proibido proibir”, retratando no título de uma música de Caetano Veloso (1968), como exemplo de manifestação de liberdade. Ela foi escrita a carvão

nos muros por jovens estudantes franceses, em rebelião. Os movimentos alternativos objetivam orientar seus ouvintes e responder aos monopólios, a gestão autoritária das telecomunicações estatais e suas redes centralizadoras, com independência de tais poderes. A liberdade de expressão, dentro de um meio de comunicação de massa, como o rádio, fez parte das definições da comunicação alternativa, principalmente nos meios de comunicação de massa popular. Elas surgem contra o poder monopolizador da comunicação.

Para um sistema de comunicação ser considerado participativo, há que existir mecanismos e canais que permitam ao núcleo de base decidir com independência os conteúdos centrais dos programas e criar suas próprias mensagens, tornando possível que os setores populares dialoguem qualquer assunto pertinente, falando o que realmente pensam.

Trata-se, sem dúvida, de um movimento muito heterogêneo, uma mistura de interesses até divergentes, que vão desde do pequeno empresário interessado na nova iniciativa local, até grupos militantes dos movimentos estudantis, grupos políticos que de outra maneira ficaram marginalizados da comunicação oficial, experiências subvencionadas por grandes concessionárias publicitárias e por poderosos grupos industriais e editoriais (SARTORI e GRAZZINI in GIOVANNINI, 1987, p. 239).

De uma maneira barata, ágil e expressiva, as rádios livres levam aos ouvintes formas criativas de comunicação e a demonstração dos acontecimentos locais, antes não citados pela grande mídia. Contribuindo, para o surgimento democrático da forma de se comunicar, sem necessariamente, esta ser destinada aos fins comerciais.

Rádios e televisões livres constituem a melhor resposta de uma sociedade democrática aos conglomerados e monopólios, bem como ao seu poder de concentração e comando. Elas se dirigem a segmentos específicos da população, oferecendo transmissões diferenciadas, voltadas às aspirações de cada estrato social, de cada comunidade ou de cada grupo cultural (MACHADO, MAGRI, MASAGÃO, 1986, p.21).

Com a comunicação próxima aos seus ouvintes, as rádios livres buscam atender às exigências mais diretas do público. Descobre-se, entre outras coisas, a força de atração exercida pela informação ao vivo, não oficial, às vezes até parcial, mas em todo caso direta e fora dos canais controlados pelas autoridades (Idem, Ibidem, p.239).

E é esta força de atração que preocupa as empresas (estatais ou privadas) quanto a perda de seus ouvintes, para um meio localizado e segmentado, como as rádios livres. Não permitindo a ambivalência nas mensagens, o emissor não tem direito de resposta, não pode pronunciar sua

concordância ou discordância. Ele é apenas um ouvinte da comunicação de massa. Grinberb aponta que

[...] ao limitar a capacidade de emissão aos grupos minoritários que detêm o poder político e econômico, as maiorias sociais são mantidas ou transformadas em massas meramente receptoras de mensagens. Quer dizer, produz-se um desequilíbrio entre as taxas de emissão e de recepção, desequilíbrio que expressa as relações reais de poder no conjunto da sociedade. [...] cristalizar o receptor num só momento de um processo complexo e multifacetado (ou de recipiendário de mensagens) é negar ao indivíduo e a amplos setores sociais a plenitude de sua condição ambivalente de emissor-receptor-emissor, condição que, pela simultaneidade e reciprocidade que implica, configura um paradigma da democracia econômica e política e, por conseguinte, social-comunicacional (1987, p. 8).

1.2 Rádios Piratas

Há similaridades, - como o funcionamento considerado à margem da sociedade - e diferenças entre “rádios piratas” e “rádios livres”. Machado, Magri e Masagão (1986, p.60) afirmam que a pirataria começou no final dos anos 1950, fenômeno tipicamente inglês, que veio para burlar a tutela estatal. Algumas emissoras foram montadas dentro de barcos para que suas emissões atingissem fora do território da Grã-Bretanha. “[...] Era costume erguer uma bandeira negra, como a dos corsários, nos barcos emissores, e esse detalhe deu origem à expressão ‘rádios piratas’ ”. As rádios “piratas” inglesas nasciam com caráter comercial, para ganhar dinheiro, combatendo o monopólio estatal das telecomunicações representado pela *British Broadcasting Corporation* - BBC-³ (LUZ, 2001, p. 141). Para esta autora (2001, p. 141),

...as autoridades brasileiras, por sua vez, bem como associações empresariais de radiodifusão, sempre fizeram questão de denominar de pirata o movimento das rádios livres, na tentativa de desqualificar o seu significado. A imprensa brasileira, inclusive a imprensa escrita, também não se esforça em explicar as diferenças, rotulando as rádios livres como mera prática de pirataria..

1.3 Movimentos das Rádios Livres em Outros Países

1.3.1 Movimento Alternativo, no México

A Universidade Autônoma de Guerrero (UAG), no México, já era conhecida por seu projeto acadêmico e popular. Sua batalha para compor o quadro de radiodifusão sonora está totalmente ligada às iniciativas das quais fazia parte. Em 24 de novembro de 1981, pelo Sr.

³ A *British Broadcasting Corporation* é uma corporação pública de rádio e televisão do Reino Unido.

Alberto Salgado, Secretário-Geral do Governo, foi negada claramente a concessão solicitada pela entidade. Cinco meses depois, a Secretaria de Comunicações e Transportes (SCT) repetiu o ocorrido. Toro e Jaramillo (1987, p.76), descrevem que: “Recorrer ao tribunal competente foi um fato tão inovador, como sair ao ar. [...]. O vazio jurídico que se verifica... na legislação mexicana, começou a ser escrito, mostrando um caminho institucional para os que nunca tiveram voz.” Toro e Jaramillo apud Grinberg (1987, p. 75 -76) apontam que

A negativa de ambos setores Governamentais, violava os artigos 14⁴ e 16⁵ da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos. (...) A decisão da SCT privava de seus direitos a Universidade de Guerrero, sem fundamento nem motivo algum. Em defesa de seus interesses, e por considerar que é uma instituição de utilidade pública, não lucrativa, nossa principal Casa de Estudos recorreu ao tribunal competente, [...]. Interposto o recurso, a UAG iniciou suas transmissões experimentais a 4 de maio de 1982, de Chilpancingo, Guerrero. [...] Suas siglas: XEUAG, Rádio Universidade Pueblo.

Suas transmissões atraíram interferências de rádios *piratas*,⁶ mas não implicou no processo de inclusão da XEUAG,⁷ foi ascendendo. Com a instalação de um transmissor Bucaneiro,⁸ burlaram a pirataria e seus programas passaram a ser facilmente ouvidos por outras comunidades. Seu cunho social foi almejado com investimentos em comunicação popular e no emissor-receptor. Nascente em uma cidade com poucos meios de comunicação,⁹ A UAG trouxe a burocracia para seu território. Moradores de comunidades vizinhas passaram a contribuir e serem beneficiados com os seus projetos.

1.3.2 Clube Mencía - Programa de Rádio Dedicado às Mulheres Camponesas

Iniciada em 1977, o Clube Mencía, que anteriormente se chamava *El Club Enriquillo*, é um programa de rádio dedicado às mulheres camponesas da região sudoeste da República Dominicana, com aproximadamente duas mil e quinhentas mulheres. Entre tais iniciativas da rádio, estava a de transformar o receptor também em emissor, transparecendo as causas sociais

⁴ O art. 14 estabelece, entre outras considerações, que ninguém pode ser privado dos seus direitos, a não ser mediante julgamento, por tribunais previamente estabelecidos;

⁵ O art. 16 assinala-se que nenhuma pessoa pode ser molestada, a não ser em virtude de mandato por escrito, que justifique e motive a causa legal do procedimento.

⁶ Neste caso, refere-se à uma rádio que interfere no sinal das outras, não reconhecida pelo Órgão competente, sem cumprir os trâmites estabelecidos.

⁷ Rádio Universidade Pueblo

⁸ Pequeno transmissor de 100 watts, com trinta kg de peso e uma mobilidade média. Seu desenho, também realizado por engenheiros mexicanos, permite mudar rapidamente de frequência.

⁹ O quadro de incomunicação cobria três quartos do Estado, acentuado pelo fato de que a propriedade do meio está em mãos de iniciativa privada. (Grinberg, 1987, p. 74.)

femininas, que na época em questão, eram tão marginalizadas e dependentes economicamente. Os objetivos¹⁰ do Clube Mencia se resume em:

- Levantar questionamentos do papel da mulher na sociedade e conscientizar a sua dupla marginalidade como mulher na escala social.
- Incentivar a participação efetiva da mulher na dinâmica da sociedade em que vive
- Apoiar qualquer organização de mulheres que tenha por objetivo transformar a realidade local e nacional.
- Inserir as ouvintes na produção do programa, para que se converta em um eficaz instrumento de apoio no processo educativo e de libertação.
- Compreender com uma visão global a problemática feminina, comum à problemática do homem, juntando forças para unificar a libertação em conjunto.
- Ter um núcleo de base participativo, com metodologia própria, para que seja permitido uma troca constante de informações.

1.3.3 Rádios Rebeldes de Che Guevara

A Rádio Rebelde funcionou entre 1958 e 1959, criada por Che Guevara. Com a vitória da revolução, a rádio foi oficializada. Entre suas inovações estavam a de instalar um emissor em cada território, tomado no caminho de Havana. Essa prática passou a ser exemplo para outros movimentos, como os rebeldes da Nicarágua e El Salvador e considerada uma prática de guerra revolucionária. Machado *et al.* dizem que a

Rádio Rebelde teve, antes de tudo, uma importância estratégica na luta revolucionária: ela foi o principal elo de ligação entre o quartel-general e as várias frentes guerrilheiras. Além disso, através dela a população cubana podia ter uma informação alternativa sobre o governo de Batista e as ações rebeldes (1986, p. 60).

1.3.4 Rádios Mineiras Bolivianas

As rádios mineiras na Bolívia eram centralizadas nas mãos de trabalhadores mineiros, um fato diferenciado e inovador. Segundo Luz (2001, p.139) “Os trabalhadores se organizam em sindicatos com tradição de independência e se agrupam na Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB).” Camacho apud Grinberg (1987, p. 114) aponta que

¹⁰ Ver FERMÍN in GRINBERG, p. 100

Com a participação heróica dos mineiros armados, a Revolução de Abril de 1952 levou ao poder o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Esta aliança – que não duraria por muito tempo – permitiu que as forças populares derrotassem um exército regular pela primeira vez na história da América Latina.

Em 1963, já se contam 23 emissoras, que passam a conformar a Rede de Emissoras Mineiras, cobrindo 20% do território, com transmissores que chegavam a 500 watts de potência. Segundo Machado, Magri e Masagão (1986, p.99) o boliviano, Jorge Mancilla Romero,¹¹ é a pessoa ideal para falar do movimento:

Eu creio que as rádios mineiras da Bolívia constituem um dos fenômenos mais importantes da comunicação mundial, porque não existe experiência similar em radiofonia. Tanto por suas motivações, como por suas projeções e sem que tenha acontecido uma direção expressa, sem que tenha acontecido um mandato (concessão) ou uma determinação governamental ou de autoridade superior.

1.3.5 Rádios Livres de El Salvador

Inspiradas pela criação de Che Guevara, as rádios livres de El Salvador se destrinham em três emissoras: Rádio Farabundo Martí, Radio Venceremos e Rádio Unidad. Suas emissões são ouvidas por toda parte, no campo, nas cidades, nas zonas controladas pelos guerrilheiros e outras.

Machado, Magri e Masagão (1986, p.112) as descreve como “verdadeiras rádios-guerrilheiras e no contexto da guerra civil de El Salvador não poderia ser diferente. Por sua penetração e eficácia, elas se tornam objetivos militares fundamentais dos inimigos [...]”.

1.3.6 Europa, o Berço das Rádios Livres

O berço das rádios livres foram países da Europa: Itália e França, na década de 1970. O movimento teve como incentivo a proposta de furar o monopólio da radiodifusão estatal. A Televisão ainda é uma fonte alternativa longe do alcance dos movimentos alternativos e democráticos. Ortriwano informa que (1985, p. 34)

As emissoras de rádio clandestinas existiram desde o início da radiodifusão. Mas, a partir dos anos 70, o fenômeno das rádios livres ganhou impulso

¹¹ Animador da Rádio Vanguarda, do centro mineiro de Colquiri

político, associado a movimentos literários, principalmente na Itália e França. E proliferam as emissoras locais, muitas das quais transmitiam para um raio pouco maior do que um quarteirão.

Na Itália, o questionamento de tornar a TV um meio de comunicação democrático e aberto, fora dos monopólios estatais, alavancou o movimento de rádios livres. Em meados dos anos 1970, houve uma tentativa frustrada de implantar o cabo televisivo. Mas essa perda fez renascer a comunicação alternativa. Ela ainda não tinha um visão política-cultural contra o discurso dominante.

Na primavera de 1975, antes mesmo que alguém desse resposta a essas questões, as rádios livres italianas começaram a acontecer na prática, ignorando o monopólio e toda legislação que o suportava. [...] Rádios como a *Milano Internazionale* e a *Emmanuel de Ancona*, pioneiras do movimento, eram emissoras de aficionados e de *bricoleurs* da eletrônica (MACHADO, MAGRI, MASAGÃO, 1986, p. 62, 63).

Houve, no início a divisão do conceito de rádios livres em dois polos: a) os de interesses comerciais, que visavam o lucro com a publicidade e b) a captação de recursos como maior fonte de renda. E os de autêntica gestão alternativa da comunicação, exercendo plenamente a democracia, ligados aos grupos sociais contestatórios.

Na França, o movimento de rádios livres teve uma proliferação também grandiosa, caracterizado como um dos mais significativos eventos políticos e culturais.

As primeiras transmissões não-autorizadas ocorrem durante as manifestações estudantis de maio de 1968. Uma das primeiras a operar é a “Campus de Lille”, instalada na Universidade de Lille, em 1969. Mas é em março de 1977 que a Rádio Verte, uma estação que defende a ecologia, dá início ao movimento francês (LUZ, 2001 p. 143).

A pressão pelos responsáveis das telecomunicações francesas, foram muito duras. Interferências¹² foram produzidas pela *Télédiffusion* de France para prejudicar as programações, além das leis vigentes, após a posse do socialista François *Mitterand*:

O Governo declara o direito de transmitir através de rádios locais, desde que o raio de alcance não ultrapasse 30 Km, que a publicidade seja limitada a 5 minutos por hora, que as emissoras tenham estatuto de associação sem fins lucrativos e que não se organizem redes. (LUZ, 2001 p. 144).

¹² Ruído desagradável com transmissores muito potentes na mesma frequência da emissora que

Devido a tal declaração, as rádios piratas investem em maneiras de burlar a lei vigente e obter lucro, contando com o apoio de grandes empresas que desejam vender produtos e derrubar o governo socialista. As rádios livres passam a se ver sem sustento. Só depois, com a mudança de mandato, altera-se a legislação e as rádios livres conceituam-se como parte da democracia francesa.

1.4 Legalidade para as Rádios Livres Estrangeiras

As rádios livres perdem seu poder na Europa, no final da década de oitenta, com leis que garantem a habilitação de seu funcionamento, elas passam a se desvincular do propósito principal e enfraquecem. A legalidade empresarial (Itália), enfatizou o mercado publicitário. As rádios realmente livres, não tinham suportes para tal, seus transmissores não puderam aguentar tal condição além de perderem o foco social.

A Legalidade burocrática (França) destacou a política, o poder local e os organismos corporativos e sindicais, excluindo as emissoras mais criativas e mais representativas do movimento. Conforme Machado et al. (1986, p. 78),

As poucas rádios que ainda procuram resistir à maré de carece têm de enfrentar o descrédito geral e o cinismo que ameaçam a todo momento contagiar seus animadores. Mas é justamente nesse momento em que as rádios livres européias enfrentam a sua pior crise que começam a proliferar emissoras clandestinas no Brasil, culminando com o *boom* de Sorocaba, que chegou a ter, no final de 1983, mais de 40 rádios livres no ar. O fim é também o recomeço.

1.5 O Mercado de Rádios Comerciais e Suas Extensões.

Oposto às rádios livres, o maior objetivo das grandes empresas ao usufruir uma rádio comercial é a transmissão para a grande massa popular de anúncios, uma via de única direção. Isto faz com que a capacidade de massificação da informação seja facilitada pelos centralizadores do poder às classes populares. Uma rádio comercial está ligada diretamente aos espaços publicitários, seu objetivo é o retorno de capital, sem comprometimento com o social.

Sartori e Grazzini (1987, p. 222) completam que “[...] o objetivo do rádio comercial é ... conquistar o maior público possível (o índice máximo de audiência) e vender aos anunciantes publicitários a atenção e o tempo que o público dedica às transmissões radiofônicas”.

A maneira como as agências de publicidade e propaganda trabalham, para que as mensagens se cristalizem no público receptor, está cada vez mais ligada ao fator sentimental. Essas emissoras possuem duas correntes de clientes: os ouvintes, em sua audiência, tornam-se

consumidores em potencial e os anunciantes, interessados em atingir o máximo de ouvintes possíveis, com suas mensagens atrativas. Ferrareto (2001 p. 46) explica “que é com base nesta realidade que a emissora, por meio da programação e das ações do seu Departamento Comercial em busca de patrocínio, irá se posicionar no mercado”. As rádios comerciais tornaram-se totalmente dependentes, todo o capital publicitário que as sustentam vem dos grandes centros de desenvolvimento econômico.

Assim (o rádio), ele cresceu quando a publicidade precisou dele, definiu quando ela pôde lançar mão de outros meios e agora, recupera-se porque o sistema mercantil presente que o seu uso volta a ser importante para alcançar maior mercado consumidor. O que tem regido, portanto, a expansão do rádio não soa os interesses e necessidades da população, mas a ganância comercial, o que explica a alienação de seu conteúdo sobre os problemas imediatos (ORTRIWANO,1985, p. 28 *apud*, MOTTA¹³).

Ressalta-se que este comando das cadeias de comunicação que são redistribuídas para outros estados, municípios, bairros, não se encontra apenas em grandes metrópoles e centros urbanos. Ele se proliferou, tornando o histórico de unilateralidade do poder econômico e político, abrangente em toda localidade.

Segundo Giovannini (1987, p. 224),

Através das redes, as estações locais coligadas transmitem, mediante pagamento, uma cota diária de transmissões patrocinadas, fornecidas pelas estações matrizes. O sistema convém às estações locais, porque, mesmo permitindo-lhes uma liberdade de programação em plano local, assegura-lhes arrecadações suplementares e uma programação de qualidade (importante especialmente nas horas de maior audiência) fornecidas pela rede à qual pertence. Às estações matrizes o sistema garante a possibilidade de transmitir anúncios publicitários a nível nacional, sem que precisem ser proprietárias diretas das estações filiadas.

As emissoras locais estão, em sua grande parte, enraizadas pelo monopólio nacional-transnacional da informação. O domínio dos meios as atinge, transformando-as em mais um referencial comercial. Para Grinberg (1987, p.18), “o monopólio local - privado, estatal ou misto - às vezes exclui e às vezes complementa e serve ao monopólio externo, segundo o contexto político e social”.

¹³ MOTTA, Luiz Gonzaga. O rádio no Brasil: alienação ou consciência crítica. In: Cadernos de Comunicação abepec, Ano I, n.2, 1979, p.23.

1.6 Rádios Livres Brasileira – O Início

Peruzzo (1998, p.2) diz que “em 1995 o Brasil descobriu as rádios comunitárias, no formato de rádios livres”, elas começaram com poucos adeptos, muitos temiam a pressão vinda dos órgãos competentes pela telecomunicação no país. Guattari (1986, p. 11) relembra que as primeiras rádios livres do Brasil foram desabrochando com uma certa reserva. Alguns recearam que sua aparição pudesse servir de pretexto para uma repressão violenta. Sua funcionalidade despreziosa não era muito diferente do começo dos outros países. Peruzzo (1988, p. 3) nos lembra que

Num primeiro momento, as rádios livres eram constituídas por jovens interessados, antes de tudo, em praticar a arte da radiofonia, pouco ou nada envolvidos com “grandes causas” sociais ou políticas. Em muitos casos, tratava-se de “uma curtição de roqueiros, como aconteceu em 1983, quando a cidade de Sorocaba foi palco de uma simpática eclosão de rádios ilegais, realizada pôr garotos cansados da mesmice das frequências moduladas oficiais.

A finalidade política só começou a aparecer na metade dos anos 80. Como alguns exemplos, a rádio FM ligada em Brasília (1986), que passa a criticar, no Distrito Federal, candidaturas nomeadas com o Palácio do Planalto na escolha dos constituintes. Ou a Rádio Ativa FM que a cada meia hora, divulga os boletins do Comando de Greve no dia Nacional de Paralisação em 10 de dezembro do mesmo ano, para os ouvintes de Porto Alegre¹⁴.

Luz (2001, p. 149) aponta que: a primeira emissora não-oficializada entrou no ar em 1931, em Rio Grande de São Pedro (RS) idealizada pelo publicitário Rodolfo Lima”. Mas oficialmente, os fenômenos do rádio livre ou comunitário no Brasil,¹⁵ começaram com a Rádio Paranóica em Vitória, no Espírito Santo, em 1971. “Quando vigorava o regime militar sob o comando do general Emílio Médici. Considerada a primeira rádio livre do país, foi instalada por Eduardo Luiz Ferreira da Silva, que tinha 16 anos na época”, dia a autora (2001, p.149). Santos (2012, p. 112) corrobora, assinalando que

..no Brasil, as primeiras difusões de rádios não-comerciais foram nas décadas de 70 e 80, as pioneiras foi a rádio Paranóica (ES) e a Sorocaba (SP), algumas dessas experiências no Brasil são conhecidas também como rádios livres, porém, independente desta denominação, fazem com que sejam refletidos por pesquisadores, a exemplo de Cicília Peruzzo (1998), para ela as lutas sociais

¹⁴ Ver FERRARETO, (2001, p. 188)

¹⁵ Ibid, p. 187.

numa realidade de carências e inconformidade com o controle centralizado da mídia e com as desigualdades sociais.

O movimento das rádios livres pode ser dividido em três momentos distintos, segundo Meliane apud Luz (2001, p. 149-150):

- 1) O verão de 1982, quando fazer rádio virou moda em Sorocaba (SP).
- 2) A explosão do movimento a partir da experiência da Radio Xilik, da PUC-SP, em 1985.
- 3) O momento estimulado pela luta pela democratização dos meios de comunicação, e pela apreensão, em 1991, da Rádio Reversão (SP)

Outro marco para a história das rádios livres, no Brasil, foi na cidade de Sorocaba em São Paulo, na década de 1980. Segundo Ferrareto (2001, p. 187), “ Em 1976, um adolescente de 14 anos constrói um transmissor, usado como referência os esquemas publicados em uma revista de eletrônica. ” Ela trouxe a ascensão das emissoras locais, que se proliferaram em uma velocidade muito grande. Ortriwano (1985, p. 35) afirma “segundo algumas fontes, lá chegaram a existir em operação 42 emissoras clandestinas de FM¹⁶ durante o verão de 82”. Elas começaram a surgir por todas as localidades, jovens tinham a facilidade de comprar seus aparatos e produzirem suas transmissões de conteúdos variados. “Com pouco mais de cinco mil cruzeiros, qualquer adolescente poderia ter a sua própria rádio.”¹⁷ Moreira (2000, p. 67) revela que

Frutos de uma brincadeira de jovens com algum conhecimento de eletrônica, essas rádios de Sorocaba detonaram uma onda mais tarde incontrolável de instalações de emissoras piratas em várias regiões do País. Na cidade de São Paulo, a primeira transmissão da rádio Xilik, em julho de 1985, chamou a atenção para a questão das rádios livres nas páginas dos principais jornais da capital. Com a colaboração da imprensa, os interessados em participar como ouvintes daquela novidade radiofônica ficavam informados sobre os horários da programação, a localização no dial e os melhores locais para sintonizarem as emissoras ilegais.

Citam alguns manifestos de animadores, que usam pseudônimos, com uma programação de linguagem coloquial, rompendo com a formalidade, como a Cinderela, personagem da rádio Xilik:¹⁸

“Assim começa a discussão dos meios de radiodifusão. Não adianta reclamar nas assembleias: “O povo não é bobo, fora Rede Globo!”. É necessário

¹⁶ Frequência Modular

¹⁷ Os jovens piratas no espaço. In: Crítica da Informação, n.º6, fevereiro/março 1984, p. 22.

¹⁸ Emissora criada por professores da PUC-SP. Em 1985, eles adquiriram um transmissor de 6 watts e instalaram no Centro Acadêmico de Ciências Sociais da universidade.

misturar saliva, ondas hertzianas, microfone, desejos múltiplos e, como nas melhores receitas da vovó, intervir no ar. Duas possibilidades: ou te escutam... ou te desligam” (MACHADO, MAGRI, MASAGÃO, 1986, p. 37).

Esta mesma rádio conseguiu atrair com sua primeira transmissão, em julho de 1985, o mercado de jornalismo impresso. Logo depois, as manifestações estavam estampadas nas páginas dos principais jornais da capital. A primeira intervenção da rádio tinha uma linguagem nova e sem nenhuma formalidade, informa Luz (2001, p. 160):

Eles têm medo dos velhos por suas memórias.
 Eles têm medo dos jovens por sua inocência.
 Eles têm medo dos trabalhadores.
 [...]

 Eles têm medo da verdade.
 Eles têm medo da democracia.
 Eles têm medo da declaração Universal dos direitos do Homem.
 Eles têm medo do socialismo.
Então, por que diabos estamos com medo deles?”

Suas visões passaram a ser: descentralizar o monopólio da informação, esta, comandada pelos que respondem ao poder político, econômico e social, transformando o ouvinte em cada vez mais participativo. A partir daí o movimento cresceu, também em outros estados.

1.7 Transição

Ao pesquisar um pouco da história do Brasil, meios de comunicação alternativos são encontrados e demonstrados como parte do incentivo às rádios comunitárias. O conceito de rádio comunitária ainda não existia na década de 1970, ele surgiu vinte anos depois. Mas há os que a influenciaram, mesmo sem ter o objetivo de tal coisa, como as rádios livres (já citadas anteriormente) ou um dos principais exemplos, as rádios de corneta, também chamadas de Cipó ou Poste. Em sua maioria encontrava-se em cidades do interior, sempre no alto da cidade ou próximas à Igreja, dirigidos pela entidade religiosa.

Um outro acontecimento que motivou várias emissoras clandestinas no Brasil foi a Ditadura Militar,¹⁹ ocorrida em vários períodos. No primeiro momento, com o comando de Getúlio Vargas, que assumiu a presidência em 1934, indiretamente, eleito pela constituinte, uma visão anticomunista, tomou conta da presidência e junto com ela, a perseguição de qualquer manifesto dos meios de comunicação.

¹⁹ Ditadura é o regime político caracterizado pelo não-cumprimento dos princípios da democracia.

Três anos depois, o chamado Estado Novo regido também sob o comando de Vargas, passa a ser conhecido como um dos períodos mais autoritários da história do país, concentrando todo poder político no Executivo Federal, com ligações na hierarquia militar e com setores das oligarquias. Em Dezembro de 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a finalidade de fiscalizar, em nome do Governo Federal, todos os serviços de propaganda e publicidade nos ministérios, departamentos e qualquer setor da administração pública federal. O órgão ficou responsável por qualquer expressão de pensamento ou liberdade durante o Estado Novo. Segundo Araújo,

Competia à divisão de rádio, de acordo com regulamento do DIP, levar aos ouvintes radiofônicos nacionais e estrangeiros, por intermédio da radiodifusão oficial, tudo o que lhes pudesse fixar a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios, fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras a serem musicadas e organizar o programa *Hora do Brasil* (CPDOC/FGV, 2010).²⁰

Depois, no segundo momento, o regime da ditadura militar (1964 a 1985) passou a ser conhecida como os Anos de Chumbo.

2 RÁDIOS NA COMUNIDADE²¹

As rádios locais (consideradas comunitárias por outorga ou não) surgem para fomentar questionamentos sociais e instigar os ouvintes a um pensamento próprio, investindo em uma comunicação participativa e popular, cumprindo o papel social, pluralista, sendo um espaço democrático e aberto aos moradores. Com celulares e rádios comunitárias, qualquer cidadão, de qualquer tendência, formação, extrato de classe, pode ocupar este espaço do "formador de opinião", que está concentrado em poucas vozes e interesses, com abrangência nacional ou global”, afirmam Costa e Hermann (2008, p. 97).

O conceito de Rádio Comunitária originou-se de uma série de iniciativas e de outros conceitos do serviço de transmissão radiofônica conhecidas como rádios “piratas”, “clandestinas”, “livres”, “alternativas”, “populares”. E também de incontáveis iniciativas de rádio comunitária no mundo, recebendo as mais diversas denominações como “rádios educativas” e “rádios cidadãos”. Medrado (2013) e Peruzzo (2009) definem rádios comunitárias como

²⁰ ARAUJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em: 23/09/2019.

²¹ Veja mais sobre Rádios na Comunidade no Cap. 5, Manual da Radio Brisa.

“...aquelas que possuem um caráter público, ... sem fins lucrativos e comprometidas com a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da cidadania por meio do envolvimento direto dos cidadãos”.

Muitas começaram com o pluralismo, seguindo a ideia de comunicação popular participativa, que de acordo com Kaplún (1987, p. 66) significa “basear-se nas necessidades e aspirações dos participantes”, optando pela Comunicação Alternativa aos meios de comunicação unilateral, seguindo a concepção de 01 (um) emissor para vários receptores. Grinberg aponta que

...a desmistificação do microfone como símbolo do poder constitui sempre um dos resultados tangíveis de toda atividade democratizadora da radiodifusão. Quando a rádio sai à rua, à oficina, ao campo; quando a vendedora de mercado, a colhedora de tomate, a empalhadora de cadeiras, assumem sua própria voz e a difundem naturalmente através das ondas sonoras, é porque algo importante - ainda que talvez imperceptível aos olhos de pessoas pouca avisadas - se produziu no destino individual e nas relações sociais (1987, p. 13 e 14).

A grande questão é a de que o uso deste meio de comunicação não é flexível e nem resguarda o direito igual para todos que objetivam ter uma rádio liberada para uso. Na verdade, estes “aficionados” por rádio, ou os que enxergam nele um caminho para uso comercial, religioso e afins, vão lidar com uma outra realidade. O que esbarra na questão dos direitos universais garantidos, como o da liberdade de expressão, instituído na Declaração Universal dos Direitos Humanos²² de 10 de dezembro de 1948, no Artigo 19º: *“Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”*. Ou pela Constituição da República Federativa do Brasil,²³ promulgada em 5 de outubro de 1988, que em seu Artigo de nº 220 a , garantia de que: *“manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”* ou em seu Artigo 5º, a confirmação do direito à igualdade e liberdade de pensamento:

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

²² Íntegra em anexo. A Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

²³ Fonte Constituição Federal de 1988, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>, acesso: 20/03/2018.

inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

*IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;*

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença

Art. 220 A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (BRASIL, 1988).

Peruzzo (1998, p.02), acrescenta outro direito de liberdade de expressão assinado pelo Brasil durante a Convenção Americana de Direitos Humanos:

O Brasil também é signatário do Pacto de San José da Costa Rica, celebrado por ocasião da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969, que declara ser o exercício de liberdade de pensamento e expressão “não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidade ulteriores, que devem ser expressamente fixadas em lei” e que “não se pode restringir o direito de liberdade de expressão por vias e meios indiretos, tais como abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequência radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões”.

Ao tratar do tema rádios comunitárias no Brasil, Peruzzo (2005, p. 1), afirma que elas ganharam um tratamento pejorativo de “piratas” ou “clandestinas”: “Inicialmente por serem ilegais, seja porque passaram a existir mesmo antes de promulgada a legislação para o setor, ou porque, diante da morosidade do poder público em conceder autorização para seu funcionamento, muitas delas operam sem permissão legal”.

No fundo o uso dos adjetivos “pirata” e “clandestina” esconde a ira das rádios comerciais pelo fato das comunitárias disputarem a audiência local, e conseqüentemente “roubarem” seus anunciantes. O que, de fato, nem sempre ocorre porque o anunciante da rádio comunitária tende a ser o mercadinho da esquina que nem costuma veicular publicidade por meio da mídia tradicional. (PERUZZO, 2005, p.2)

Sabendo que todos têm direito à liberdade de expressão, pode-se refletir sobre o que pode ser considerado o “alternativo” neste campo e entender o porquê da nomenclatura “rádio comunitária” ter substituído o alternativo (embora nem toda rádio local é comunitária, mas toda

rádio comunitária é uma local – ou deveria ser). Apesar do controle dos grandes grupos de mídia no Brasil, e em consequência, nas comunidades, juntamente com o avanço do uso da tecnologia, da internet em celulares, computadores, *notebooks* e afins, a presença das rádios comunitárias (ou alternativas, por assim se dizer, visto que nem todas têm a outorga²⁴ necessária para a denominação de “comunitária”) é fundamental para o desenvolvimento educacional, cultural, social e político daquele espaço físico. Esta forma de comunicação deve garantir acesso a diferentes formas de aprendizado, a assuntos mais próximos dos ouvintes, ser a voz da comunidade, mostrando a todos o real sentimento de pertencimento e identidade, quebrando a barreira da mensagem em massa, a que chega para todos de uma única forma, sob o viés de uma única opinião e que nem sempre condiz com a realidade de todos. Para Santos,

as rádios comunitárias são hoje um tipo de mídia de maior representatividade em grupos mais segmentados em termos de alcance midiático. Essas rádios atuam principalmente focalizando assuntos das comunidades, dos grupos marginalizados, dos grupamentos e segmentos sociais não considerados pelas mídias tidas como consagradas (2012, p.114).

Segundo Luz (2001, p. 17), “uma rádio comunitária não centraliza conhecimentos, nem ideias, nem decisões. Ela divide. Ela distribui o conhecimento com a comunidade, favorecendo a cultura, a inteligência, a melhor qualidade de vida”. Ainda para o autor, (2001, p. 33), “as rádios comunitárias são – em essência – plurais. Isto é, elas abrem espaço para todos os partidos, todas as manifestações religiosas, todas as pessoas. A prioridade é promover a cultura, a arte, a educação, o desenvolvimento da comunidade”.

Nem toda rádio local, que funcione em uma comunidade ou espaços menos privilegiados, pode ser considerada uma rádio comunitária. Como já citado, esta denominação está intrinsicamente caracterizada pela Lei nº 9.612/98, que afirma:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. (BRASIL, 1998)

Toda rádio fora deste escopo, pode ser uma rádio livre, popular, local, que segue, ou não, um padrão de rádio comercial. Mas, ao ter uma programação voltada para a população do entorno, com ações, conteúdos e divulgações sociais, o seu trabalho não deve ser desmerecido

²⁴ Outorga: autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a funcionar como serviço de Radiodifusão Comunitária, a concessão tem validade de 10 anos.

e as mensagens populares e alternativas devem fazer parte do cotidiano da programação dessas rádios.

A comunicação é um forte combustível da ideologia. Quem somos e o que pensamos ser está atravessado pela mídia comercial e monopolista. Assim, refletir sobre como é formado este conjunto de ideias e tentar compreender aquilo que pensamos sobre nós mesmos é outro grande desafio. A linguagem, aquilo que pensamos, ouvimos e falamos, carrega os conceitos (e preconceitos). Sem linguagem, não há possibilidade de nos comunicarmos entre iguais. Com a linguagem implantada dentro de nossas mentes, terminamos por pensar com ideias que deveríamos combater. Por isso, a busca por linguagens que expressem o poder popular é uma das missões do movimento de radiodifusão comunitária[...] (GIRARDI e JACOBUS, 2009, p.34 e 35)

Não há um único modelo a ser seguido de “rádio”, elas possuem, no mínimo quatro tipos, entre elas: as Rádios comunitárias, Rádios livres e comunitárias, Rádio de alto-falante, Rádios virtuais comunitárias, diz Peruzzo (2010, p. 01).

a Machado, Magri, Masagão (1986, p.133) ao transcreverem a Constituição da Rádio Patrulha de Ermelino Matarazzo, assinada pelo Grupo de Comunicação de Ermelino Matarazzo, apontam que: “há alguns anos, ressurgiu na região os serviços de alto-falantes, com jeito diferente de praticar a comunicação, dando um microfone ao povo para que ele discutisse sua situação no bairro. A própria população fazia os programas e se transformava em agente ativo de suas lutas”.

2.1 Órgãos Competentes

São consideradas, legalmente, “rádios comunitárias”, as que conseguem uma concessão de funcionamento (outorga), pelo período de 10 anos, autorizada pela Secretaria de Radiodifusão, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), do Governo Federal. Tal outorga, segue os parâmetros da Lei 9.612 de 1998²⁵, a primeira que regulamenta o serviço de Radiodifusão Comunitárias (RadCom). A fiscalização dos serviços de Radiodifusão Comunitária fica a cargo da Agência Nacional de Telecomunicações, mais conhecida como Anatel. É importante esclarecer, por fim, que o Serviço de RadCom poderá ser

²⁵ Lei 9.612, de 1998 – vide anexo.

prestado apenas após a autorização expedida pelo Poder Público, sob pena de aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis (BRASIL, RADCOM).²⁶

2.2 Rádios Comunitárias em Números

Em matéria veiculada no *site* institucional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em 22 de junho de 2017,²⁷ com a fala do então chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Marcus Vinicius Paolucci, foram emitidas quase cinco mil autorizações de funcionamento para as rádios comunitárias. O mesmo órgão regulador, ainda na voz de Paolucci, afirma que há um trabalho sendo feito na ampliação da faixa de frequência usada pelas rádios FM. No Relatório Anual 2018 da Anatel,²⁸ conforme demonstrado na Tabela 1, são 4.872 Rádios Comunitárias com outorga de funcionamento em todo o Brasil. Na área de fiscalização, foram concluídas 1.377 ações, sendo 1.136 por Uso não Autorizado de Radiofrequência (241 por Exploração de Serviço de Telecomunicações sem Outorga), resultando em 264 interrupções de estações – 142 delas em serviços de radiodifusão e 122 em serviços de telecomunicações.

O Serviço de Radiodifusão Comunitária foi sancionado pela Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, mas ainda de acordo com o relatório da agência regulatória, as indicações quantitativas das rádios comunitárias aparecem a partir de 2001, são eles:

Tabela 1 Relatório Anual Anatel 2018

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	980	1625	1932	2.207	2.243	2.734	3.154	3.386	3.897
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	4.150	4.409	4.514	4.613	4.650	4.747	4.775	4.830	4.872

Fonte: produzido pela autora, através das informações do Relatório Anual 2018 - Anatel.

²⁶ Fonte: Cartilha de Radiodifusão Comunitária (MCTIC) disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/comunicacao/arquivos/RadiofusaoComunitaria/Cartilha_a/Cartilha_Radcom.pdf, acesso: 20/08/2018.

²⁷ Fonte: Anatel participa de audiência sobre o futuro das rádios comunitárias, disponível em: <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article?id=1657>, acesso em 18/06/2019.

²⁸ Fonte: *Site* institucional ANATEL, Relatório da ANATEL já está disponível, em: <https://www.anatel.gov.br/institucional/noticias-destaque/2343-relatorio-anual-2018-ja-esta-disponivel>, acessado em 15/09/2019.

Como indicado na Tabela 2, se for equiparado o percentual do número de Rádios de Frequência Modulada, as conhecidas como FM - e neste caso também comerciais, com um total de 3.889 unidades e as Rádios Comunitárias (que são em FM, mas destacadas por conta do serviço e funcionamento em espaço restrito), com um quantitativo de 4.872, percebe-se que as Rádios Comunitárias ultrapassaram o número de FM's em mais de 25% (vinte e cinco por cento). São 983 rádios comunitárias a mais.

No caso de reunir todas as radiodifusões por ondas de frequência (ondas médias, ondas curtas, ondas tropicais, FM e RC), elas totalizam 10.386 unidades de radiodifusão brasileira, as rádios comunitárias equivalem a 49% (quarenta e nove por cento) do total.

Tabela 2 Radiodifusão - Relatório Anatel 2018

Rádios	Quantitativo
FM	3.889
OM (ondas médias)	1.497
OC (Ondas Curtas)	59
Rádios Comunitárias	4.872

Fonte: produzido pela autora, através das informações do Relatório Anual 2018 - Anatel

Apesar dos dados apresentarem as rádios comunitárias como numerosas e de extrema representação, eles podem ser um percentual não tão alto para este serviço. As rádios comunitárias chegam onde uma rádio comercial não chega e conhece a peculiaridade e realidade dos moradores, ouvintes do entorno, como ninguém. Peruzzo diz que

Para entender melhor a questão, convém salientar que as rádios comunitárias em FM surgem, no Brasil, sem amparo legal nos anos 1970 e 1980 - o que será mais explicitado adiante -, mas centenas de milhares delas ainda permanecem nessa condição, ou seja, são ilegais do ponto de vista jurídico, embora sejam legítimas do ponto de vista social por causa do trabalho emancipatório que desenvolvem (2010, p.2).

[...] Atualmente existe um grande número de emissoras desse tipo. Os números são controversos: para uns 5.5001, para outros 7.000, mas existem estimativas que falam na existência de 10.000 emissoras no país. Elas ousaram iniciar a "reforma agrária no ar", enquanto no Parlamento se discutia propostas

de leis para a radiodifusão de baixa potência, com visível atraso em relação as demandas sociais para o setor 1998, p. 2.

Os dados da Tabela 2, mesmo com informações dissonantes, mostram que essas rádios continuam funcionando e levando suas características para todos os lugares. Paiva e Muniz (2004, p. 2), informam um número muito mais expressivo, mesmo que 16 anos tenham se passado de tal indicação, os números demonstram a força do poder da fala, do direito de expressão e da liberdade de expressão também.

Existem hoje cerca de 20 mil rádios comunitárias em todo país - só no Rio são 280, nenhuma autorizada. Como se explica o fato, quando se sabe que há para isto uma legislação específica? Segundo Sebastião Santos, integrante do Grupo de Trabalho do Ministério das Comunicações e coordenador da Rede Viva Favela, tudo isso ocorre para impedir a concorrência com as rádios comerciais, concentradas na maioria das capitais, das quais a rádio comunitária tira audiência. Cerca de dois milhões de ouvintes que compõem as audiências AM e FM de rádios comerciais. Na opinião de Sebastião dos Santos, um terço dessa audiência ouve, às vezes, rádios comunitárias, o que acaba fazendo baixar os índices das comerciais e, conseqüentemente, reduzir o lucro publicitário (PAIVA e MUNIZ, 2006, p.2).

Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,8) informa que, em 2017, as rádios comunitárias tiveram um crescente aumento (55 novas emissoras),mas em patamares inferiores ao período 2014/2015 (77 rádios a mais) e do início da década com 200 rádios ou mais.

Essa desaceleração no crescimento do segmento de rádios comunitárias é um exemplo da perda de ênfase em políticas públicas que contribuíram para o crescimento da radiodifusão pública até 2016. No segundo semestre daquele ano, por exemplo, o governo federal parou de publicar os editais para novas emissoras previstos nos Planos Nacionais de Outorgas (PNOs) de radiodifusão comunitária e educativa e, a seguir, não implementou os novos planos para esses mesmos serviços. Em fevereiro de 2018, lançou um novo PNO apenas de radiodifusão comunitária com um total de municípios que não chegava à metade do PNO anteriormente previsto. Além disso, em 2016, uma medida provisória já havia extinguido o mandato do diretor-presidente e o conselho curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), um dos pilares da radiodifusão pública no país. Mandato fixo de dirigentes e instâncias de participação social são entendidos, no plano internacional, como essenciais para a garantia de uma maior independência da radiodifusão pública. (IBGE, 2018, p.371)

2.3 A Legislação²⁹ e os Trâmites de habilitação

O serviço, já chamado de Radiodifusão Comunitária, foi instituído pelo Congresso Nacional com a Lei nº 9.612, de 19.02.1998³⁰. A partir daí, normas de condutas para uma rádio comunitária foram estabelecidas. Seus objetivos estão ligados ao benefício da comunidade e da cultura local (como mostra o Artigo 3º da Lei, citada no Capítulo 5 – deste trabalho, no Manual Para Rádios Feitas em Comunidades). Eles só podem ser operados por entidades comunitárias, sob forma de Fundação ou de Associação, sem fins lucrativos.

Para que este serviço possa ocorrer com autorização, uma outorga de funcionamento só pode ser liberada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Primeiro, a instituição interessada deve preencher um o Cadastros de Demonstração de Interesse, tal documento está disponível na internet (*site* do MCTIC – Radiodifusão Comunitária – Espaço do Radiodifusor)³¹. Neste documento é exigido o CNPJ da instituição e sua localidade, com coordenadas geográficas obrigatoriamente na padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS". Mas este documento não é garantia de “vaga”, o processo é lento e a exigência grande. Pelo Plano Nacional de Outorgas – PNO,³² que é publicado pelo Diário Oficial da União, será indicado os editais de seleção, neles, é divulgado quais localidades estão suscetíveis a receberem novas outorgas para o Serviço de RadCom. Com base no art. 16 § 3º da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, as localidades a serem contempladas devem prioritariamente: não possuírem outras entidades autorizadas para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária e já terem realizado.

O texto da Lei 9612/98, que rege o setor, já é limitante o suficiente: 25 watts de potência máxima, altura do sistema irradiante não superior a 30 metros, 1 km de raio de abrangência de sinal, 4 km de distância entre o sinal de duas rádios, fora o limite do patrocínio mediante ao apoio cultural que inviabiliza a veiculação de dados elementares dos apoiadores como endereço, telefone, e-mail ou site, gerando também uma série de multas por parte da ANATEL. [...] Vale lembrar também que a ANATEL, na atribuição de suas funções, que se restringe, originalmente, ao papel de fiscalizar o cumprimento da Lei e acionar a Polícia Federal em mandatos de busca, apreensão e lacre das rádios, a partir de denúncias feitas pela população, conduz uma investigação mais centrada nas rádios comunitárias que nas comerciais, tendo chegado ao cúmulo de ser anunciado na Rádio CBN de Campinas o lacre de uma rádio

²⁹ Ver nesta dissertação de Mestrado o Capítulo 5 (Manual da Radio Brisa) em: Rádio Comunitária e as Normas Legais e Radcom e seus entraves.

³⁰ Lei 9.612, de 19.02.1998, em anexo.

³¹ Fonte: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiodifusao_comunitaria.html, acesso: 20/08/2019.

³² Fonte – PNO, disponível em:

<https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/comunicacao/arquivos/RadiofusaoComunitaria/PlanoNacionalDeOutorgas/PNO-2018-2019.pdf>, acesso: 15/05/2019.

comunitária antes mesmo da equipe de apreensão da Polícia Federal ter chegado à sede da rádio (CABRAL, 2008, p.2).

Para Peruzzo (2009, p.4), “a maioria das rádios livres comunitárias esteve ou está em situação de ilegalidade em decorrência da lentidão e/ou distorção no âmbito do governo federal quanto às decisões sobre os processos em andamento solicitando autorização para funcionamento”.

Na publicação do Edital, são convocadas as entidades interessadas a enviar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os documentos necessários que se dividem em dois tipos: (I) documentos de habilitação e; (II) documentos de instrução. Os primeiros devem ser enviados necessariamente ainda durante a fase de habilitação.

São eles:

Documento de habilitação:

1. Requerimento de outorga, contendo as declarações nele elencadas;
2. Estatuto Social registrado no livro A do cartório de pessoas jurídicas;
3. Ata de Constituição registrada no livro A cartório de pessoas jurídicas;
4. Ata de eleição da diretoria em exercício registrada no cartório de pessoas jurídicas;
5. Prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos;
6. Comprovante de maioria de todos os diretores;
7. Manifestações em apoio à iniciativa, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para prestação de serviço;
8. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

Documento de instrução.

1. Formulário de dados de funcionamento da estação;
2. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
3. Certidão negativa de débitos de receitas administrativas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
4. Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
5. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal;

6. Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII –A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

Uma vez recebidos, os documentos serão autuados e se tornarão um processo administrativo (processo de outorga) que, após a sua instrução, permitirá que o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expeça Portaria de Autorização. 4 O processo será então enviado para o Congresso Nacional via Casa Civil, para deliberação acerca da regularidade da outorga, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal de 1988. A autorização para prestar o Serviço de RadCom se aperfeiçoará com a expedição de decreto legislativo pelo Congresso Nacional. Enquanto a licença definitiva não é expedida – o que ocorre apenas após a expedição do decreto legislativo pelo Congresso Nacional –, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá licença de funcionamento provisório, nos termos do art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 1998, caso transcorra 90 (noventa) dias da entrada do processo no Congresso Nacional, sem que ocorra deliberação (BRASIL, RADCOM).³³

Exige-se o registro com CNPJ esta entidade, e que a localidade seja na área onde pretende executar as transmissões; ser dirigida por brasileiros, natos ou naturalizados, há mais de 10 anos, sendo maiores de 18 anos, em pleno uso de suas faculdades físicas e mentais. Não pode manter vínculos subordinados à gerência, ao comando, ao domínio, à administração ou a qualquer orientação de outra entidade, seja mediante compromissos ou relações financeiras e comerciais, por qualquer vínculo que seja (religioso, familiar ou político-partidário). Uma das dificuldades enfrentadas por tais instituições, são os trâmites legais exigidos para a habilitação.

Segundo Luz, (2001 p. 23) “O povo tem direito à comunicação. [...]. A luta pelas rádios livres e comunitárias faz parte do processo de democratização dos meios de comunicação, desejando que todos tenham acesso a um bem público”. Há os que olham as rádios comunitárias com uma certa distância, atrelando o nome pirata (este, indesejável nos movimentos) às rádios livres. A Sul Rádio - Consultoria em Radiodifusão, escreveu um artigo mostrando insatisfação ao serviço da Anatel nas rádios comerciais e afirmando um mal posicionamento dos movimentos de rádios livres/comunitárias no mercado radiodifusor. Nascimento argumenta que,

Em contrapartida também nos deparamos com uma crescente onda de instalações de emissoras clandestinas – piratas, que parece não ter fim. Fecha-

³³ Fonte: Cartilha RadCom – Disponível em:

https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/comunicacao/arquivos/RadiofusaoComunitaria/Cartilha/Cartilha_Radcom.pdf, acesso: 15/05/2019.

se uma e aparecem duas novas, isto quando a que foi fechada não reaparece em outro local. Por outro lado algumas Rádios Comunitárias, devidamente autorizadas e licenciadas, transmitem comerciais e operam com potência superior a permitida, em franca oposição à legislação que disciplina o serviço. (³⁴SUL Rádio, 2018).

A validade de habilitação do serviço de Radiodifusão Comunitária é de dez anos. Mas para uma rádio comunitária ter autorização de funcionamento há um processo que costuma ser demorado, alguns autores afirmam que a liberação das rádios comunitárias está ligada à política e apadrinhamento. Entre os tópicos mais relevantes estão os de favorecimento de políticos a concessões à rádios que seguem um editorial religioso ou político representando pessoas públicas com intuito de promoção pessoal, leis muito limitantes, que não favorecem os serviços e propósitos das rádios comunitárias e, a perda do real conceito “comunitário” ao seguirem propostas comunicacionais diferentes dos objetivos das rádios comunitárias. Segundo Machado *et al.*,

nestes últimos 20 anos, algumas poucas dúzias de apadrinhados do regime militar foram contempladas, a título de troca de favores ou como prêmio por sua lealdade, com o privilégio de utilizar faixas de onda em rádio e TV. Afora essas criaturas de compromissos escusos e de passado duvidoso, ninguém mais está autorizado a utilizar as ondas eletromagnéticas (1986, p.17).

Já Peruzzo aponta que

...ao mesmo tempo, que esse parâmetro é válido e praticado por um número incontável de experiências, também – e talvez em número ainda maior – há aquelas apropriadas por indivíduos interessados em tê-las como fonte de renda (uso como negócio comercial), e por outros tipos de articulações, seja político-partidária (para uso político-eleitoral) ou religiosa (usadas para conscientização, promoção social ou até apenas para proselitismo de igrejas, conforme cada caso). Essa situação provoca controvérsias, distorções e incompreensões no segmento comunitário de rádio no país (2010, p.4).

A Lei que define os serviços de Radiodifusão Comunitária reverberam de forma negativa em diversos trabalhos acadêmicos. Eles questionam a maneira como esta concessão de funcionamento se dá às rádios. Para Gorgen,

...quase intocada, a rádio radiodifusão privada teve que passar a conviver com uma nova categoria de emissoras. Criadas no mesmo ano da privatização do sistema Telebrás, as rádios comunitárias nasceram engessadas por um regulamento draconiano que as transformou em estações de segunda categoria, dificultando sua legalização, manutenção e operação. Perseguição

³⁴ Artigo de Sergio Nascimento, de25/05/2005., Disponível em: <http://www.sulradio.com.br/destaques/destaque_8053.asp>. Acessado em :09/07/2018.

política e policial, acusações criminais em um lento processo para aprovação das autorizações de funcionamento dentro do Congresso Nacional foram alguns dos obstáculos que, mesmo assim, não impediram as rádios comunitárias de ultrapassar o número de estações comerciais e educativas (2008, p.208-209).

Outra questão que envolve as Rádios Comunitárias é a possibilidade de municipalização da lei que rege a mesma. O tema gera dúvidas quanto à jurisdição ser Federal, visto que na própria Constituição Federal há controvérsias, como aponta Peruzzo (2005), no Art. 30, Inciso I: “compete ao município ‘legislar sobre assuntos de interesse local’” e, o oposto também está na mesma Constituição, no Art. 21, onde diz que é de competência da União legislar sobre “os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações”.

Afirma Peruzzo (2005, p. 8) que “ainda neste contexto, a Constituição ao mesmo tempo em que garante a supremacia da União na preservação dos interesses nacionais, prescreve a autonomia no nível político-administrativo entre Municípios, Estados, Distrito Federal e União (Art.18)”.

Voltando a questão da municipalização das outorgas, um tema que tem gerado polêmicas devido a entendimentos opostos sobre o poder dos municípios em legislar sobre os meios de comunicação. O movimento das rádios comunitárias vem se ancorando nos argumentos do juiz aposentado Dr. Paulo Fernando Silveira para quem a competência municipal é evidente, primeiro pelo “alcance da rádio comunitária – que, em princípio, deve ficar vinculada aos limites do município; segundo, o perfil das rádios comunitárias deve ser definido pelo povo do município, que vai dizer que tipo de rádio comunitária aquela comunidade aceita e tem como ótima para ele, porque o que é bom para o Rio de Grande do Sul, pode não ser bom para o Nordeste, o que é bom para São Paulo não é bom para o interior de Minas. A mesma lei não pode regular uma pequena cidade como Cachoeira do Sul e Porto Alegre. São realidades distintas. Por isso é que se precisa de uma lei municipal. Quanto ao alcance das ondas eletromagnéticas, cada município também tem que adequá-lo à dimensão de seu território. A rádio comunitária deve ficar ao alcance do município, no que se refere ao seu alcance e à sua potência” (SILVEIRA, 2000, p.2 *apud* PERUZZO, 2005, p.7).

2.4 Legislação e Recursos Financeiros

Quanto aos recursos financeiros utilizados para que uma rádio comunitária sobreviva, uma rádio comunitária não pode receber por uma propaganda ou publicidade que venha a divulgar. Elas podem receber patrocínio, em forma de apoio cultural. A Lei veta ainda que este apoio cultural seja de empresas, estabelecimentos e afins que não estejam situados na comunidade, conforme o Art. 18 da Lei 9.612/98: “As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a

serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida” (BRASIL, 1998).

Além disso, também é proibido arrendar um horário ou um programa com o intuito publicitário, de acordo com o Art. 19 da Lei citada: “É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação (BRASIL, 1998)”.

Tais artigos impedem de uma empresa de maior porte possa utilizar as rádios comunitárias para divulgar seus serviços, engessando os ganhos das rádios comunitárias e cerceando as mesmas. Medeiros destaca que

[...] outra questão problemática do quadro normativo dos meios comunitários, diz respeito à autonomia e sustentabilidade da rádio, devido à proibição de veiculação de publicidade em sua programação. Muitos ativistas e pesquisadores defendem a presença da publicidade nos veículos comunitários como forma de suprir a carência de recursos e a consequente dependência financeira de políticos, partidos e até mesmo de grupos religiosos. (2013, p.7)

Mas, por outro viés, o comércio local tem mais espaço, sendo valorizado, divulgado, apresentado. Assim se fortalece a divulgação dos serviços da comunidade para os moradores da mesma. “As RCs³⁵ não podem esquecer, porém, e jamais!, os pequenos negócios, os pequenos serviços, as pequenas lojas. [...] essa gente de poucos recursos tem que ser divulgada na rádio”, afirma Luz (2001, p. 133). Girardi e Jacobus (2009, p. 38) corroboram com a explanação do autor: Abra espaço para a publicidade (apoio cultural) dos pequenos negócios de sua comunidade, como o sapateiro, a doceira, (...) cobrando pouco, é claro. Lembre-se que o objetivo é sustentar e melhorar a rádio e não “parasitar” a vizinhança.

A discussão se arrasta perante a justiça, existe um Projeto de Lei do Senado n° 55, de 2016³⁶, de autoria do Senador Donizeti Nogueira (PT/TO³⁷), o qual propõe:

Ementa: Acrescenta o art. 18-A à Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial.

Explicação da Ementa: Altera a Lei 9.612/98, que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para dar às rádios comunitárias a possibilidade de custear suas operações através venda de publicidade comercial (BRASIL, 2016).

³⁵ Escrita do autor, referente a Rádios Comunitárias (RCs)

³⁶ Site do Senado Federal, (informação na íntegra), disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124948>, acesso: 28/07/2019.

³⁷ Partido dos Trabalhadores de Tocantins, partido qual o senador representa.

Em 2018, dois anos depois, o mesmo foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e seguiu para a votação final na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Une-se ao mesmo, outro Projeto de Lei do Senado, nº 666, 2019³⁸, de autoria do Senador Weverton (PDT/MA),³⁹ que propõe:

Ementa: Altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária", para permitir a veiculação de publicidade institucional.

Explicação da Ementa: Altera a Lei das Rádios Comunitárias, para prever que as prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio sob a forma de publicidade institucional pública ou privada, de interesse cultural, social ou da publicidade de atos da administração pública. Estabelece em 10% da programação diária o tempo máximo de publicidade. (BRASIL, 2019).

Ambos Projetos de Lei do Senado estão aguardando designação do relator, de acordo com a última atualização, em 01/11/2019, que é o senador Paulo Rocha. Não há interesse do reconhecimento destas mudanças legislativas, visto que as rádios comunitárias são canais de comunicação mais próximas de seus ouvintes e que para as rádios comerciais isso pode significar perda de publicidade para as mesmas.

Qual empresa não deseja estar mais perto do seu público-alvo, falando de “igual para igual” e conseguindo a fidelidade do mesmo? As rádios comunitárias podem ser ponte entre a publicidade e o morador, de forma mais empática.

2.5 Rádio de Poste e a Legislação Municipal

A Rádio Brisa começou com a rádio de poste⁴⁰ e até hoje continua com este veículo de comunicação na Via Ápia, Boiadeiro e Valão. Tal sistema de comunicação não possui uma bibliografia vasta, mas é de suma importância para o entendimento do começo desta forma de se mensagem para todos. Segundo Neuberger,

Sua história no país não é muito conhecida, pois faltam levantamentos em todos os aspectos sobre sua origem, atuação e importância comunitária. Geralmente, a rádio-poste é associada a cidades pequenas, onde as caixas de

³⁸ Site do Senado Federal, (informação na íntegra), disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135185>, acesso: 28/07/2019.

³⁹ Partido Democrático Trabalhista do Maranhão, partido qual o senador representa.

⁴⁰ Também conhecido como rádio Cipó, sistema de radiodifusão a cabo, rádio-corneta, serviço de alto-falantes, rádios alternativas de linhas moduladas, entre outras.

som do sistema de alto-falantes ficam instaladas no centro ou em mercados públicos, mas essa realidade não é a única (2012, p.117).

Sobre rádio de poste, especificamente do município do Rio de Janeiro (onde a Rádio Brisa funciona) não foi localizada lei direcionada única e exclusivamente sobre o assunto. Cada município possui uma legislação, sob responsabilidade da prefeitura local. Mas há muitas legislações (leis, decretos e afins) que englobam questões relacionadas ao serviço de rádio de poste ou o uso do próprio poste (como a lei do silêncio e uso dos postes em questões de fiações de empresas de tecnologia), por exemplo.

A começar pelo Decreto nº 29.881, de 18 de setembro de 2008⁴¹ que consolida as Posturas da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências, o Art. 34. afirma: “É proibida a propagação, por estabelecimentos em geral, de sons e ruídos para o exterior, acima dos limites permitidos na legislação, especialmente na Lei nº 3.268, de 29 de agosto de 2001”.

E, conseqüentemente a Lei Municipal citada acima, nº 3.268 de 29 de agosto de 2001⁴² a qual institui as condições básicas de proteção da coletividade contra a poluição sonora, a qual informa:

Art. 3º: “A emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais, religiosas ou recreativas, e outros, no Município do Rio de Janeiro, obedecerá aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos por esta Lei, sem prejuízo da legislação federal e estadual aplicáveis” (RIO DE JANEIRO, 2001).

Ou o TÍTULO III da mesma Lei (nº 3.268), sobre:

ADEQUAÇÃO SONORA

Art. 7º: Deverão dispor de proteção, instalação ou meios adequados ao isolamento acústico, que não permitam a propagação de sons e ruídos para o exterior, acima do permitido, devendo esta restrição constar no alvará de licença para estabelecimento:

L- os estabelecimentos recreativos, culturais, educacionais, filantrópicos, religiosos, industriais, comerciais ou de prestação de serviços, geradores de sons e ruídos; (RIO DE JANEIRO, 2001).

Também a Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011,⁴³ a qual trata da política urbana e ambiental e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Rio

⁴¹ Decreto nº 29.881, 18/09/2008, disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-rio-de-janeiro-rj>, acesso: 20/03/2019.

⁴² Lei Municipal nº 3.268, de 29/08/2001, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2001/326/3268/lei-ordinaria-n-3268-2001-altera-o-regulamento-n-15-aprovado-pelo-decreto-n-1601-de-21-de-junho-de-1978-e-alterado-pelo-decreto-n-5-412-de-24-de-outubro-de-1985>, acesso: 20/03/2019.

⁴³ Lei Complementar do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=178079>, acesso: 20/03/2019.

de Janeiro, afirma-que, dependem de licença, no inciso (quinze) XV - antenas destinadas a telecomunicações e radiotransmissão, bem como seus equipamentos e edificações auxiliares; (RIO DE JANEIRO, 2011).

Surgem, a partir de tais levantamentos legislativos dúvidas de como realmente estas rádios podem ser autorizadas pelas Prefeituras Municipais. Ainda em pesquisa, buscou-se a possibilidade de Alvara de Funcionamento, mas no site oficial da prefeitura do Rio de Janeiro não há especificamente autorização para funcionamento de Radios-Poste (ou similares). Seguem as opções informadas no site oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro para tal conhecimento:

Alvará - Informações Gerais⁴⁴

13/01/2017

O ALVA/RÁ DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO, ou simplesmente alvará, é uma licença concedida pela Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização permitindo a localização e o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas, prestadores de serviços, bem como de sociedades, instituições, e associações de qualquer natureza, vinculadas a pessoas físicas ou jurídicas.

A solicitação do alvará deve ser iniciada pela Consulta Prévia de Local, disponível na internet, no Portal do Carioca Digital, com a indicação do endereço e atividades pretendidas. Este Sistema elimina todas as barreiras de distância e locomoção dos que se interessam em abrir um estabelecimento na Cidade do Rio de Janeiro. Utilizando-se desta ferramenta, o interessado poderá saber se a atividade econômica pretendida poderá ser exercida no local escolhido. Preenchendo corretamente o formulário eletrônico, a resposta virá em curto espaço de tempo por e-mail.

Quem deve possuir:

- estabelecimentos comerciais, atacadistas ou varejistas;
- estabelecimentos industriais;
- estabelecimentos agrícolas;
- estabelecimentos prestadores de serviços;
- profissionais liberais e profissionais autônomos, localizados em unidades não residenciais ou na própria residência;
- pessoas físicas ou jurídicas no exercício de atividades por tempo determinado;
- microempreendedores individuais.

Quem está dispensado:

- os estabelecimentos da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal, bem como suas autarquias e fundações;
- as sedes de partidos políticos;
- as missões diplomáticas;
- organismos internacionais reconhecidos pelo governo brasileiro;
- as associações de moradores;
- os templos religiosos.

⁴⁴ Informações sobre Alvara da Prefeitura do Rio de Janeiro, disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/smf/exibeconteudo?id=6672333>, acesso: 20/03/2019.

Tipos de Alvará

Além do Alvará de Licença para Estabelecimento, e dependendo das características das atividades e do local, existem outros tipos de alvará:

Alvará de Autorização de Eventos;

Alvará de Autorização Especial;

Alvará de Autorização Transitória;

Alvará de Autorização de Comércio Ambulante (CICA)*;

Alvará de Autorização de Bancas de Jornais; e

Autorização de Uso de Mesas e cadeiras.

A concessão do alvará obedece a dois princípios: o bem-estar da coletividade e o respeito à livre iniciativa. As cidades grandes, como o Rio de Janeiro, apresentam conflitos entre os vários usos – moradia, trabalho, lazer e circulação - que os habitantes fazem dos locais públicos e privados. Cabe ao Poder Público regular esses conflitos e garantir o ordenamento econômico e urbanístico, mediante um conjunto de normas legais. Ficam protegidos, assim, tanto os interesses gerais e particulares quanto a liberdade dos agentes econômicos. (RIO DE JANEIRO, 2017).

Ao falar sobre o começo da rádio de poste Brisa, na Rocinha, em parceria com um de seus irmãos, Elias afirma que recebeu uma autorização de funcionamento da Região Administrativa da Rocinha:

[...] aí nós reativamos a rádio na parte de baixo, ele (o irmão) teve os compromissos dele, eu dei continuidade e coloquei a rádio de poste em toda Rocinha. Peguei o nada opor de todas as ONGs, associações da Rocinha e entreguei na Região Administrativa, eles carimbaram *pra (sic)* eu ter autorização *pra (sic)* colocar a rádio de poste na comunidade. (GUILHERME, 2019, em entrevista).

Mas não se obteve para este trabalho uma prova concreta de tal coisa, um papel, documento ou qualquer comprovação da mesma.

3 POR DENTRO DA ROCINHA

A Rocinha é uma das maiores favelas da América Latina e de fácil acesso devido a sua localização privilegiada, na Zona Sul do Rio de Janeiro, próxima de um dos metros quadrados mais caros do país, entre São Conrado e Gávea (este último ocupa o 4º lugar como o metro quadrado mais caro do Rio de Janeiro - de acordo com a tabela Agenteimóveis)⁴⁵. A comunidade é margeada por uma rua principal, de mão dupla para veículos, que perpassa por toda a Rocinha, ligando os bairros Gávea e São Conrado, chamada de Estrada da Gávea.

A população é estimada em 69.356 habitantes, em um total de 24.543 domicílios, de acordo com o Instituto Pereira Passos, com base no Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já a instituição Bento Rubião (Revista Direito à Moradia na cidade do Rio de Janeiro, nº 1, março de 2010)⁴⁶ afirma que são, aproximadamente, 30 mil unidades habitacionais e uma população de mais de 100 mil habitantes com uma ocupação de uma área de 100 hectares, com uma densidade de 1.000 hab/ha. (hum mil habitantes por hectare). Também há quem afirme que o número de moradores está entre 180 mil e 220 mil habitantes, como o ex-presidente da Associação Pró-melhoramento dos Moradores da Rocinha, Leonardo Lima, em entrevista ao *site* G1,⁴⁷.

O Censo do IBGE (em 2010) também a aponta como a maior favela do Brasil, com população maior do que a 70% (setenta por cento) dos municípios brasileiros. Dentro da Rocinha também está localizada uma Região Administrativa,⁴⁸ sendo a 27ª na escala da Prefeitura do Rio, a (XVII R.A). Ela é composta somente pela Rocinha, sem ser dividida com outros bairros, como em algumas Regiões Administrativas. Também é o bairro com maior densidade demográfica por número de habitante: 48.258 hab./Km², de acordo com o Data Rio, que fornece informações sobre a cidade.⁴⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Rocinha é de 0,732⁵⁰, chegou-se a tal resultado através da análise de três indicadores:

⁴⁵ Fonte: Os 10 bairros mais caros em Rio de Janeiro – 10/2018. Site do AgenteImóvel. Disponível em <<https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/rio-de-janeiro,rj/>>. Acesso 05/11/2018.

⁴⁶ Fonte: Revista Direito à Moradia, nº 1, 2010 - por Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião, disponível em:[http://www.ciespi.org.br/media/Cartografias/Rocinha/2%20Rocinha%20em%20numeros PDF/7%20Direito%20Moradia%20cidade%20Rio%20de%20Janeiro 2010.pdf](http://www.ciespi.org.br/media/Cartografias/Rocinha/2%20Rocinha%20em%20numeros%20PDF/7%20Direito%20Moradia%20cidade%20Rio%20de%20Janeiro%202010.pdf), acesso em: 08/10/2019.

⁴⁷ Fonte: Maior Favela do País, Rocinha discorda de dados de população do IBGE. Site G1. 21/12/2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>>. Acesso em 15/10/2018.

⁴⁸ A 27ª Região Administrativa da Rocinha é mais conhecida como R.A. Uma RA pode ser formada por um ou mais bairros (no caso da Rocinha não há outros bairros), sendo 33 unidades divididas por núcleos de localidades e administradas pelas 7 subprefeituras sazonais.

⁴⁹ Fonte: Data Rio referente ao trimestre de 2018, disponível em: <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>, acesso: 20/10/2018.

⁵⁰ IBGE – Censo de 2010

Longevidade (vida longa e saudável), Educação (acesso ao conhecimento) e Renda (padrão de vida) foi considerado médio, ocupando o 120º lugar, com o índice

Composta por uma miscigenação de raças, religiões e condições sociais, ela concentra diversos serviços, cursos, academias, restaurantes, clínicas, creches e escolas particulares. Dentro da Rocinha é fácil encontrar produtos e artefatos direcionados a diversos estilos de pessoas: do turista ao morador nordestino. Há também restaurantes da culinária japonesa, pizzarias, locais com especialidades diferenciadas (carne de cabrito, comida baiana, mineira, nordestina etc.). A grande e tradicional feira acontece aos domingos, começando na Cidade Nova e terminando no Largo do Boiadeiro. Nomes de empresas conhecidas pelo Rio de Janeiro, como Subway, BOB's, Bradesco, Banco do Brasil, Ricardo Eletro, Cacau Show têm ou já tiveram suas filiais dentro da comunidade.

A Rocinha como é tomada como referência pois tem a característica de reunir pessoas de diversas classes sociais e culturais em seus espaços. Ao analisarmos um pouco de suas vertentes comunicacionais e culturais, verifica-se que essas iniciativas conversam positivamente entre si. Canclini (2008) expõe o porquê coexistem as culturas étnicas e novas tecnologias, formas de produção artesanal e industrial. Os opostos se reúnem para assim reproduzirem novos papéis e formas de relação.

[..] por exemplo: as razões pelas quais tanto as camadas populares quanto as elites combinam a democracia moderna com relações arcaicas de poder. Encontramos no estudo da heterogeneidade cultural uma das vias para explicar os poderes oblíquos que misturam instituições liberais e hábitos autoritários, movimentos sociais democráticos e regimes paternalistas, e as transações de uns com outros (2008, p. 19)

Em relação aos transportes coletivos e alternativos contribuem para uma concomitância de atividades, várias motos subindo e descendo a Rocinha sem parar, ônibus e vans misturadas ao caos dos constantes engarrafamentos. O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESP),⁵¹ tem uma pesquisa completa sobre a Rocinha, na qual ela colheu alguns depoimentos dos Moradores da Rocinha (os mesmos não foram indicados por nome) a saber:

“ O transporte público permanece precário, insuficiente e sem fiscalização, não atendendo a grande demanda. Os mais prejudicados são as crianças e os alunos da rede pública de educação. O transporte alternativo, além de ter os mesmos problemas, não transporta alunos da rede pública de forma gratuita e estão sempre lotados. O trânsito continua caótico das 6h do dia às 20h da noite. Permanece o estacionamento em locais proibidos. A sinalização é precária e

⁵¹ Fonte: CIESP, disponível em: <http://www.ciespi.org.br/Cartografia/Depoimentos-2046>, acesso: 15/05/2019.

persiste o desrespeito às leis de trânsito. O desafio é ter uma fiscalização que cumpra com a lei. Apesar de atualmente termos a CET-Rio (Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro), órgão responsável pelo trânsito na cidade porem falta muito a fazer! ” (CIESP, 2012)

Os meios de transporte utilizados são os ônibus coletivos, linhas 538 (Rocinha – Leme) e 539 (Rocinha – Leme), vans e moto-táxis, que prestam serviço por R\$ 3,50 (três e cinquenta) a R\$ 4 (quatro reais), o valor tem variação de acordo com o local, quanto mais íngreme, mais caro.

Desde 2016, a Rocinha conta com a Linha 4 do metrô, a qual liga a Barra da Tijuca até a Pavuna, com a estação São Conrado (a qual tem uma saída aos ‘pés’ da comunidade, na parte baixa, próxima ao bairro que dá nome à estação. Os moradores da Rocinha também contam com uma integração tarifária entre as vans (legalizadas) e o Metrô Rio. A iniciativa começou em 9 de outubro de 2017 e atualmente o valor da integração é de R\$ 6,05 (seis reais e cinco centavos).

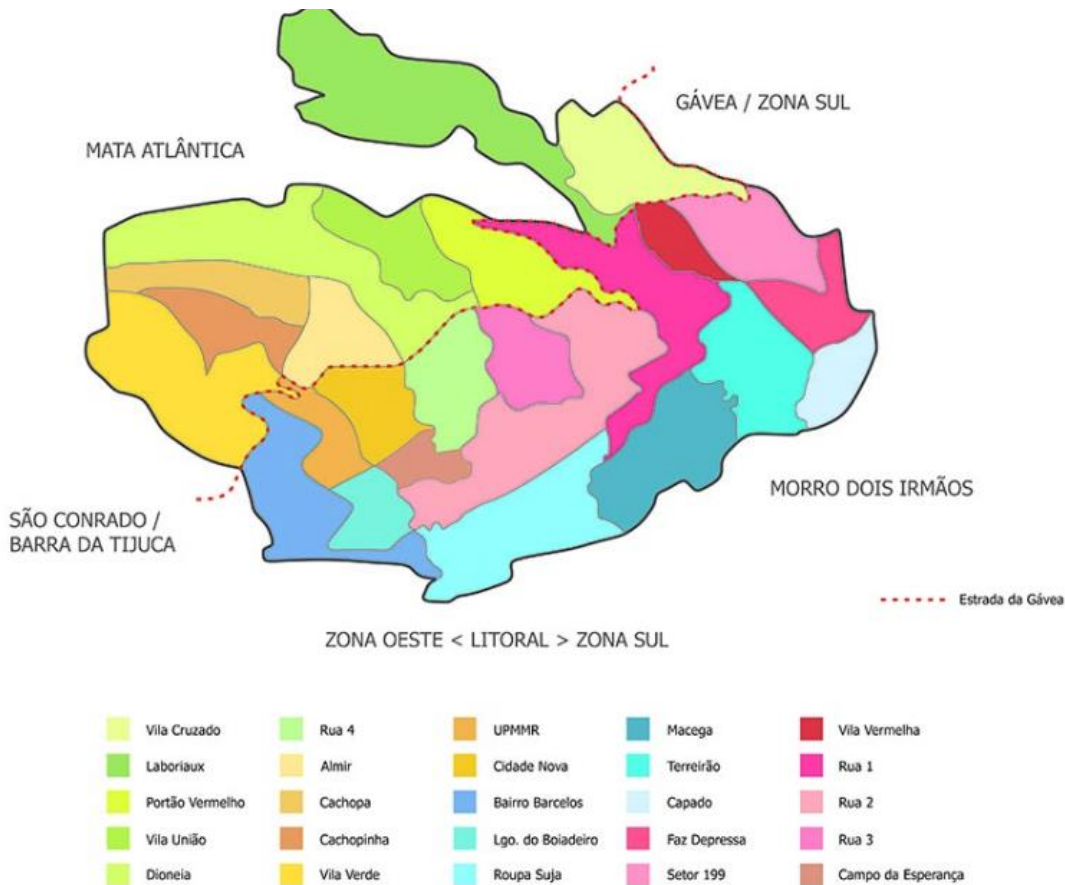
As localidades que formam a comunidade variam de um extremo ao outro. Como um dos exemplos, o então chamado “Prédios”, que é uma vila de casas com a entrada localizada no “meio” da Estrada da Gávea, com um grande portão de grades que beira a rua principal. Os apartamentos ou casas de lá, nada tem a ver com as casas menores, barracos e quitinetes que existem na localidade. As casas são bem grandes, costumam ter dois ou mais quartos. O valor do aluguel é consideravelmente alto para os padrões de uma comunidade, varia de R\$ 1.000,00 (Hum mil) a R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais). Por outro lado, o Macega, local de difícil acesso e mais próximo da rua 1 – sub-bairro mais perto do começo do alto Gávea - é formado por barracos e casas de tijolos sem finalização. Muitas ligações elétricas estão expostas, com relógios de energia sem funcionar. Alguns moradores não possuem água encanada e nenhum tipo de saneamento básico.

Funcionando como um “ponto de encontro”, o Grêmio Recreativo da Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha, contribui para que diferentes classes sociais festejem o Carnaval no mesmo espaço físico. Os ensaios na quadra (localizada próxima ao túnel Zuzú Angel, em São Conrado), demonstram toda a alegria e espontaneidade dos moradores e dos visitantes, muitos de classes sociais distintas dos moradores da Rocinha. Todos animados pelo tocar da bateria.

Apesar de ser tomada por comércios e ter a nomenclatura de bairro, muitos de seus moradores vivem com a falta de saneamento básico e melhores condições de vida. Em seus sub-bairros além dos bairros, conforme pode ser verificado na Figura 1, acrescentam-se: Estrada da Gávea, Cidade Nova, Valão, Largo do Boiadeiro, Paula Brito, Sete, Humuarama,

entre outros. A maioria de seus habitantes não efetuam o pagamento de IPTU, Taxa de coleta de lixo e fornecimento de água.

Figura 1 Mapa da Rocinha e suas áreas



Fonte: CIESP⁵²

As obras do Programa de Aceleração e Crescimento, conhecidos como PAC foi anunciado em 2008, mas na Rocinha começou de fato em 2010, entre vaís e vens, muitas vezes as obras foram cessadas, como observar-se em matéria da jornalista Selma Schmid para o jornal “O Globo”:

RIO - A paralisação das obras da primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1) na Rocinha, no fim do ano passado, é uma preocupação dos moradores da favela, que querem muito mais do que uma passarela com as curvas de Oscar Niemeyer e um Centro Esportivo, na Autoestrada Lagoa-Barra. O presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado (Emop), Ícaro

⁵² Ciesp, disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/Cartografia/Historico-Rocinha1038>>, acesso: 20/10/2019.

Moreno Júnior, garante, no entanto, que na próxima quarta-feira entregará à Caixa Econômica Federal a documentação exigida para a liberação dos R\$ 51 milhões destinados à complementação dos serviços, para o que ficou pelo caminho seja executado.⁵³

Na questão segurança, em 13 de novembro de 2011, ocorreu a operação de pacificação da Rocinha, quando o Batalhão de Choque e o Bope (Batalhão de Operações Especiais, da Polícia Militar), se instalou no local até ocorrer a entrada da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), em 20 de setembro de 2012, com um contingente de 700 policiais militares, uma sede administrativa, oito bases avançadas e cerca de 80 câmeras de vigilância.

Quase seis anos depois, em abril de 2018, foi decidido pelo Gabinete de Intervenção Federal extinguir a UPP da Rocinha, além de mais 12 unidades.

O Gabinete de Intervenção Federal decidiu extinguir 12 Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Outras sete serão absorvidas por outras unidades. A decisão foi tomada com base num estudo elaborado durante três meses, em meados do ano passado, por uma comissão de policiais do Estado Maior e da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP).

Duas unidades já tiveram suas atividades encerradas: Batan e Vila Kennedy, ambas na Zona Oeste. Além dessas, também serão extintas as UPPs da Rocinha, Caju, Camarista Méier, Cidade de Deus, Coroa/Fallet/Fogueteiro, Prazeres, Lins, São Carlos, São João e Mangueirinha — próxima unidade a encerrar suas atividades, segundo o calendário da intervenção. (EXTRA, 2018).⁵⁴

De acordo com o *site* do Museu Sankofa, do projeto Memória Rocinha (desenvolvido junto ao Instituto Moreira Salles),⁵⁵ em pesquisa da Associação Comercial e Industrial do Bairro da Rocinha,⁵⁶ foi indicado um acelerado crescimento do comércio local, identificando mais de 1.250 pontos comerciais. Em 2004, foi inaugurado o primeiro Mercado Popular da Rocinha. Em 2008, foi criado o Pró-Museu - grupo dedicado ao direito às memórias e histórias da região, que consolida organizações como o Museu Sankofa Memória e História da Rocinha.

Para citar um pouco desta história, o nome “Rocinha” possui duas versões para sua origem. Uns afirmam que moradores de pequenos sítios no Alto Gávea, vendedores de hortaliças na Gávea informavam que os alimentos vinham “da rocinha”. Há também quem afirme

⁵³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/as-obras-que-marcaram-favela-da-rocinha-3221918>, acessado em 05/02/2019.

⁵⁴ Fonte: Extra online, disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/intervencao-decide-extinguir-12-upps-outras-sete-serao-absorvidas-por-outras-unidades-22632151.html>, acesso: 25/01/2019.

⁵⁵ Fonte: <http://memoriarocinha.com.br/linha-do-tempo/>, acesso em 18/10/ 2018.

⁵⁶ Mais detalhes, disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/pesquisa-mostra-que-empresario-da-rocinha-e-nordestino-e-tem-1-grau-210840.html>, acesso: 05/07/2019.

que havia uma moça bonita e muito loira que morava na região da fazenda Quebra-Cangalha, conhecida como “Russinha”.

De 1920 a 1937, a família Castro Guidão (dona do grande terreno) pela falta de infraestrutura exigida pela Prefeitura na época, começou a demarcar lotes para venda às pessoas de baixa renda, dando origem aos nomes: rua 1, 2, 3 e 4 (titulações sazonais utilizadas até hoje). A ocupação da Rocinha, em 1930, ainda era muito tímida, com alguns barracos e lavouras. Mas a Estrada da Gávea recebeu pavimentação e iluminação pública, agregando as corridas de automóveis do Circuito da Gávea, popularmente conhecidas como “Corridas das Baratinhas”.

Com o asfalto, o acesso ao local fomentou a chegada de mais pessoas que trabalhavam próximas ou procuravam um lugar para começar a vida distante da terra natal. Na década de 1950, o número de migrantes de nordestinos para o Rio de Janeiro aumentou e a comunidade tornou-se um expressivo referencial de moradia.

A abertura dos túneis Rebouças e Dois irmãos, entre 1960 e 1970 contribuiu para uma grande procura por emprego e conseqüentemente por uma residência mais próxima, tendo assim um expansionismo da Rocinha que em 1980, já se tornara uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, sendo considerada bairro com a Lei nº 1995 de 18 de junho de 1993⁵⁷, onde afirma em seu artigo 4º: “*Fica criado o Bairro da Rocinha (código 227154), com delimitação na forma do Anexo II desta Lei e que passa a ser incluído na delimitação de bairros constantes do Anexo II do Decreto nº 5.280/85, Área de Planejamento 2-AP-2*” (RIO DE JANEIRO, 1995).

3.1 Cultura na Rocinha: grupos, ações e pessoas

Em pesquisa, sobre o mapeamento de atividades culturais, destacam-se duas importantes referências: O livro “A Produção Cultural na Rocinha”, de Davison Coutinho; e “O Mapa Cultural da Rocinha”, produzido pelo site do Fala Roça em parceria com o Museu Sankofa, que indicam instituições, projetos sociais, áreas de lazer, locais, escolas e um pouco da história da localidade.⁵⁸ Apesar do mapa virtual estar apresentando *bug*⁵⁹ ao ser acessado, ele possui muitas referências importantes que podem embasar qualquer início de pesquisa social sobre a comunidade.

⁵⁷ Fonte Site Jus Brasil: Lei 1995, de 18 de junho de 1993. Disponível em: <https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/273427/lei-1995-93>, acesso em 26/02/2017.

⁵⁸ Fonte: Mapa Cultural da Rocinha, disponível em: www.falaroca.com/mapa, acesso:

⁵⁹ Bug (nome inglês que traduzido significa: inseto. Em tecnologia quer dizer um “erro”, “pequeno defeito” no software ou página virtual)

Muitas histórias fizeram parte da Rocinha na década de 1990, grupos de dança inspirados nas Paquitas,⁶⁰ como o Paquitas da Rocinha, Paqui *Dance* ou *Pink Dance*. A época também foi cenário para o estilo musical *funk melody*⁶¹ e os MCs,⁶² como Junior e Leonardo, cantando o *rap* do Flamengo; ou o MC Galo, com o refrão do seu *rap*: “*Olê, lê, olá, lá, a Rocinha pede a paz ‘pro’ baile não acabar*”. Seguindo um estilo musical mais romântico, Charlys da Rocinha, foi notícia do programa de televisão jornalístico, Fantástico, da Rede Globo, sendo comparado ao cantor Roberto Carlos em relação à venda de CD’s (*compact disc*) dentro da comunidade. O grupo de pagode Geração, formado por quatro integrantes e o Pur’amizade, em 2003 teve um de seus hits em uma novela global.

O Renato da Rocinha,⁶³ representa o samba de raiz e tem conquistado o cenário musical, levando o nome da comunidade em que foi criado. E os grupos de dança que fazem apresentações em bailes de debutantes até hoje, como o Valsa Sonhos de Uma Noite, coordenado por Jorge Izaias ou o Valsa Noite de Encantos e o Cadetes Oficiais, ambos dirigidos por Alexander Izaias.

Já o GBCR (*Grupo de Break Consciente da Rocinha*) leva sua dança não só como forma de expressão artística, mas de melhorar a saúde mental das pessoas. O grupo, atua há mais de 24 anos dentro da Rocinha, mas começou na Baixada Fluminense em 1986. O morador, Luiz Carlos dos Santos Pinto, o Luck, dirige o projeto e tem em seu currículo um diferencial, suas aulas de Break acontecem no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), a atividade é configurada como terapia ocupacional e é destinada às pessoas com *déficit* intelectual ou dependentes químicas.

Para Vicário (2015, p. 31), “cresceu fortemente o conceito de empreendedor cultural, viver de fruto da criatividade, tirar proveito dos resultados de uma força que não se esgota, aquela que coloca em funcionamento para o conhecimento”, e assim há vários exemplos artísticos que se reconhecem dentro da comunidade e que fazem a diferença no dia-a-dia dos participantes.

As políticas culturais devem ser repensadas de diversas maneiras. VICÁRIO (2015) cita cinco melhorias nas áreas: Legislativa, Econômica, Tecnológicas e Sociais. Esta última a saber:

⁶⁰ Grupo de jovens assistentes de palco da apresentadora Xuxa que cantavam e dançavam coreografias com músicas

⁶¹ *Funk melody* é um subgênero do freestyle, surgido nos anos 90 com letras romantizadas. O estilo musical utiliza muito *samplers* e baterias eletrônicas.

⁶² MC’s = Mestre de Cerimônia, neste caso são cantores de *rap*, na época, um estilo de funk carioca.

⁶³ Fonte: Renato da Rocinha, página oficial do Facebook: <https://www.facebook.com/RenatoDaRocinha/>, acesso em 05/05/2018.

Sociais. Fomentar e estimular maior participação de todos os membros da sociedade na criação e no consumo cultural. Estimular a criação de espaços públicos compartilhados e usufruídos em torno da cultura, voltando a depositar no coletivo a ideia de comunidade. Trabalhar em processos de desenvolvimento comunitário, educação e criatividade. Estimular programas conjuntos entre meio ambiente e cultura. Incentivar os processos de cooperação social através de programas culturais. Dinamizar as linguagens de proximidade, as novas formas de se aproximar do cidadão (VICÁRIO, 2015, p. 30).

Este social dentro da comunidade, principalmente, relacionado a espaços públicos coletivos a favor da cultura, sofreu uma grande escassez com o passar do tempo. Mesmo sendo empresa particular, a empresa de ônibus Transporte Amigos Unidos (T.A.U.) cedia os espaços de suas garagens e a Rocinha recebia atividades culturais em épocas festivas, como Carnaval ou Natal.

Elas ficavam localizadas em três espaços: na Estrada da Gávea haviam duas: uma na altura da igreja católica Nossa Senhora da Boa Viagem (hoje é uma creche municipal) e a outra, de maior tamanho, ao lado do extinto Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) da Polícia Militar. A terceira garagem, tinha o dobro do tamanho da segunda, localizada ao lado da Curva do “S” (e que hoje concentra a Unidade de Pronto Atendimento - UPA). Todos os três equipamentos foram palcos de shows de artistas renomados como as bandas: O Rappa e *Charlie Brown Junior*; cantoras como, Ivete Sangalo e Cláudia Leitte, músicos como Caetano Veloso e o cantor internacional, *Ja Rule*. As garagens não existem mais e nem o DPO, sendo substituídos pelos prédios do Minha Casa, Minha Vida e pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA), projetos públicos que chegaram pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Um ponto hoje que ainda aporta grandes eventos é a quadra poliesportiva da Rua 1, nela ocorrem os bailes *funks* da comunidade.

As atividades culturais e projetos sociais acontecem pincelados, distribuídos por vários pontos. Enumerar as vertentes culturais da Rocinha não é uma tarefa fácil – então faltarão citar nesta dissertação alguns grupos e ações inseridos na comunidade, nada que os desmereçam, apenas foi uma questão de escolha natural, visto que a comunidade é tomada por referenciais como:

3.1.1-Companhia Semearte - Teatro, Dança, Música⁶⁴

⁶⁴Página oficial da Companhia SEMEARTE, disponível em: <https://www.facebook.com/ciasemarterocinha/>. Acesso em 20/02/2020.

A companhia une dança e teatro em aulas para crianças e jovens e possui mais de 80 participantes. Os ensaios ocorrem na Biblioteca Parque da Rocinha, equipamento da Secretaria Estadual de Cultura do Governo do Estado. Uma das atividades que demonstra coletividade e expansão de relações artísticas foi a encenação da peça teatral “Sonho de Uma Noite de Verão”, de *William Shakespeare*, em julho de 2019. A atividade foi realizada junto aos alunos de uma escola particular, vizinha à Rocinha, e uma das mais caras⁶⁵ do Rio de Janeiro, a Escola Americana,⁶⁶ na Gávea.

3.1.2 Dreams Models – Modelo e Manequim

O grupo de modelos e manequins, *Dreams Models*, dirigido por José Luiz da Conceição Silva, o José Luiz Summer fez muito sucesso entre os jovens da Rocinha na década de 90, conseguindo destaque no O Globo, na matéria assinada por Carla Rocha: “Do alto dos Morros para as passarelas”, os ensaios aconteciam dentro de uma creche aos sábados e Summer levava seus modelos para várias escolas e espaços públicos com desfiles temáticos.

“ Na passarela sobre lajes de concreto da Rocinha, *top models* armam o maior barraco da moda prêt-à-porter. Bem explicado: garotas jovens e bonitas se reúnem na favela para buscar uma carreira de sonhos. São modelos e manequins que, a céu aberto, treinam postura, caras e bocas ou desfilam os modelos das cooperativas de costureiras que proliferam nessas comunidades.” (ROCHA, O GLOBO, 1996, p.?)⁶⁷

O curso foi tema do filme documentário: *A passarela da vida*, dirigido pelo diretor francês Emmanuel Ruffi e em julho de 2017, teve a primeira exibição no cine Maison, no Rio de Janeiro.⁶⁸

3.1.3 Escola de Música da Rocinha (EMR)⁶⁹

A instituição musical sem fins lucrativos, Escola de Música da Tocinha (EMR) iniciou suas atividades, em 1994, dentro de uma igreja local, mas migrou para o prédio da Prefeitura

⁶⁵UOL, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2105200416.htm>, acesso em 15/10/2018.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.earj.com.br/>. Acesso em 15/10/2018.

⁶⁷ Veja matéria do O Globo, em anexo.

⁶⁸ Fonte: Cine – O site do serviço audiovisual da embaixada da França no Brasil, disponível em: <https://www.cinefrance.com.br/festivals-mostras/estreia-do-documentario-a-passelela-da-vida.335>, acesso 15/05/2018.

⁶⁹ Escola de Música da Rocinha. Disponível em: <https://escolademusicadarocinha.org.br/>. Acesso em: 08/07/2019.

do Rio de Janeiro, Rinaldo De Lamare (que fica em São Conrado), em 2004, onde está localizada atualmente. Todas as atividades são gratuitas. Ela foi fundada por um professor de música alemão, *Hans Koch*, no período em que morou no Brasil.

A Associação busca estimular o capital humano e social de comunidades de baixo IDH através da promoção do acesso ao estudo de linguagens artísticas, com especial atenção à música, acreditando no seu potencial de transformação e inclusão social, e tem o objetivo de desenvolver e aprimorar processos pedagógicos e de gestão para projetos socioculturais, com vistas à sua replicação (ESCOLA DE MÚSICA DA ROCINHA, 2019)

A EMR completou 25 anos de existência em junho de 2019, e fornece aulas de canto coral, cavaquinho, clarinete, contrabaixo, acústico, flauta doce e transversa, musicalização infantil, percussão, Prática de Conjunto, Prática de Orquestra, Teoria e Percepção Musical, entre outras. Seu atendimento se estende a jovens dos bairros de menor poder aquisitivo e próximos à Escola, como Vidigal, Parque da Cidade e de Vila Canoas. E há uma filial da escola na Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem.

A Escola possui três projetos de maior destaque: a Orquestra de Câmara da Rocinha e o EMR toca o Nordeste, além do Coral com mais de 30 crianças e jovens.

3.1.4 Geleia da Rocinha

O artista plástico Geleia da Rocinha, o José Gomes da Costa, recicla materiais que foram jogados no lixo e forma belos quadros, pinturas e expressões artísticas em cores ávidas e reluzentes. Ele começou seu trabalho já na década de 70. Em 1998, quando ele teve a oportunidade de desenhar o cantor e produtor musical, Carlinhos Brown, para capa e contracapa do disco: “Omelete Man”, convite feito pelo coreógrafo e designer, Gringo Cardia. O artista fala sobre o ocorrido em entrevista para uma revista chamada Diálogos Urbanos no ano de 2009 cedida à autora deste trabalho:

“Eu já pintava, mas só mostrava para amigos que frequentavam minha oficina da Rocinha. Depois desse convite vieram as entrevistas em programas de televisão, revistas e jornais. E aí surgiram outras oportunidades que tornaram meu trabalho visível ao mundo”, orgulha-se Geleia.” (ARAÚJO, Landa. “A Borboleta que Quebrou as Algemas”, Revista Diálogos Urbanos, nº01, abril de 2009, p. 11).

Coutinho (2013, p. 29) diz que o artista “produziu sua obra para o cenário do show “Do cóccix até o pescoço”, da cantora, Elza Soares e no painel da faixa da sala de Baden Powell, em Copacabana”.

O apelido de Geleia foi dado pelo escritor, jornalista e teatrólogo Nelson Rodrigues (1912-1980). Ao ouvir uma conversa entre funcionários, onde Jaime, na época, porteiro na empresa TV Globo, afirmara que tinha medo de armas, mesmo morando na Rocinha, Nelson tratou de lhe dar o apelido de Geleia (fazendo uma alusão ao homônimo personagem do comediante Jô Soares).

3.1.5 Via Sacra da Rocinha

A Via Sacra da Rocinha é um projeto teatral que começou em 1992, nele, mais de 2,7 Km são percorridos com a encenação do calvário de Jesus Cristo. O espetáculo é composto pela companhia teatral Roça Caça Cultura formada por atores-moradores da comunidade e foi dirigida por mais de 15 anos por Aurélio Mesquita, ator e diretor. O projeto da Via Sacra da Rocinha tornou-se Patrimônio Imaterial Cultural do Rio de Janeiro, em 2015⁷⁰, e apesar do roteiro central ser inspirado em uma história bíblica, a encenação muda todos os anos, com o retrato de assuntos atuais, vividos pela comunidade.

3.1.6 Wark da Rocinha

Marcos Rodrigues Neves, o *Wark* da Rocinha, é conhecido por grafitar anjos em diversas situações e expressões. Um grande talento nas artes, com sua pintura de rua, o artista tem obras expostas também fora do Brasil, nos EUA, Itália, França e Canadá. Durante os Jogos Olímpicos do Rio (2016), foi convidado a levar a tocha Olímpica pela cidade. Wark estudou na Escola de Belas Artes do Parque Lage e, com apenas 16 anos começou a multiplicar o que sabe ensinando a crianças e jovens da Rocinha, utilizando materiais recicláveis ou de sobras de outros trabalhos comerciais. Hoje ele tem um espaço idealizado por ele e intitulado “Instituto Wark Rocinha”, onde agrega arte e juventude para um ideal melhor.

⁷⁰ Via Sacra da Rocinha é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do RJ. Site Fala Roça. Sem data de Publicação. Disponível em < <http://www.falaroca.com/via-sacra-da-rocinha-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-imaterial-do-rj/>>. acesso em 15/10/ 2018.

3.2 Mídias Locais da Rocinha

O historiador, Fernando Ermiro, enxerga daqui há cinco anos, o avanço das mídias da Rocinha de forma crescente: “Espero que elas cresçam, aumentem sua potência, melhorem seus equipamentos. Mas precisam manter sua identidade, sua comunicação local identificada com seu público” (SILVA, Fernando Ermiro. Informações colhidas em entrevista via e-mail a autora em 29 de janeiro de 2020). Para Michel Silva, “a facilidade de obter informação online afastou as pessoas de obtê-la por meios mais antigos como o rádio e impresso. Os veículos de comunicação na Rocinha possuem perfis de atuação diferentes. Além disso, as pessoas que coordenam possuem perfis e interesses distintos”(Informações colhidas em entrevista a autora em fevereiro e março de 2020).

Não há um estudo bibliográfico sobre todas as mídias de divulgação da Rocinha, os sites de referência, que existem há mais de uma década como o FaveladaRocinha.com⁷¹ ou o Rocinha.org⁷² reúnem-se às páginas em redes sociais que são criadas divulgando a favela, cada qual com suas peculiaridades e diferentes formas de conteúdo para apresentar a comunidade para o mundo.

O impresso chegou na comunidade há mais tempo. Em página oficial no Facebook, A TV Tagarela, uma associação de mídia comunitária da Rocinha desde 1998, explica o seu homônimo ao primeiro jornal da Rocinha, na década de 80:

O nome TV Tagarela foi inspirado pelo livro “Varal de Lembranças” das autoras Eliana Segala e Tânia Regina. Em meio às histórias da Rocinha ali contadas, os adolescentes descobriram que um dos primeiros veículos de comunicação da comunidade foi o “Jornal Tagarela”, difundido durante a década de 1980. (TV Tagarela, Página Oficial do Facebook, em Descrição Longa, disponível em: <https://www.facebook.com/tvtagarela/about>, acesso: 20/02/2020)

O *site* e ONG Rocinha.org, também relembram em sua página oficial do Facebook, o histórico do primeiro impresso na Rocinha:

JORNAIS COMUNITÁRIOS (Por Dentro da Rocinha) Você sabia que o primeiro jornal comunitário da Rocinha se chamava Tagarela e era rodado em mimeógrafo a álcool? O Jornal TAGARELA foi um conjunto de folhas de papel ofício mimeografadas que divulgava as primeiras conquistas dos moradores como água, luz, transportes, passarela e a eliminação de valas negras. O

⁷¹ Site Oficial do FaveladaRocinha.com, disponível em: FaveladaRocinha.com, acesso em 20/02/2020.

⁷² Site Oficial da ONG Rocinha.org, disponível em: www.rocinha.org.br, acesso em 05/10/2019.

jornal preto e branco, que tinha um perfil contestador era feito de forma artesanal, com manuscritos e desenhos, e foi um marco na história da imprensa alternativa comunitária da Rocinha. À reboque do Tagarela e toda a turma da ASPA (Ação Social Padre Anchieta) veio o informativo MEIO TEMPO, um tabloide Esportivo, o ARTE ASTRAL, primeiro jornal colorido da Rocinha, o KATANA, único jornal a circular em formato *standart*, o bom tabloide CORREIO DA ZONA SUL ... até o surgimento desse que se intitula “O jornal que é a cara da Rocinha”, O ROCINHA NOTÍCIAS. Presidido pelo jornalista Carlos Costa, com a colaboração de Edu Casaes, foi também o ROCINHA NOTÍCIAS o primeiro a assumir o nome da comunidade à sua marca. FIQUE SABENDO! (Rocinha.Org, Página Oficial do Facebook, em *post* Jornais Comunitários, 16/02/2013 disponível em: <https://www.facebook.com/rocinha.org/posts/539599736061631>, acesso: 20/02/2020, caixa alta do autor).

O Jornal Rocinha Notícias⁷³ chegava à Rocinha. Sob a direção do ativista social e representante da Associação de Moradores da Rocinha, Carlos Costa, ele tinha um perfil de levantar as questões de moradia, habitação, falta de serviços básicos como água, luz, obras inacabadas. Também questões sobre os espaços públicos da comunidade, transportes coletivos e ações sociais que ocorriam dentro da Rocinha, entre outros. Oficialmente, o jornal, que era impresso, fechou suas “portas” através da página oficial no *Facebook*, onde mais de 16 mil pessoas são fãs da página até hoje. Em *post*⁷⁴ de despedida, no dia 11 de julho de 2018, foi escrito:

- FIM DA LINHA

Após 20 anos de existência e muito sucesso o jornal ROCINHA NOTÍCIAS põe nas ruas e no ar (rede web) sua última edição. Em tempos de redes sociais como principal ferramenta de relacionamento entre as pessoas, sobre tudo instrumento rápido e eficaz de comunicação e pedido de socorro para os moradores de favelas e comunidades em geral e também com o objetivo de "passar a bola e o bastão" para a jovem guarda que hoje em dia tocam a comunicação comunitária através de impressos, blogs e redes sociais diversas, Carlos Costa e Edu Casaes reuniram todos ou a maioria dos comunicadores da rodinha e comunicaram a decisão de passarem a atuar nos bastidores e retaguarda do noticiário local. "A partir de agora é com vocês! Contem conosco sempre que precisarem", despediu-se Carlos, anunciando que continuarão atuando com notícias de comunidades em geral através de um outro projeto que reassumirão em breve: o portal Di Favela. Estarão também promovendo intercâmbio de jovens comunicadores das comunidades cariocas com outros estados e países, proferindo palestras para universidades e setores diversos da área de comunicação, bem como prestando consultorias sobre o tema comunidades. A página do JRN, no *facebook* sairá do ar no próximo final de semana. "Nosso agradecimento mais sincero a todos pelas parcerias e trajetórias percorridas nestes 20 gloriosos anos de nossa existência" finaliza Edu. (NOTÍCIAS, Rocinha. Facebook, 18/07/2018).

⁷³ FPágina Oficial Rocinha Notícias, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornal.rocinhanoticias/>, acesso: 05/07/2019.

⁷⁴ Post: Postagem, escrita, dizer que ocorre na página do Facebook.

Outro projeto de jornal impresso e um pouco mais jovem, o Fala Roça⁷⁵ (criado em 2013), que também tem a versão em mídia virtual, é um projeto dos irmãos Michel Silva e Michele Silva. A primeira edição impressa foi em maio de 2013 e a página do *Facebook* possui mais de 13 mil fãs.⁷⁶ O jornal é entregue de porta em porta e tem uma tiragem de 5 mil exemplares a cada dois meses, mas o próprio jornal informa que a circulação é irregular. No perfil da rede social, *Fabebook*, eles explicam um pouco de sua história e objetivo:

Acreditamos no poder na comunicação para mostrar o lado mais especial da Rocinha, exaltando nossa cultura e nossa gente. Identidade e representatividade importam. [...]. Comunicação comunitária é feita à muitas mãos, então estamos sempre abertos a receber a colaboração dos nossos amigos e leitores. Favela é resistência. Seguimos! (FALA ROÇA, 2019)

Michel Silva é presidente da Associação de Comunicação do Fala Roça e traça o diferencial do jornal dentro da Rocinha:

O Fala Roça atua na área de jornalismo local com produção de reportagens e conteúdo para redes sociais. O Fala Roça é diferente das páginas de redes sociais porque assume uma imagem de veículo de comunicação com linha editorial, distribuição de tarefas, além de ser formalizado nos órgãos públicos. O Fala Roça produz conteúdo jornalístico desde sua fundação em 2013. (Informações colhidas em entrevista a autora em fevereiro e março de 2020).

Os jovens irmãos também criaram o *site* Viva Rocinha, mas ele foi descontinuado entre 2011 e 2012, de acordo com o Michel Silva. Mesmo assim, é mantida a página na rede social *Facebook* com mais de 2,7 mil curtidas.

O Rocinha em Foco⁷⁷ não tem site oficial, mas tem um expressivo acompanhamento pelo *Facebook*, 105 mil curtidas (pessoas que aderiram como “fã”, ao acionar o curtir da página) e 109 mil pessoas seguindo (pessoas que aceitam segui-la, acompanhá-la, mas não acionaram o botão de curtir) a página virtual. Dentro do escopo, eles divulgam notícias, ações sociais, mas também utilizam o espaço com propaganda de iniciativas privadas. Criado por Fabiana Rodrigues, moradora da Rocinha ela, em entrevista para essa dissertação, fala sobre o papel do Rocinha em Foco:

Autora - Como o Rocinha em Foco atua na Rocinha?

Fabiana Rodrigues / Rocinha Em Foco: - Dando notícia do dia a dia da comunidade e fazendo ações sociais.

⁷⁵ Fonte: Site oficial Fala Roça: <<http://www.falaroca.com/>> - acesso em 30/11/ 2018.

⁷⁶ Fonte: Página oficial no Facebook Fala Roça: <<https://www.facebook.com/falaroca/>>, acesso em 30/11/2018.

⁷⁷ Página Oficial: <https://www.facebook.com/rocinhaemfocooficial/>>. Acesso 30/11/ 2018.

Autora - São mais de 100 mil curtidas na página do Facebook e 21 mil seguidores no *Instagram*. Ao que você atrela o sucesso do Rocinha em Foco?
Fabiana Rodrigues/Rocinha Em Foco: - Acho que pela autenticidade, verdade e respeito que passamos na página. Além de ser um canal onde a todo momento está conectado com os leitores e dando voz aos moradores da comunidade.

Autora - Quais assuntos que o Rocinha em Foco aborda e os moradores mais participam?

Fabiana Rodrigues - Rocinha Em Foco: - Falamos sobre tudo, desde o trânsito, esgoto a céu aberto, postes caindo, até história de moradores, pedidos de ajuda, achados e perdidos, anúncios de comércio, entre outros. (RODRIGUES, Fabiana. Informações colhidas em entrevista a autora em fevereiro e março de 2020, negrito da autora).

Em relação a *sites* que representam a Favela, o FaveladaRocinha.com, foi criado em 2009 e é formado por voluntário jornalistas, captadores de recursos e designers gráficos. O site produz notícias cotidianas da Rocinha.

O Rocinha.org⁷⁸ é uma organização não-governamental (ONG) que começou com foco em notícias da Rocinha, concentrada em um portal, iniciado em agosto de 2007, ela também é administrada por Ocimar Santos. Atualmente, o ponto alto desta ONG é realizar ações voltadas para o social com distribuição de ingressos para peças teatrais e grandes eventos como o *Disney on Ice*, arrecadação e distribuição de cestas básicas, entre outros.

As ofertas de peças teatrais e distribuição dos ingressos são divulgadas também pela rede social *Facebook*, mais de 23 mil pessoas curtiram a página. A ONG conta com uma rede de voluntários que ajudam na logística da entrega dos ingressos e nos eventos pontuais, com arrecadação de doações (brinquedos, comida, roupas e fraldas) e atividades lúdicas. Como citada antes, A Rádio Rocinha⁷⁹ é uma extensão Da ONG Rocinha.org.

Em relação ao veículo “rádio”, a Rocinha começou com o sistema de poste, que consiste em caixinhas de som acopladas aos postes da comunidade, uma das primeiras administração foi pela família Katana que hoje em dia atua só pelo sistema de dial FM (Rádio Katana FM 91,3). Em pesquisa virtual, na rede social *Facebook*⁸⁰, não foi encontrada nenhuma divulgação recente da rádio em sua página oficial. A última postagem é de abril de 2015. Mas, Jorge Katana continua com o trabalho de comunicação, sendo direcionado totalmente para a igreja que congrega como pastor cuja programação é totalmente gospel.

⁷⁸ Página Oficial no Facebook:

<https://www.facebook.com/groups/ongrocinha.org/ingressos/?ref=br_rs>, acesso 30/11/ 2018.

⁷⁹ Fonte: Rádio Rocinha (<http://radiorocinha.org/>), acesso em

⁸⁰ Rádio Katana – página oficial no Facebook <https://www.facebook.com/RADIOKatanaFm/>, acesso em 30 de novembro de 2018.

A Rádio Katana FM 91,3 foi pioneira na favela da Rocinha. Em 1993, o pastor e professor da Academia Katana, Eduardo Katana, teve a iniciativa de construir um veículo de comunicação via poste, que era chamado de Rádio Katana via poste. Inicialmente, o intuito era apenas divulgar o trabalho e os eventos da Academia de Jiu-Jítsu. Contudo, com o crescimento e a popularização da rádio houve a necessidade de mudar o sistema para FM. A rádio, atualmente, cresceu e está com programações novas. (Andradea, FaveladaRocinha.com, 2015).

As rádios populares da Rocinha são segmentadas e não fazem um trabalho em parceria. Além da Rádio Katana, que agora se dedica à programação religiosa, existe a Rádio ADS (*Dial* 105.7) - Rádio de caráter religioso, dirigida pelo pastor presidente, Olivar Silvestre.⁸¹

Também com a proposta de rádio *web*⁸² e cunho religioso, a rádio PIB Rocinha (Primeira Igreja Batista da Rocinha)⁸³, é relativamente nova, o *site* é datado em 2020, a mesma data da rádio *web Destak Gospel FM*⁸⁴, os números de telefone para contato das duas são os mesmos, então elas possuem alguma ligação. Apesar do *site* da *Destak Gospel FM* ser também de 2020, ela já é conhecida na comunidade há muito tempo, sua programação é totalmente dedicada à religiosidade, com um *Dial* (94,5) dentro da Rocinha.

A Rádio Rocinha⁸⁵ possui mais de 8 mil curtidas em sua página oficial do *Facebook*,⁸⁶ e tem direção de Ocimar Santos. Ela começou, em 2011, como Rádio Roc e está com a programação em pleno funcionamento. Vinculada ao Rocinha.org, ela abre sua programação para os artistas da Rocinha e funciona via *web*, por streaming, com programação variada, além do *Dial* (107,3) que funciona dentro da Rocinha e com o aplicativo homônimo, disponível na plataforma do Google (os chamados *apps*).

A Rádios Novas Ondas,⁸⁷ da rede Som Zoom Sat, está disponível via *web* e possui um *Dial* (99,5), ela fica localizada na parte “de cima” da Rocinha, na rua 1.

Todas as rádios *webs* e com “*Dials*” que funcionam na Rocinha e integram o conjunto de mídias da comunidade não são parceiras em seu trabalho, mas conseguem ter seus estúdios bem distribuídos na comunidade.

⁸¹ Pastor conhecido pelo primeiro nome, ele não dá entrevista e nem quer divulgar a rádio.

⁸² Rádio via *Web* (*também Rádio via Internet* ou *Rádio Online*) é uma rádio digital transmitida pela Internet com a tecnologia (*streaming* - serviço de transmissão de áudio em tempo real. Através de um servidor, é possível emitir uma programação ao vivo ou gravada pelo endereço virtual da rádio (chamado de link ou *url*).

⁸³ Fonte: Rádio PIB – disponível em: <https://www.pibrocinha.com.br/>, acesso em 15/01/2020.

⁸⁴ Fonte: Rádio Destak Gospel FM, disponível em: www.destakgospel.net.br, acesso em 15/01/2020.

⁸⁵ Fonte: Rádio Rocinha, disponível em: www.radiorocinha.org, acesso em 05/10/2019.

⁸⁶ Fonte: Página oficial da Rádio Rocinha no Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/radiorocinhaRJ/> acesso em 05/10/2019.

⁸⁷ Novas Ondas. Disponível em: <https://www.radionovasondasfm.com/>. Acesso: 15/10/2019.

A Tv Tagarela⁸⁸ atua na Rocinha desde 1998 e faz um trabalho de comunicação comunitária para os moradores, com uma linguagem próxima do público, algumas reportagens produzidas pelos mesmos ou filmes que fomentem o pensamento crítico são exibidos em telão na localidade conhecida como Largo do Boiadeiro. Ela se intitula como TV Comunitária de Rua, e também realiza produções audiovisuais pontuais para instituições como a FioCruz, ou documentários em projetos sociais, como sobre os 25 anos da Escola de Música da Rocinha.

⁸⁸ TV Tagarela, página oficial do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/tvtagarela>. Acesso: 20/02/2020.

4 RÁDIO BRISA

A Rádio Brisa FM 101,7, com nome social de Associação Comunitária de Radiodifusão da Gávea, foi fundada em 1999, com sede na Estrada da Gávea, nº 554. Seu sistema de inserção radiofônica com as rádios de poste em pontos estratégicos da Rocinha fez com que fosse a mais ouvida dentro da comunidade e em 2004, cinco anos depois, investiu em FM sintonizada em Frequência Modular (FM), no Dial: 101,7. Elias Lira Guilherme, no mesmo ano tornou-se presidente da Brisa, a mesma realiza suas atividades na situação de convergência de mídias (*site* institucional com *rádio via web*, *fanpage* oficial na rede social *Facebook* e Canal no *youtube*). Pela rede social, acontecem as “*lives*”,⁸⁹ que são transmissões ao vivo de uma determinada atividade, no caso da Rádio, entrevistas e assuntos diversos. Segundo Castel,

A integração potencial de texto, imagens e sons no mesmo sistema – interagindo a partir de pontos múltiplos, no tempo escolhido (real ou atrasado) em uma rede global, em condições de acesso aberto e de preço acessível – muda de forma fundamental o caráter da comunicação (2008, p. 354).

O espaço da Rádio Brisa possui uma divisória, de um lado um pequeno estúdio com protetores de acústica. Do outro, uma pequena sala onde Elias Lira Guilherme realiza suas entrevistas, alguns programas e as transmissões ao vivo para suas redes sociais. Acerca da subsistência, a Rádio Brisa não tem gastos com aluguel, pois o prédio onde está localizada é da família de Elias Lira Guilherme que afirma, em entrevista dada para esta dissertação de mestrado, não depender da Rádio Brisa para sobreviver: “se dependesse da rádio Brisa iria morrer de fome”.

4.1 Brisa e os Aspectos Sociais

As rádios de corneta (de poste) influenciaram a história do rádio no país; já na década de 1920, elas se tornaram um meio para atingir um maior número de pessoas em espaços abertos. Elas encantavam a todos os ouvintes e passou a ser um recurso de grande valia naquela época, conforme destaca Calabre:

Um recurso muito utilizado era o de realizar transmissões especiais com a instalação de alto-falantes em lugares públicos, assim reunindo um grande número de ouvintes. Em 1927, em São Paulo, por exemplo, a Rádio educadora

⁸⁹ Uma ação que funciona no *facebook*, onde permite que a pessoa/empresa faça vídeos ao vivo e publique na sua linha do tempo.

Paulista, conhecedora do interesse de seus ouvintes pelos jogos de futebol, transmitiu do Rio de Janeiro para São Paulo uma partida do campeonato brasileiro entre paulistas e cariocas. Para permitir que o número grande de ouvinte pudesse acompanhar a façanha, foram instalados alto-falantes na sorveteria Meia Noite, na Leiteria Brilhante e em frente à sede do jornal *A Gazeta*. No dia seguinte, os jornais de publicavam fotos e comentários das multidões que se reuniram nos três locais para ouvir a transmissão. Era uma forma de atrair a atenção da população para as potencialidades do rádio (2004, p.16).

Muitos caminhos da comunicação alternativa e popular começaram com as rádios de poste existentes em comunidades, cidades pequenas, interioranas, que influenciavam a comunicação do lugar. Pode-se dizer que na Rocinha, condições bem similares se aplicam. Por conta das rádios livres, rádios comunitárias (antes do nome estar atrelado à condição de legalidade) e afins, que chegaram em várias partes do Brasil. Moreira registra que:

Além das emissoras livres, outras formas alternativas de comunicação que utilizam recursos próprios do rádio surgiram no País. [...] é importante registrar a existência, de algumas rádios comunitárias como a Rádio Popular Santa Amélia, que nos anos 80 chegou a atingir um público de mais de cinco mil pessoas na periferia de Curitiba, capital do estado do Paraná; ou as rádios das favelas da Maré e Rocinha, no Rio de Janeiro; - todas elas emissoras que surgiram para prestar serviços de utilidade pública nas comunidades onde se instalaram (2000, p. 68).

Já Peruzzo, aponta que

...a origem dessas rádios está ancorada nas experiências de rádios populares de altofalantes, também conhecidas como rádioposte, cujo apogeu ocorreu nos anos 80, no Brasil. A transmissão de programas através de alto-falantes, foi, e continua sendo em muitos lugares, o veículo de comunicação a que as organizações comunitárias tiveram acesso para poderem levar suas mensagens aos habitantes de determinadas localidades. São chamados de “rádio do povo” ou de “rádio popular” (1998, p.5).

O primeiro sistema radiofônico de comunicação para a massa popular na Rocinha foi a caixinha de som (ou rádio de poste, como é mais conhecida), colocadas em uma das entradas da comunidade, no Largo do Boiadeiro. A emissora inicial a usufruir desse sistema foi a Rádio Katana (como já citado), mas, como a manutenção das caixinhas tornava-se cara (elas não eram resistentes à chuva, seus fios eram cortados “misteriosamente” etc.), a Katana quis se desfazer das caixinhas e Elias Lira Guilherme logo se interessou pela empreitada.

O presidente da Rádio Brisa então comprou o sistema de radiodifusão e investiu na melhoria do sistema juntamente com mais dois irmãos: Felipe Lira Guilherme e Enock Lira Guilherme (que hoje não está mais no projeto, mas foi responsável pela parte técnica e

presidente da rádio até 2003) e foi administrador, sócio e o primeiro a dar vida aos alto-falantes, efetuando a troca e a colocação de novas caixinhas, em 1999. Três anos depois, em 2002, haviam mais de 60 caixinhas espalhadas por toda Rocinha. Moreira destaca que

..as características básicas dessas rádios sempre foram as mesmas: emissoras que não usam as ondas hertzianas (funcionam como um serviço de alto-falante), com programação elaborada pela comunidade e que geralmente possuem como únicos equipamentos um gravador, um amplificador, um toca-discos e um microfone, além, é claro, dos alto-falantes distribuídos em pontos estratégicos, para que consigam chegar ao maior número possível de ouvintes (2000, p. 69).

Já para Gomez, morador da Rocinha,

nas ruas da Rocinha, é possível ouvir o som dos alto-falantes logo ao descer da lotação, ao lado dos camelôs à beira da autoestrada Lagoa-Barra. Ouvem-se propagandas de lojas da Rocinha, forró, a música romântica de Charlys – o artista mais conhecido da favela – e um chiado que ecoa na barulheira das ruelas. Do Largo do Boiadeiro, com suas barracas vendendo legumes, verduras e produtos nordestinos, segue-se rapidamente para uma das vias mais conhecidas da Rocinha, a Estrada da Gávea. (BBC, Brasil. GOMEZ, Rafael. Morador da Rocinha tem seu próprio jornal, rádio e tv, 2002).

Elias Lira Guilherme acumula outras atividades, de acordo com o próprio, ele é assessor do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella; cabeleireiro, mediador de conflitos (com curso pelo Tribunal de Justiça), profissional da construção civil e professor de capoeira - nomeado de mestre Canário Belga. Na década de 1990, ele comandou um grupo de dança chamado “Paquitas da Rocinha”, o que o destacou bastante na comunidade. Atualmente (2020), as coberturas das caixinhas são bem menores (apenas na Via Ápia, Boiadeiro e Valão) em referência a 2006, de acordo com o relato de Silva (2007, p. 7):

Ao longo da nossa conversa, era constantemente interrompida por músicas ou vozes que vinham de inúmeras caixinhas presas aos postes de luz que acompanhavam nossa caminhada. Quando soube que as caixinhas pertenciam a Elias Lira da Rádio Brisa, tive a certeza de que essa rádio seria o objeto da minha pesquisa. Após esse encontro, cheguei à Rádio Brisa com uma grande expectativa.

Ainda em comparativo com o ano de 2007, Silva, (2007, p.5) afirma que: “No pequeno espaço do andar de baixo, circulam mais de 50 pessoas por dia, entre locutores, ajudantes, voluntários, pessoas sem emprego, alunos da rede pública [...]”, tal fato, em observância de campo e entrevista com o próprio Elias, não ocorre mais, hoje a rádio não possui um quadro de colaboradores formais. Demonstrando também que ele decide totalmente e deliberadamente a programação e o que ocorrerá com a rádio.

[...] você colocar as pessoas da própria comunidade e a pessoa sentar ali (apontando para o estúdio), tá entendendo.... e ela colocar, fazer, achando que *tá* (sic) em casa, que tá falando com a família dela, colocando o que quer, só o que der... não...não é só botar música. Então, eu sinto essa dificuldade de colocar um jornalismo aqui, falta... E eu já participei de curso eu tenho curso na PUC, já levei eles e tudo. Mas é difícil eles querem ouvir pagode e falar besteira, ouvir *funk* falar besteira. Então, para mim isso aí não é interessante (GUILHERME, Elias Lira. Informações colhidas em entrevista a autora em 02 de agosto de 2019).

Elias Lira faz do seu trabalho uma ponte direta com a comunidade. O presidente da Brisa, realiza a cobertura de eventos, serviços (e a falta deles), e qualquer tipo de atividade, como representante da rádio, uniformizado, com uma camisa que amarela, identificada como sendo da Rádio Brisa. As redes sociais tornaram-se outra janela para mostrar a realidade dos moradores e suas necessidades, e as entrevistas ao vivo, que vão desde convidados estrangeiros que estão conhecendo a Rocinha pela primeira vez, até pastores de igrejas evangélicas.

A formação de Elias em rádio comunitária foi auxiliada pela organização não-governamental Viva Rio, através de um projeto chamado Rede Viva Favela de Rádio (REVIRA). Na época de tal projeto (2006), Elias fez curso de locução, de operador de áudio, entre outros também, em espaços como a Pontifícia Universidade Católica (PUC- Rio).

A Brisa veicula a divulgação de documentos achados e perdidos e campanhas na área de saúde como prevenção de câncer, tuberculose, Aids. Além de solicitações de serviços básicos, como o problema de falta de água e/ ou de luz, problemas com aterramentos, saneamento básico, lixo, e mais cursos, oportunidades, distribuição de ingressos entre outros; Ela também abre seu espaço para divulgações de grupos musicais, apresentação de programas radiofônicos de ONG's, programas religiosos e, em épocas eleitorais, candidatos políticos, como o atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Crivella, que já esteve na Brisa em época de candidatura à prefeitura, em 2010.

Em 2005, o Viva Rio (agora, uma empresa social, uma das maiores do Estado), apresentava um programa semanal dentro da grade, o "Saia Frouxa", com informações, entrevistas e bate-papo direcionados para adolescentes grávidas ou jovens mães. O nome, foi inspirado em um programa do canal GNT, fazendo alusão ao "Saia Justa" – programa de TV direcionado ao público feminino.

SAIA FROUXA⁹⁰

⁹⁰ Saia Frouxa, ONG Viva Rio. Disponível em: <http://vivario.org.br/saia-frouxa/>, acesso: 15/03/2017.

O Viva Rio lança na TV ROC da Rocinha o programa televisivo “Saia Frouxa”, em que aborda temas relacionados à sexualidade na adolescência como o uso de preservativos, a virgindade e a “primeira vez”. Posteriormente, o “Saia Frouxa” se torna um programa de rádio transmitido na rádio comunitária da Rocinha. O novo formato é inspirado em uma sala de bate-papo com discussões sobre autoestima, saúde da mulher, trabalho e violência doméstica. O programa ficou no ar até o final de 2013. (RIO, Viva. Sem data.).

A Rádio Brisa realiza o papel da comunicação diária em múltiplas plataformas de divulgação e serviços. Sendo ouvida, pelas pessoas que acordam cedo e cruzam a Via Ápia se dirigindo aos pontos de ônibus, e as pessoas que voltam de seus empregos, à noite, pelo mesmo local. Nogueira aponta que

a Brisa abre suas portas e presta serviços para os moradores, como divulgação de crianças e animais perdidos, documentos, denuncia brigas familiares, abre espaço para mensagens, cobrando para anunciantes da região. Entre os principais anunciantes e parceiros estão o bar e churrascaria NTJ, a rede de drogarias Megafarma, o Governo do Estado, a Associação de Moradores (UPMMR), a Natura e alguns comerciantes locais como Minimercado Barateiro, Rei da grife e Mike do skate (2007, p. 21)

Estar na Rocinha favorece a rádio Brisa como “ponta do *Iceberg*”, isto é, é procurada por empresas interessadas em divulgar seus serviços e por pessoas públicas que queiram falar para a comunidade de forma direta com os moradores, incluindo políticos (principalmente em época eleitoral) e igrejas. Atualmente, a Brisa é dirigida apenas por Elias Lira Guilherme, sem um conselho diretor. Sua programação consiste em um programa católico na parte da manhã, começando às 8h; um programa que começa meio-dia, de informações, entrevistas, oportunidades e opinião do próprio Elias Lira e o resto do dia baseado em sistema de *playlist*.⁹¹

Outras rádios funcionam na localidade, como Rádio Novas Ondas FM (Dial 99,5),⁹² que tem um endereço físico e um canal de *streaming*⁹³ na internet; ou a rádio da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do 99⁹⁴ (se referindo ao local 99, na Rocinha) – nela não encontrei referência de funcionamento, apenas citação de sua existência através de pesquisa pela internet, ou a Rocinha FM (Dial 107,3),⁹⁵ que tem seu canal de *streaming* na internet. Umas são de cunho religioso, outras com a programação mais plural e diversificada.

⁹¹ Ver Capítulo 5, Manual da Rádio Brisa.

⁹² Disponível em: <http://www.radionovasondasfm.com/noticias>. Acessado em: 20/02/19

⁹³ *Streaming* é uma tecnologia que envia informações multimídia utilizando a transferência de dados pelas redes de computadores através da Internet.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.adrocinha.com/>. Acessado em: 20/02/19

⁹⁵ Disponível em: <http://radiorocinha.org/>. Acessado em: 20/02/19

Brittos (2008, p. 49) acredita que há conceitos que podem desmontar a comunicação de massa, unilateral transformando os ouvintes em pessoas mais participativas e promovendo uma comunicação criativa de outra forma. Ele acredita em novos tempos para que a Comunicação e suas vertentes se reinventem e possam promover novos laços ao tratar-se de emissor e receptor. Segundo este autor,

Ainda assim, tem havido o esforço de construção de um conceito que dê conta dos diversos setores onde o trabalho cultural desempenha um papel proeminente, na criação de valor. Daí chegou-se à ideia de indústrias criativas, sustentadas na criatividade e talento individuais, como força motriz. (2008, p.49).

Já para Berti,

...nenhum outro meio de comunicação comunitária está tão espalhado no território brasileiro quanto o de rádio comunitária. Esse tipo de emissora diferencia-se dos outros veículos principalmente por suas possibilidades de serem da, na, e para as comunidades, tendo importante papel na reflexão, resolução de problemas e formação política e social de agrupamentos minoritários ou historicamente alijados de participação e protagonismo nos meios hegemônicos de comunicação (2016, p. 1).

As rádios comunitárias ou locais – que estão em comunidades – têm o papel estratégico de promover novas maneiras de mensagens, buscando um diferencial a repassá-las aos moradores. A Brisa possui um misto de possíveis referências. No setor político, abriu-se as portas; Como referência cultural, nesta análise, ela passa a seguir a identidade cultural local, refletindo uma comunicação direcionada e uma programação mais alinhada aos bens comuns dos que vivem naquele espaço.

Dentro da programação, o linguajar é informal, com o objetivo de aproximar a notícia dos moradores e também de demonstrar empatia e conhecimento dos mesmos. Almeida e Silva destacam que:

É importante informar as pessoas sobre o que acontece nos quatro cantos do mundo, mas deve-se considerar que também é relevante apresentar notícias que lhes acrescentem um sentimento de pertinência a fim de conscientizar este público a respeito dos fatos referentes à sua cidade, bairro e rua. Já que grandes meios de comunicação são ligados a interesses que estão muito aquém das comunidades e periferias do país, cabe à comunicação comunitária fazer o papel de buscar a proximidade com aqueles que muito pouco são destaque nos grandes jornais, Rádios, TVs etc. E o rádio com sua característica de veículo popular, configura-se como a principal forma de trazer às comunidades os assuntos que estão mais próximos dos seus olhos e ouvidos (2010, p.1).

As entrevistas com políticos e personalidades, nestes quase 20 anos de existência, ocorreram e ocorrem até hoje. São políticos que se candidataram ao Governo do Estado, como Sérgio Cabral e à prefeitura do Rio, como Marcelo Crivella (já citado). Silva destaca que

no período da campanha para deputado estadual e federal, senador, governador e presidente em setembro de 2006, a Rádio Brisa veiculou propaganda política para determinados candidatos comercializando seus horários. Os candidatos políticos dos partidos mais expressivos compareceram à rádio para participar de debates: Sérgio Cabral Filho, candidato a governador pelo PMDB; Francisco Dornelles, candidato ao Senado pelo PMDB; Geraldo Alckmin, candidato a presidência da República pelo PSDB e a ex-chefe de polícia e candidata a deputada federal Marina Maggesi, assim como o senador do PT, Eduardo Suplicy, em campanha de reeleição do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (2007, p.20).

O cerne da questão está exatamente em como uma rádio local, não outorgada pela instituição responsável por avaliar e dar o consentimento de funcionamento, não é caçada e sim, alvo de utilização pelas pessoas públicas que deveriam “discordar” de seu desenvolvimento. Assim, justifica-se ainda mais o papel crucial de uma rádio local, que modifica o discurso para a “massa” e direciona para os moradores, transformando a retórica mais próxima e direta com o público que se quer atingir. Silva reforça o argumento apontando que

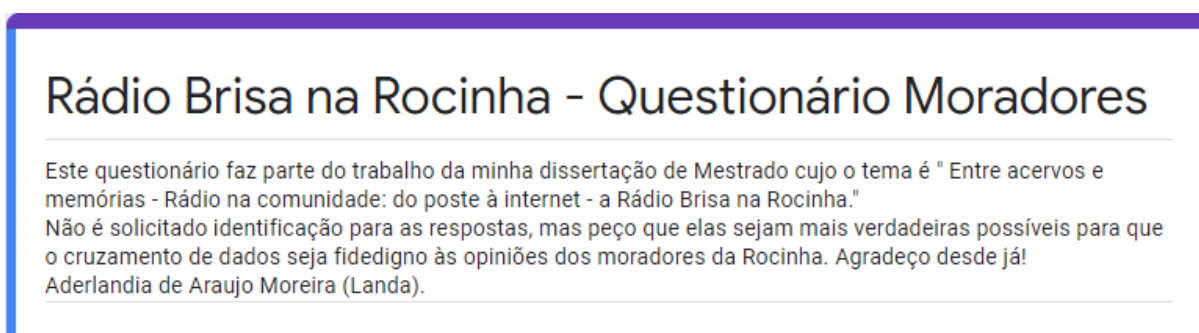
...políticos, artistas, músicos e pesquisadores encontram na Brisa, uma porta de entrada para a comunidade da Rocinha. Se o discurso for eficiente, os moradores se transformam em votos, trocados por pequenos favores ou promessas. A associação de moradores se manifesta nesta disputa, indicando candidatos que mostrem o seu interesse por problemas da comunidade, garantindo a seus líderes mais um mandato. Ter uma rádio em uma comunidade carente, é ser alvo constante de uma disputa. Elias, por ser dono da rádio mais expressiva, sofre para ter seus projetos apoiados e aprovados pelas três associações de moradores. Todas disputam poder na comunidade. Cada associação tem seus projetos, propostas e interesses. Eleição na Rocinha é como uma eleição para qualquer cargo político: envolve conchavos, parcerias e a atenção de cada morador” (2007, p.20).

4.2 BRISA E OS MORADORES DA ROCINHA

Não tivemos acesso a documentos da instituição, apesar de termos buscado com Elias Lira Guilherme, o qual informou que os mesmos estavam arquivados;mas de forma subentendida, não houve negação à esta autora.

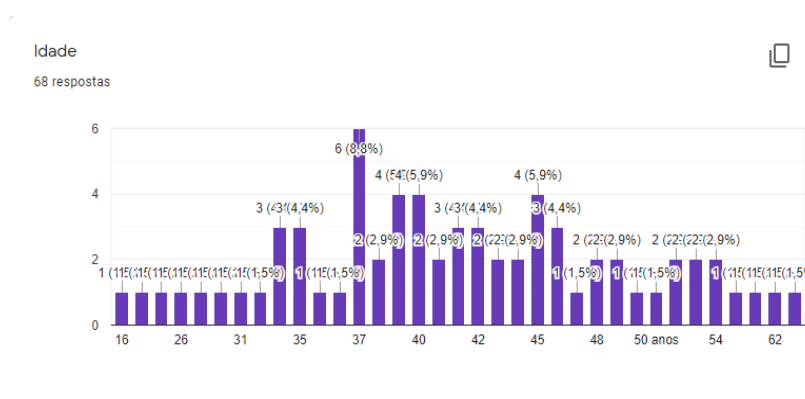
A título de estudo aprofundada da relação morador versus Rádio Brisa foi produzido um formulário aberto a todos, com ênfase aos moradores da Rocinha, pois sua divulgação deu-se por grupos de aplicativos via celular e em redes sociais de moradores da comunidade, através do endereço eletrônico: https://docs.google.com/forms/d/1BvcAYtrywjMd6T_8OOnobDy8gYA6Fus0V4P9OxhoWs8/prefill. Ao todo foram produzidas 16 perguntas, entre respostas de múltipla escolha e opinativas. O presente questionário almejava receber 100 (cem) respostas de moradores, mas ele foi respondido por 68 (sessenta e oito) pessoas. Segue em questão:⁹⁶

Figura 2 Cabeçalho do Questionário Rádio Brisa na Rocinha – Questionário Moradores



Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Figura 3 – Gráfico - Idades dos Participantes do questionário



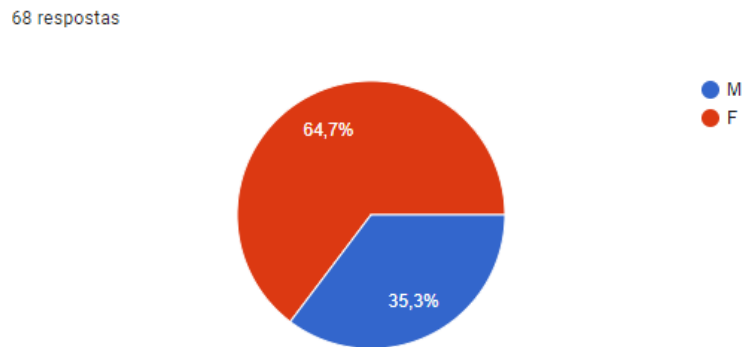
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

De acordo com a Figura 3, as idades dos participantes foram bem variadas (entre 16 e 66 anos) sendo que os maiores números foram de 37 anos com (seis pessoas), 40 anos (quatro

⁹⁶ Perguntas do questionário, na íntegra, em anexo, pelo link: https://docs.google.com/forms/d/1BvcAYtrywjMd6T_8OOnobDy8gYA6Fus0V4P9OxhoWs8/prefill e também ficará disponível todos os questionários respondidos pelo site: memorianacomunidade.wordpress.com

peçoas), 42 anos com (três peçoas) e 45 anos com (quatro peçoas) e 62 anos com (quatro peçoas) respostas.

Figura 4 Gráfico participantes - homens e mulheres



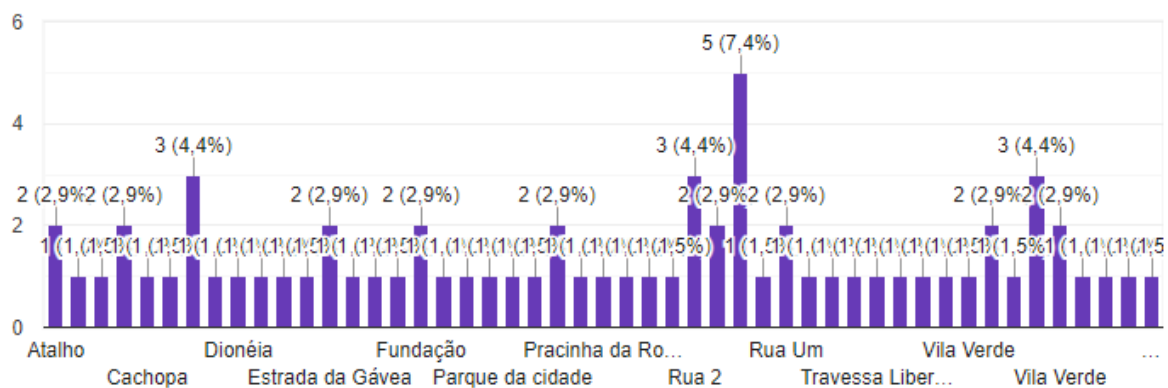
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Pode-se observar na Figura 4, no questionário,⁹⁷ que das 68 respostas, 64,7% são do sexo feminino (44 peçoas) e 35,3% do sexo masculino (24 peçoas).

Figura 5 Gráfico resultado dos participantes - localidade de moradia

Mora em qual local da Rocinha?

68 respostas



⁹⁷ Fonte: Formulário, disponível em:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScRzmDhivVMO13BU9RQbRrErIWI8B3Q4UBJ5MPtQqR9XI_DQ/closedform

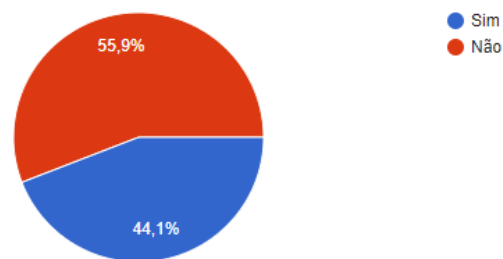
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Observar-se na Figura 5, que a pesquisa atingiu diversos espaços da Rocinha, entre bairros e sub-bairros, entre eles: o Atalho, Cachopa, Dionéia, Fundação, Estrada da Gávea, Pracinha da Roupa Suja, Rua 2, Rua 1, Travessa Liberdade, Vila Verde, Rua 4, entre outros.

Figura 6 Gráfico resumo sobre quem escuta a Rádio Brisa

Você escuta a programação da rádio Brisa?

68 respostas



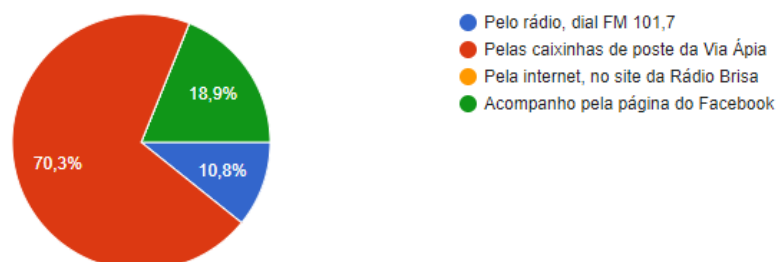
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

De acordo com a Figura 6, das 68 respostas, 55,9% (38 pessoas) afirmaram que não escutam a programação da Rádio Brisa e 44,1% (30 pessoas) informam que escutam.

Figura 7 Meios de comunicação onde a Brisa é ouvida

Em caso de "Sim", você acompanha através de qual (ou quais) meio (s) de comunicação?

37 respostas



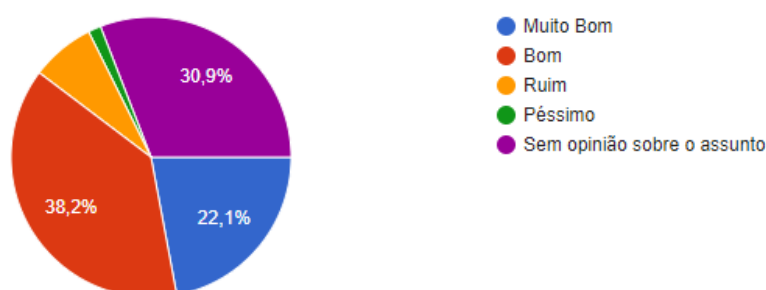
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Questionados sobre qual o meio de comunicação os moradores utilizam para ouvir a Rádio Brisa, conforme a Figura 7, 37 pessoas responderam. Entre elas, 70,3% (26 pessoas) afirmaram que eram pelas caixas de poste da Via Ápia; 18,9% (7 pessoas) disseram que acompanham pela página do Facebook e 10,8% (4 pessoas) acompanham pelo rádio, pelo dial 101,7 FM. Nenhuma delas acompanha pela internet, no *site* da rádio Brisa.

Figura 8 Gráfico sobre o funcionamento da Rádio Brisa

O que você acha do funcionamento da rádio Brisa na Rocinha?

68 respostas



Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Questionado sobre o funcionamento da Rádio Brisa, como se observa na Figura 8, 38,2% (26 pessoas) acham bom, 30,9% (21 pessoas) não tem opinião sobre o assunto e 22,1% (15 pessoas) afirmam ser muito bom. Já para 7,4% (5 pessoas), o funcionamento ruim e 1,5% cento (1 pessoa) considera péssimo.

Figura 9 Gráfico sobre funcionamento da Rádio Brisa

Quantos programas da rádio Brisa você ouve diariamente?

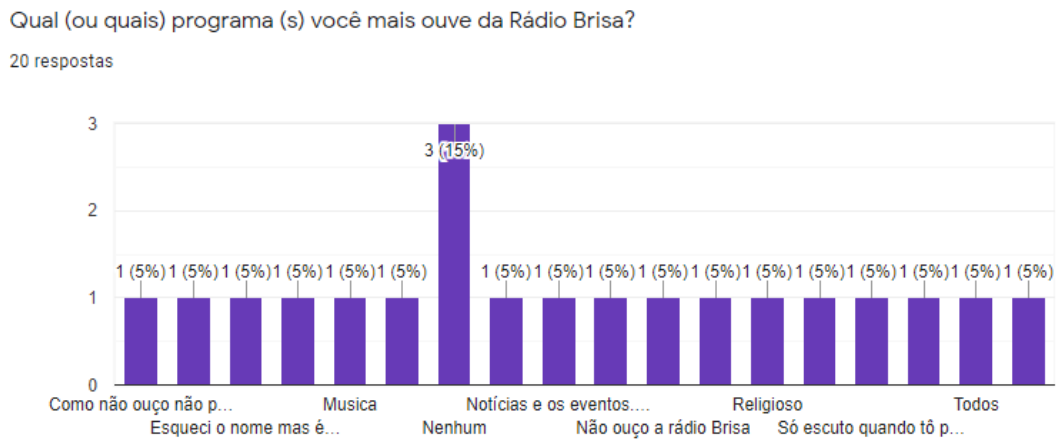
68 respostas



Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Perguntados quantos programas da Rádio Brisa os participantes ouvem, geralmente, conforme a Figura 9, de 68 respostas: 51,5% (35 pessoas) só ouvem a rádio quando passam pela Via Ápia; 33,8% (23 pessoas) não ouvem a rádio; 11,8% (8 pessoas) ouvem um programa diário e 2,9% (2 pessoas) escutam mais de dois programas.

Figura 10 Gráfico programas ouvidos



Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Na Figura 10, pode-se observar pergunta opinativa: “Qual programa você mais ouve da Rádio Brisa”. Foram 20 respostas variadas: 3 pessoas afirmaram que nenhum. Outras, individualmente, que não tem programa específico; que ouvem o religioso; o sorteio do Elias; que só escuta quando passa na Via Ápia; ouve o programa “A hora do terço”, entre outros. Observa-se pouco interesse dos participantes em destacar tal questão.

Figura 11 Reprodução do Questionário - Perguntas opinativas

Por que a escolha deste programa?

13 respostas

- Não acompanho as programações
- Escuto no traneto
- Religioso
- Gosto
- Não ouço a rádio Brisa
- Como não ouço não posso opinar
- Gosto das canções e do Rosario
- Por ser a noite
- Nenhum
- Não acrescenta
- Noticia
- Porque ganho dinheiro quando acerto
- Por ser da comunidade

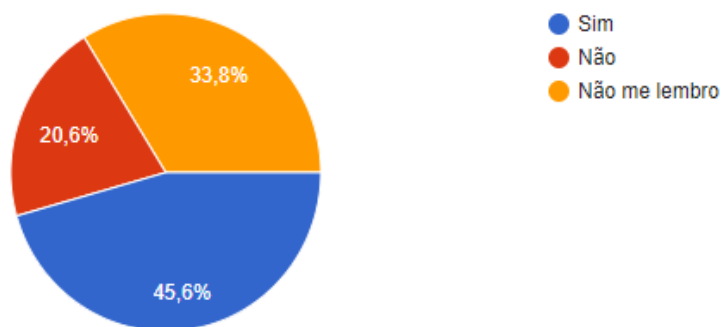
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Logo em seguida é questionado o porquê da escolha deste programa. Conforme indica a Figura 11, poucas pessoas também participaram desta resposta que deveria estar em consônancia com a pergunta anterior, mas o mesmo não ocorreu.

Figura 12 Gráfico resultado da divulgação da Rádio Brisa

Você já ouviu alguma divulgação da Rádio Brisa sobre oportunidades (emprego, eventos, ingressos gratuitos) na Rocinha?

68 respostas



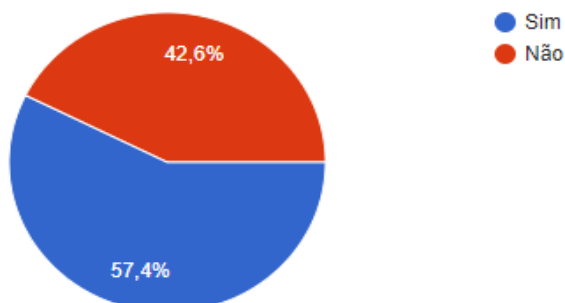
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Conforme pode-se observar, em relação a divulgação de empregos pela rádio, 45,6% (31 pessoas) disseram que já ouviram; 33,8% (23 pessoas) disseram não se lembrar, e 20,6% (14 pessoas) afirmaram que não. Conclui-se que a questão de divulgação de empregos chega a maioria dos entrevistados.

Figura 13 Gráfico sobre utilização da rádio Brisa - Serviços

A rádio Brisa apoia moradores em relação á falta de água, luz, e outros. Recebe documentos perdidos da Rocinha para entrega, divulga oportunidades de inscrição para bolsas de estudo e outros. Já utilizou a rádio Brisa para algum tipo de serviços?

68 respostas



Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Ainda sobre assistência aos serviços essenciais, de acordo com a Figura 13, 57,4% (39 pessoas) afirmaram que utilizaram os serviços da Rádio Brisa; 42,6% (29 pessoas) disseram que não utilizaram os serviços da Rádio Brisa.

Figura 14 Gráfico Tipos de Serviços



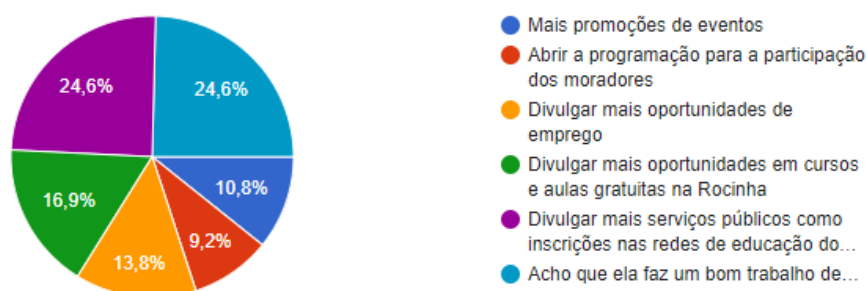
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Observa-se nesta Figura 14, que das 60 respostas, em relação ao tipo de serviço que já utilizaram: 18,3% (11 respostas) disseram que são inscrições gratuitas para cursos, escolas ou aulas; 13,3% (8 pessoas) entrega de documentos perdidos; 11,7% (7 pessoas) afirmam ser o aviso de perda de documentos pessoais e 8,3% (5 pessoas) como reclamação de falta de água.

Figura 15 Gráfico Realização da Rádio Brisa

Em sua opinião, o que a Rádio Brisa deve realizar dentro da Rocinha e não realiza?

65 respostas



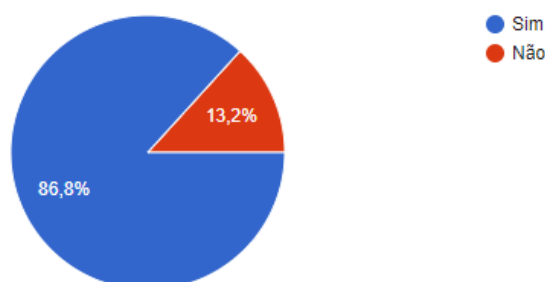
Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

De acordo com a Figura 15, ao serem questionados sobre o que a Rádio Brisa deveria realizar dentro da Rocinha e não realiza, de 65 respostas: 24,6% (16 pessoas) dizem que são mais promoções de eventos e 24,6% (16 pessoas) afirmam que deveria divulgar mais serviços públicos, como inscrições nas redes de Educação do município e do Estado. Para 16,9% (11 participantes) que gostariam de ouvir mais oportunidades em cursos e aulas gratuitas na Rocinha e para 13,8% (9 pessoas) falta divulgar mais oportunidade de emprego. Para 9,2% (6 pessoas) a rádio deveria abrir a programação para a participação dos moradores; 10,8% (7 pessoas) querem promoções de eventos. Há um equilíbrio entre as necessidades dos moradores, sobre a divulgação de serviços públicos e as promoções de eventos.

Figura 16 Gráfico Rádio Brisa contribuição para a História da Rocinha

68 respostas

68 respostas



Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

Conforme a Figura 16, de 68 respostas, 86,8% (59 pessoas) afirmam que a Rádio Brisa contribuiu para a história da Rocinha e 13,2% (9 pessoas) afirmam que não. Confirma-se aqui a identidade da Rádio Brisa com a Rocinha, com mais de 80% de afirmação.

Figura 17 Reprodução Pergunta História - Opinativa

Você acha que podemos afirmar que a rádio Brisa influenciou na construção da história da Rocinha? Explique sua resposta.

68 respostas

Fonte: Resultado do questionário aplicado por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

A última questão foi opinativa, de acordo com a Figura 17, e o resultado está no Subcapítulo 4.4, em Brisa e o Lugar de Memória, inclusive com o comentário dos moradores sobre o mesmo. Para finalizar, abriu-se para resposta livre. Segue resultado, do qual foi retirado apenas as opiniões como sim, não, talvez. Todos os outros foram (na íntegra, dos mesmos - *sic*).

Caso queira contribuir com mais alguma informação ou opinião sobre a Rádio Brisa utilize este espaço.

Teria de ter um balcão de empregos

Apoio a ampliação da divulgação da rádio brisa

Falta só programa de rock na rádio. Já tocou mais e hoje nem tanto.

Meio de comunicação importante pra Rocinha

Deveria ser mais divulgada na comunidade, para poder divulgar vários eventos que tem

Que seja sempre atualizado vagas de empregos e perdas de documentos

Acho que deveria ter uma conscientização sobre drogas e gravidez na adolescência.

Acho que não deveria ter participação política/religiosa diretamente ligado a ela

A rádio brisa tem papel relevante de comunicação dentro da favela, contribuindo com informações e troca de serviços voltados para os moradores e suas realidades.

Não tenho nada a dizer

Entrevistas com moradores e poder público

As poucas vezes que ouvi na rua eram programas evangélicos, apesar de ser evangélica acho que enquanto rádio comunitária poderia investir em outras

atividades! Acredito que tenha contribuído sim mas não acompanho! Acho que faltam profissionais mais capacitados!

Em Quais postes e locais moradores podem ouvir a rádio? Já que a vida é corrida então nas ruas, a tempo ate as se ouvia hoje não mais

Lembranças boas da minha juventude

Divulgação de eventos educativo

Deveria participar dos eventos sociais e ter uma parte de tirar dúvidas sobre o direito do cidadãos da favela. Muitos não sabem dia seus direitos e não existe essa porta.

Existem vários fatos importante para a Rocinha e para o Brasil como foi por exemplo o último debate em uma rádio antes do ipichima da presidenta Dilma foi na radio Brisa. No programa da Maria Isabel Fernanda que acabou. E também sobre o programa de apoio ao respeito as mulheres . Entrevistados Xaulin jovens do pcdh e shirlei (moradores da Rocinha) entrevistados por mim (Fabiana) e por outros participantes. E outros debates das eleicoes internas e outros assuntos feitos no final dos anos noventa e inicio dos anos 2000.

Bom trabalho

Colocar mais caixas

Só isso mesmo. Sucesso na pesquisa!

Faz parte da identidade local

Acho que o trabalho da mídia comunitária contribui muito, mas sempre foi e continua sendo muito subvalorizada

Muito boa rádio

Como não ouço não posso opinar , mas uma sugestão que posso da é que tenha programas voltados para o direitos dos moradores com convidados especialistas no tema

Poderia melhorar a divulgação

Que fosse mais além da Via Apia

Deveria interagir mais com a comunidade

Acho que pode divulgar mas no face on LINE

Não escuto,mais só ouço elogios!

A comunidade deve participar mais das programações.

Arádio sempre foi de fácil acesso ao morador e acho que deveria continuar assim.

Acho que a rádio poderia ser móvel tmb em um carro e ou moto com autofalantes e assim percorrer por várias ruas e vielas da comunidade informando, formando e levando as oportunidade ao grande público.

Acho que a rádio tem um grands potencial,porém precisa ter uma programacao onde divulgue mais servicos e oportunidads para moradores e precisa tambem ter uma programacao diaria e frequente. Infelizmente ela nem sempre funciona. Tenho uma lembrança de amigos que passaram pela rádio e que falam que foi importante para o crescimento deles esse processo.

Como não passo o dia em casa e no trabalho não consigo acompanhar pela internet, minha sugestão seria de mais caixas de som espalhadas pela comunidade.

Mais caixinhas, juntando-se às equipes de internet da comunidade.

Seu alcance deve ser estendido além das caixas de som da Via Ápia.

Acho que deveria ter um programa falando das Plus size

A rádio brisa deveria deixa a questão política de lado e apoiar nos manifestos e em relação no caso, a saúde...como ele é acessor direto do Crivella, não ter deixado a comunidade só...Aí deixa claro, intesse pessoal (dinheiro)...fala mais alto !!

Acho que essa geração não consome tanto conteúdo oriundo de jornais e rádios. Por isso estamos diante de uma geração tão alienada.

Acho que ela pode servir como forma de engajamento e união à problemas comuns dos moradores que por falta de conhecimento ou outra coisa, não conhecem sobre seus direitos e reais necessidades!

Com mais programas para ajudar a comunidade
 Gostaria que fosse mais divulgado os empregos
 A Rádio Brisa é essencial pra nossa comunidade
 Gosto muito dessa rádio Mais ela deveria ter mais programação
 Gostaria de parabenizar pelo bom trabalho na comunidade.
 Ótimo serviço (FORMULÁRIO, Rádio Brisa, 2020).

4.3 Brisa e a Legislação

Elias Lira diz que a rádio Brisa já possuiu outorga, tendo a concessão de funcionamento doada pelo centro de cultura Casa da Gávea⁹⁸ (que na época também era um ponto de cultura), visto que não seria possível dois *Dials* em localidades tão próximas. Mas, não pode ser realizado neste trabalho a confirmação de tal fato. Silva (2007, p.16) relembra o processo que foi para a Rádio Brisa, em 2006.

A licença para o funcionamento de uma rádio é outorgada às fundações e associações comunitárias que devem ter como objetivo principal, o atendimento às causas sociais, estando acima de tudo, preocupadas em orientar e educar os ouvintes. Para participar do processo de licenciamento da rádio, Elias Lira teve que registrá-la como uma Ong, criando estatuto e normas de funcionamento. O processo aberto em maio de 2006, ainda está em andamento.

Com este dado, conclui-se que há muitas outras rádios funcionando sem autorização do órgão regulador. Mediante as documentações solicitadas para que as rádios possam conseguir a outorga de funcionamento, muitas desistem e preferem ficar à margem da Lei e realizar suas atividades de forma mais abrangente, fazendo das rádios uma ferramenta de trabalho publicitário, uma mídia de comunicação como forma de poder e barganha. Como destaca Peruzzo,

por outro lado, os indivíduos e instituições têm o direito de usufruírem das ondas do rádio de baixa potência, seja com finalidades comerciais, políticas e/ou evangelizadoras, mas não no espectro da radiodifusão comunitária. Por que não criar uma legislação específica de rádio local que permita estes outros tipos de emissoras? Entende-se que uma lei específica que contemplasse estes tipos de segmentos atenderia uma demanda legítima por rádio de baixa potência por parte de microempresários, universidades e irmandades religiosas e evitaria o uso distorcido da radiodifusão comunitária. Seria uma maneira de democratizar ainda mais os meios de comunicação no País (2005, pg. 3).

⁹⁸ Casa da Gávea foi um centro cultural não governamental do Rio de Janeiro, inaugurado em março de 1992 e encerrou as atividades em 28 de junho de 2016, ela ficava localizada no bairro homônimo.

O diferencial das Rádios Comunitárias é estar mais próximo do público, noticiando uma questão de um determinado lugar, um documento perdido ou uma oportunidade de emprego local. O objeto deste trabalho e o universo em que atua, só confirma o que vários autores informam, escrever sobre o papel de uma rádio comunitária (e neste caso, sobre a Rocinha) dentro de uma comunidade tão expressiva, demonstra que a força e poder do rádio perpetuam. Para Peruzzo,

os debates sobre as rádios comunitárias no Brasil abordam questões polêmicas, tais como o que se entende por rádio comunitária, as rádios comunitárias ilegais, o fechamento de emissoras pelo poder público, a falta de compromisso do governo com o setor comunitário de radiodifusão, a municipalização das autorizações, as reivindicações do setor no que se refere ao alcance e canais de transmissão etc. Estes temas perpassam as discussões no âmbito do próprio movimento de rádios comunitárias e respingam na academia (2005, p.1)

A Rádio Brisa hoje, atua sem a autorização da ANATEL,⁹⁹ mas não deixa de fomentar seu papel de comunicadora local, levando aos moradores informações, oportunidades e serviços. Na Rocinha, é de suma importância o trabalho da mídia comunicadora; ela atua diretamente na comunidade como uma referência na divulgação e ações locais. Como aponta Silva,

é importante informar as pessoas sobre o que acontece nos quatro cantos do mundo, mas deve-se considerar que também é relevante apresentar notícias que lhes acrescentem um sentimento de pertinência a fim de conscientizar este público a respeito dos fatos referentes à sua cidade pelas outras rádios que achavam que teriam o mesmo direito de uso. Após um acordo com “a chefia¹⁰⁰” da favela, Elias teve a autorização que precisava. Ele garante que não foi só o acordo que o beneficiou. Elias foi o “*herdeiro natural das caixinhas dos antigos donos da rádio Rocinha que hoje não funciona mais no local*”¹⁰¹ (2007, p. 15).

Perguntado se já teve alguma questão com o tráfico local, Elias Lira Guilherme responde que não, mas logo depois lembra um fato que ocorreu envolvendo também a Associação de Moradores da Rocinha:

Então, na verdade *nós* (sic) não tem problema nenhum com tráfico, mas em 20 anos para dizer que nunca teve nenhum problema aconteceu aqui de eu *tá* (sic) entrevistando aqui uma vereadora, e alguém da associação me ligou

⁹⁹ Agência Nacional de Telecomunicações, que é órgão regulador dos meios de telecomunicações.

¹⁰⁰ De acordo com Silva (2007, p.16), “A chefia neste caso é o traficante que controla a favela da Rocinha”.

¹⁰¹ Ibidem (2007, p.16), “A Rádio Rocinha saiu da favela em 1998. Seus donos estão na favela de Rio das Pedras com uma outra rádio comunitária. Elias se considera o grande herdeiro dessa rádio.”

perguntando por que eu estava entrevistando aquela vereadora, porque já tinha o vereador da Rocinha, e eu falei assim:

- Quem é o presidente aí?
- Fulano de tal (ele mesmo falando, simulando a resposta do outro lado da linha)
- Então aí manda ele e aqui mando eu e desliguei o telefone na cara dele. Aí agora eu desliguei e depois que eu desliguei veio umas 15 pessoas aí e tal.....
- Mas deu tudo certo? (pergunta)
- Deu tudo certo porque aqui na rádio o presidente sou eu e como eu sou conhecido aqui na comunidade, sou nascido e criado aqui eu não tenho problema nenhum agora foi um mal-entendido da forma que ele ouviu lá do outro lado. (GUILHERME, Elias Lira. Informações colhidas em entrevista a autora em 02 de agosto de 2019).

4.4 Brisa e o Lugar de Memória

A Rádio Brisa está em constante movimento dentro da comunidade, através das caixas de poste e, principalmente, pela figura do Elias Lira Guilherme que faz cobre algumas atividades da Rocinha, participa das ações governamentais, entrevista políticos e representatividade da área de segurança pública. Em mais de 20 anos de atuação da Brisa, buscou-se neste trabalho evidenciar, através de entrevistas e um questionário direcionado aos moradores, a resposta sobre o papel da Rádio Brisa na comunidade e se ela faz parte da memória de seus moradores.

A memória pode ser tratada como uma evocação ou recordação voluntária (CANDAUI, 2011), sendo estendida a memórias como enciclopédias, crenças, sensações e sentimentos que estão intrínsecas em suas memórias.

Fabiana Rodrigues (2020), fundadora da página virtual chamada Rocinha em Foco (localizada na rede social *Facebook*), ao ser perguntada se na posição de moradora da Rocinha, já ouviu a Rádio Brisa, e na mesma alguma cobrança de reparos ou serviços de empresas que prestam serviço na comunidade. Fabiana diz que não ouve a Rádio, mas, de súbito recorda sobre uma lembrança sobre a mesma:

[...] Então... essa pergunta eu não vou saber te responder porque eu não ouço, né? Eu... eu lembro quando eu era menor, que eu passava pela Via Ápia e ouvia sim umas músicas tocando no poste e tudo, mas eu nunca parei para ver, se tinha... se eles falavam a respeito disso, cobrança dos serviços aqui na Rocinha (RODRIGUES, Fabiana. Informações colhidas em entrevista à autora, em fevereiro e março de 2020, Resposta em áudio via aplicativo *whatsApp*).

[...] a memória coletiva segue as leis das memórias individuais que, permanentemente, mais ou menos influenciada pelos marcos de pensamento

e experiência da sociedade global, se reúnem e se dividem, se encontram e se perdem, se separam e se confundem, se aproximam e se distanciam, múltiplas combinações que formam, assim, configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas. (CANDAUI, 2011, p.49).

Para o autor, a memória coletiva reúne o coletivo distribuído pela vivência da memória de cada um, ele também afirma que o lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha (CANDAUI, 2011).

Morador da Rocinha, historiador e coordenador do Museu Sankofa - memória e história da Rocinha, Fernando Ermiro da Silva, acredita que:

A Rádio Brisa se identifica com a Rocinha, com sua gente. Sua linguagem acessível sem ser desejar ridicularizar os ouvintes, sua inserção na vida política interna mantendo a saúde da democracia. E os anos no ar, isso gera muita empatia junto ao público. (SILVA, Fernando Ermiro. Informações colhidas em entrevista via e-mail a autora em 29 de janeiro de 2020).

Ainda na visão do historiador, quando questionado se rádio Brisa, incluindo a rádio de poste, faz parte da memória da Rocinha, ele responde:

Com toda certeza a rádio Brisa integra a memória da Rocinha. Memória se faz no cotidiano, depois vira história. Essa é a característica da rádio Brisa, nasceu com a pretensão de prestar serviço e comunicação, dia após dia, ano após outro, suas transmissões diárias levaram a rádio a se tornar parte da história da Rocinha.

[...] Minha primeira lembrança vem de muitos anos quando ela tocava nos postes da via Ápia, 1900 e fumaça. (SILVA, Fernando Ermiro. Informações colhidas em entrevista via e-mail a autora, em 29 de janeiro de 2020).

Em pergunta sobre a possibilidade de ser afirmado que a Rádio Brisa é uma identidade da Rocinha, Silva responde: “100%. A rádio Brisa se confunde com a história da Rocinha, guardada a proporção de idade, mas desde que existe rádio na Rocinha existe a rádio Brisa.”, (SILVA, Fernando Ermiro. Informações colhidas em entrevista via e-mail a autora, em 29 de janeiro de 2020).

Em relação à pesquisa quantitativa, um formulário¹⁰² foi preenchido por 68 pessoas, que moram ou já moraram na Rocinha. A pergunta, diretamente ligada à questão da memória, foi a seguinte: “- Você acha que podemos afirmar que a rádio Brisa influenciou na construção da história da Rocinha?”, também foi solicitado que a pessoa explicasse tal resposta. Pode-se

¹⁰² Acesso ao Formulário em:

https://docs.google.com/forms/d/1BvcAYtrywjMd6T_8OOnobDy8gYA6Fus0V4P9OxhoWs8/prefill

analisar que os moradores que responderam, mas não em maioria, afirmam que sim que ela fez parte da história. 26 responderam que sim, e algumas ponderaram suas respostas (todas as respostas foram informadas à risca, incluindo a escrita e o português). Respostas mais relevantes:

“Sim.parte cultural”

“Sim. Porque e difícil ter radio dentro de comunidade (favela)”

“Sim . Como todo veículo de informação. Fora isso não vi algo relevante nesses anos todos que mereça”

“Foi uma novidade as caixinhas na Via Apia. Parecia que estávamos numa cidade pequena onde os moradores participavam diretamente na rádio. Era um de nós e que falava da nossa Rocinha pra nós mesmos. Uma contribuição muito importante sim”.

“Sim! A Rádio Brisa faz parte da história da Rocinha. Antigamente acompanhava um programa de pagode na rádio, minhas amigas faziam oarte. Vi muitos grupos passarem por ali, vi a importância que essa abertura teve para a divulgação de artistas locais.”

“Devido os anos que tem, com certeza sim”

“Com certeza faz parte da história da Comunidade, já passou por diversas fases”.

“Sim, com sua divulgação e propagandas”

“Sim. Por ser uma das rádios comunitária pioneiras na Rocinha.”

“Sim ...por estar diariamente acompanhando pele a pele nosso cotidiano “

“Com certeza, inclusive quando acontece algo na comunidade”

“Sim, acho que é patrimônio cultural, a gente passa pela via após ligada pra ouvir a Radio”

“Ela contribui sim. Todavia deveria está mais na ativa junto aos moradores participando de eventos que acontecem na comunidade. Um exemplo nunca vi a rádio na ações sócias no complexo da rocinha.”

“Junto com outros meios de comunicação como a rádio katana a TV Roc e o Jornal Rocinha Noticia”

“Sim. Divulgando os aconteceu da comunidade”.

“Imagino que sim. Ter um meio de comunicação que participa e propaga informações, oportunidade e serviços da comunidade é de suma importância para construção de sua história”.

“Sim. É um registro da história e uma representação importante.”

“Ni momento de sua criação, a Rocinha estava em um momento de crescimento cultural.”

“Sim por sua importância para comunidade”

“Influenciou pois é um meio de comunicação ativo na comunidade, onde dá a voz a própria comunidade. Dialogam sobre a comunidade.”

“Sim, toda mídia comunitária contribuiu/contribui pra a historia da Rocinha seja ela escrita, falada, audiovisual ou internet”

“Sim, na época que o funk estava começando a crescer na mídia, lembro que a rádio fazia muito sucesso”

“Sim! Sempre ajudando a comunidade José momentos difíceis. Quando uma criança se perde, quando tem conflitos na comunidade...”

“Sim.contribuindo com informação para ajudar a comunidade”.

“Sim. Pois sempre passa para os moradores notícias”

“Sim, acredito que a cada dia vem contribuindo com a história da comunidade.

“Sim. Na área da cultura. Acho que poderia haver uma maior variedade de estilos musicais tocando na rádio”.

“Com certeza influenciou como um meio de comunicação e cultura ao longo desses anos”.

“Sim. É importante para uma favela que exista meios de comunicação. Embora eu não seja ouvinte assíduo da rádio, sei da importância que ela tem como meio de informação aos moradores. Vida longa aos meios de comunicação comunitários”.

“Sim, informação sempre influencia, quanto de bom tom, melhor ainda”

“Não na construção da história, mas como veículo informativo para o crescimento do conhecimento do morador.”

“Sim. A comunicação facilita a vida dos moradores da Rocinha, tendo em vista sua dimensão territorial com vários estabelecimentos comerciais e outros de grande utilidade, ou seja, a Rádio possibilita o morador da Rocinha organizar sua vida dentro da comunidade, com base nas informações prestadas pela Rádio tais como: horários de funcionamento dos estabelecimentos, eventos culturais, esportivos, de lazer e significativas mudanças como a Obra do Governo do Estado que está para iniciar ainda em 2020”.

“Sim. Faz parte do crescimento da comunidade”.

“Trazendo informação e contribuindo com comunidade, cobrando das autoridades”

Sim. Fazendo divulgação de trabalhos na comunidade”

“Liberdade de expressão e informações”. (FORMULÁRIO, Rádio Brisa, 2020).

4.5 Radio Brisa e a tecnologia como ferramenta

Elias Lira afirma que a Brisa tem diferencial e atrela a isso a sua performance de comunicador, pois ele entrevista pessoas, vai aos lugares onde ocorrem inaugurações e eventos com a presença de políticos, artistas e personalidades. Essas atividades muitas vezes são exibidas em sua página oficial do *Facebook*, através de vídeos, gravados por celular. Elias tem realizado *lives*, que vão ao ar, na maioria das vezes, às 18h, mas sem dia da semana agendado.

Essas tecnologias também são utilizadas por outros veículos de comunicação da Rocinha, como o *site* e jornal impresso, Fala Roça. Michel Silva, presidente de comunicação da mídia em questão, lembra que fez um mapeamento local da Rocinha com um celular *smartphone* usando o *Google Maps*¹⁰³ para obter a latitude e longitude. “Depois de percorrer a Rocinha por uma semana, conseguimos mapear cerca de 100 projetos, ações e espaços culturais”, afirma Michel Silva (Informações colhidas em entrevista a autora em fevereiro e março de 2020).

Tais ferramentas tecnológicas vêm sendo utilizadas por algumas rádios comunitárias que já possuíam o *dial* em FM e a criação de novas rádios que podem ser ouvidas pela internet,

¹⁰³ *Google Maps*: serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra, disponibilizado de forma gratuita na web, fornecido e desenvolvido pela empresa Google.

as chamadas rádios webs. Peruzzo (2010, p.3) nos elucida sobre o que chama de “Rádios virtuais comunitárias”:

Difundem suas mensagens somente pela Internet, portanto só existem no ciberespaço. São ligadas a grupos ou comunidades constituídas a partir da afinidade de interesses e/ou de vivências de problemáticas em comum, tais como os de fundo lingüístico, étnico, relações de gênero etc. Sua performance participativa tende a ser menos coletivizada do que a das rádios comunitárias de base territorial geográfica.

De acordo com o site Rádios,¹⁰⁴ existem 13.395 rádios webs¹⁰⁵ mais ouvidas no Brasil (referente a fevereiro de 2020); nestas rádios webs estão incluídas as comerciais e outras temáticas como as direcionadas ao Rock, Forró, Religião. Com o uso da internet, a rádio Brisa pode ser ouvida em qualquer lugar através do computador, celular ou tablet, com um custo muito baixo, além do que já é utilizado pela rádio em *dial* FM, basta ter um sistema de *streaming* ligado a um site oficial. É a tecnologia rompendo barreiras em alta escala. “As novas tecnologias da comunicação, ao permitirem a comunicação instantânea entre computadores, em escala mundial, de voz, texto ou imagem, disponibilizam cada vez mais informação a um custo cada vez menor”, aponta Sorj (2003, p. 36).

Mas não há muitos avanços tecnológicos utilizados pela Brisa ao se tratar de novas ferramentas e material escrito (conteúdo). A página oficial no *Facebook* não é atualizada constantemente, assim como o canal da Brisa do *youtube*. O espaço direcionado a notícias do site oficial da Radio Brisa não tem informações e volta e meia a rádio FM não está conectada com a rádio web, não transmitindo os programas que ocorrem ou, a *playlist*¹⁰⁶ via *web* (pelo site oficial) sai do ar.

A questão é muito mais abrangente do que a falta de novas tecnologias, a discussão perpassa pela capacitação na utilização das novas ferramentas tecnológicas, para assim saber como manuseá-las e conhecê-las, tendo a opção de serem ou não aplicadas no cotidiano da rádio. A exclusão digital assola principalmente as pessoas de baixa-renda, ou as que não podem se capacitar, sejam por questões financeiras ou nível escolar, infelizmente, talvez as rádios *webs*, principalmente as que são frutos das rádios comunitárias, percam espaço para as de conhecimento tecnológico mais avançado. Ainda para Sorj,

¹⁰⁴ Site Rádios, número de web rádios no Brasil. Disponível em: <https://www.radios.com.br/cnt/relatorios/webpais>. Acesso: 05/03/2020.

¹⁰⁵ Vejam como montar uma rádio web, nesta dissertação de mestrado, Capítulo 5, Manual da Rádio Brisa.

¹⁰⁶ Lista de músicas que tocam automaticamente, sem um locutor.

...a exclusão digital possui forte correlação com as outras formas de desigualdade social, e, em geral, as taxas mais altas de exclusão digital encontram-se nos setores de menor renda. A desigualdade social no campo das comunicações, na sociedade moderna de consumo de massas, não se expressa somente no acesso ao bem material - rádio, telefone, televisão, Internet -, mas também na capacidade do usuário de retirar, a partir de sua capacitação intelectual e profissional, o máximo proveito das potencialidades oferecidas por cada instrumento de comunicação e informação (2003, p.59).

Mesmo assim, em se tratando de rádios webs da Rocinha, observa-se que o local possui um número significativo de veículos que são da comunidade, isso não quer dizer que essas mesmas rádios retratam o dia-a-dia da comunidade valorizando a questão social, suas necessidades primárias de serviços, higiene e questões sanitárias. Mas, esses veículos estão espalhados em páginas do Facebook, rádios *webs*, sites. Além da Rádio Brisa, existem, mais quatro *webs* rádios localizadas na Rocinha (PIB Rocinha, Rádio Web *Destak* Gospel, Rádio Rocinha, Rádios Novas Ondas), todas possuem sistema de *streaming* e aplicativos (os *apps*).

Os aplicativos, também chamados de apps, são *softwares*¹⁰⁷ que podem ser instalados no celular, através da loja virtual de aplicativos da plataforma Google (ou da plataforma para Iphone – outro sistema de celular) mas a Rádio Brisa ainda não tem o aplicativo, de acordo com Elias Lira, ele não sabe “mexer” muito bem no mesmo. Estas novas tecnologias também em rádios web só nos demonstra a busca pela velocidade da informação e um novo método tecnológico para estes veículos de comunicação. Sorj (2003, p.43) diz que: “A internet mudou o ritmo da comunicação, exigindo maior rapidez do interlocutor, criando expectativas de resposta imediata a questões que pedem um tempo material emocional cujo ritmo não é o da velocidade da luz”. As rádios comunitárias não podem esquecer que o diferencial é exatamente estar perto de seus moradores, valorizando a mão de obra, ações sociais dos mesmos e promover um meio de comunicação que lhes tragam educação, direitos, oportunidades e dignidade. Talvez, estas iniciativas não estejam em um aplicativo, mas sim no poder de fala de quem os representa.

Michel Silva, presidente de comunicação do Fala Roça, ao ser perguntado sobre os desafios de ter um veículo de mídia online, responde que:

Ter um veículo online é fácil. Difícil é manter, produzir conteúdo porque você compete diariamente com a mídia hegemônica e o WhatsApp. O desafio de produzir jornalismo na Rocinha é saber o que abordar, como abordar. Dependendo do assunto, nem tudo vira matéria. Na questão impressa, os empreendedores não têm visão de marketing e não investe um valor na

¹⁰⁷ *Software* ou aplicativo, foi projetado para executar funções, tarefas ou atividades coordenadas utilizados em aparelhos móveis, como celulares *smartphones* e *tablets*.

divulgação da marca (Informações colhidas em entrevista a autora em fevereiro e março de 2020).

Para Cabral e Oliveira (2017, p.71), o uso da tecnologia pode contribuir e auxiliar para que as rádios comunitárias conquistem seu espaço.

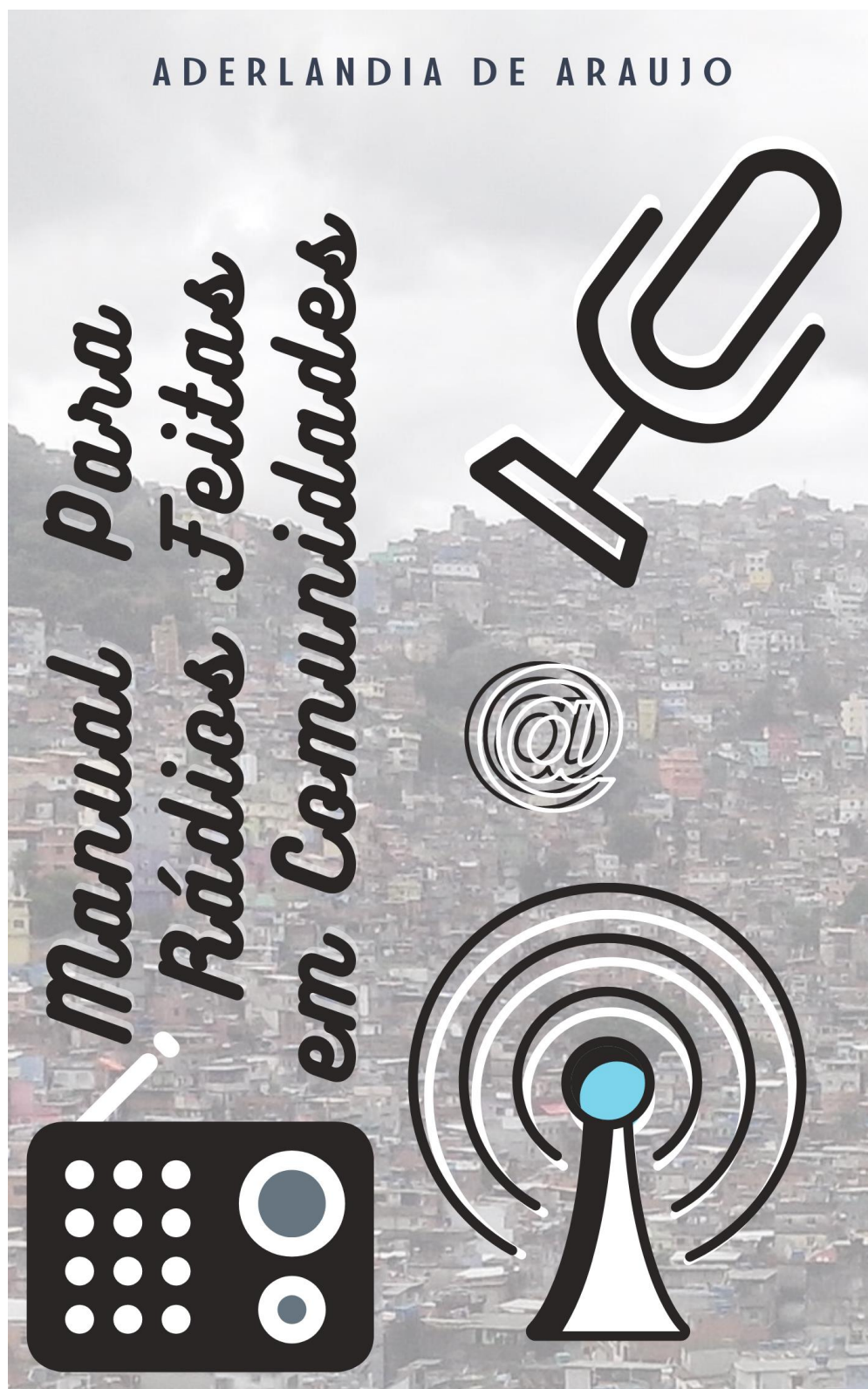
Apesar da evolução nos números de acesso à internet e aumento da aquisição de dispositivos eletrônicos, sabe-se que o acesso à tecnologia muitas vezes é seletivo. No entanto, a atuação dos meios de comunicação comunitária local pode corroborar a disseminação de usos e apropriação social desses espaços, possibilitando que ocorram trocas e envolvimento não somente com os veículos e respectivos conteúdos produzidos, como também compartilhamento de ações no desenvolvimento de mensagens.

Mas, será que as rádios comunitárias que usam o *dial* como forma de transmissão, ou as que utilizam a rádio de poste para agregar a comunicação local, podem ser substituídas pelas novas tecnologias como *web* rádios e aplicativos de rádios? As opiniões divergem. Para Michel Silva, a rádio de poste na Rocinha não tem mais o alcance que tinha há anos. Rádio de poste funciona em favelas menores. A Rocinha é muito grande para ter somente uma rádio de poste” (Informações colhidas em entrevista a autora em fevereiro e março de 2020).

Fernando Ermiro Silva opina sob outra ótica:

Não. Não creio. O rádio tem uma mística coletiva. Podemos ouvir juntos a rádio, podemos varrer a casa com rádio ligado, a gente pode cozinhar ouvindo programas ou música no rádio. Diferente da *internet*, que me parece uma tecnologia irresistível, mas é individual, telas que cabem na mão, não podem ser divididas, não é o propósito da internet. A rádio te libera, a internet te prende (Informações colhidas em entrevista via e-mail a autora em 29 de janeiro de 2020).

Figura 18 - Capa Manual da Rádio Brisa



Fonte: Produzido e aplicado pela autora Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

5 MANUAL PARA RÁDIOS FEITAS EM COMUNIDADES

Este Manual para rádios que são feitas em comunidade é o produto da dissertação *Memória: Rádio na Comunidade – do poste à internet, a Rádio Brisa na Rocinha (2000 – 2019)*, da autora Aderlândia de Araújo (mais conhecida como Landa Araújo), como parte do trabalho final para o Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Ele tem o objetivo de democratizar a informação da linguagem radiofônica popular, além de ser fonte de pesquisa no auxílio aos novos (e atuais) produtores, técnicos de som, locutores, e demais interessados com ênfase na e para a Rádio Brisa (o objeto de estudo).

Com a bibliografia de outros manuais para rádios populares, pesquisas virtuais e a iniciativa da própria autora, que o produziu com as novas linguagens da internet e de forma mais simples e coloquial, pretendeu-se plantar esta semente aos novos comunicadores, para que a colheita seja de muita produtividade, programas populares, entrevistas, alegrias e comunicação!

Este produto ficará disponibilizado no *site:memoriaradionacomunidade.wordpress.com* e também na biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa.

É importante deixar claro que o intuito deste manual não é o de tolher as produções já existentes nas rádios populares, comunitárias, de periferias ou afins ou de impor uma forma para os programas ou nas programações que venham a surgir depois da criação deste material.

5.1 Rádio Comunitária e as Normas Legais

O conceito de “rádio comunitária” está diretamente ligado a ter autorização de funcionamento, o que também é chamada de outorga, chancelada pelo Ministério das Comunicações, através da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), de acordo com a regulamentação proferida em fevereiro de 1998 (que será explicada mais à frente). Tal autorização vem acompanhada de diversos pormenores como ser uma radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita (1Km de raio), ser fruto de alguma fundação e/ ou associação comunitárias, sem finalidade lucrativa e estar localizada onde a rádio funcionará. Mesmo diante de tantos trâmites, ela cumpre um papel fundamental dentro de suas comunidades. Ela estabelece o pertencimento aos moradores, a partir do momento em que se torna uma referência do cotidiano de seus ouvintes, com a função de mantê-los informados, de se sentirem apoiados em suas causas sociais. Segundo Gomes,

[...] Desde a sua regulamentação em fevereiro de 1998, as rádios comunitárias, [...] cumprem um papel importante nas comunidades, divulgando a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiando os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promovendo atividades educacionais para melhoria das condições de vida da população. Sendo uma organização sem fins lucrativos, a rádio permite que os interesses da comunidade sejam colocados em primeiro plano, diferentemente de uma rádio convencional, onde o interesse pela audiência é maior que a preocupação com os serviços de utilidade pública (2013, p.2).

Uma rádio comunitária deve representar a alma da comunidade, dos grupos locais, e ser o reflexo dos moradores, de suas necessidades, ser um pilar da divulgação e edificação da cultura local e um modelo de democracia em grupo. Para Luz (2001, p. 17) “ela não centraliza conhecimentos, nem ideias, nem decisões; ela divide, distribuindo conhecimento com a comunidade, favorecendo a cultura, a cultura, e as possibilidades para uma qualidade de vida”.

Uma rádio comunitária tem um importante papel dentro da sua área de atuação. Ela identifica o morador como uma peça chave; a mensagem enviada aos ouvintes é direta, clara, esclarecida; feita, pensada e direcionada para os moradores. Segundo Peruzzo,

a rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ou seja, transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. A emissora radiofônica comunitária permite ainda a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade e de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e na gestão da emissora. Enfim, se baseia em princípios da comunicação libertadora que tem como norte a ampliação da cidadania. Ela carrega, aperfeiçoa e recria o conhecimento gerado pela comunicação popular, comunitária e alternativa no contexto dos movimentos sociais na América Latina desde as últimas décadas do século XX (2007, p.1).

De acordo com a Lei 9.612/98, Art. 3º, o Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

1. Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade.
2. Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.
3. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário.

4. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de acordo com a legislação vigente.
5. Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (BRASIL, 1998).

O trabalho dentro de uma rádio comunitária exige responsabilidade, comprometimento com os moradores e é de suma importância para o lugar onde se vive e o entorno dele. Teixeira conclui que

as rádios comunitárias funcionam como um importante canal de interação e participação popular, que parece contribuir para a criação de esferas públicas específicas, onde as comunidades a que se referem, encontram um espaço de atuação, relacionado à sua vida cotidiana. Estas rádios podem possibilitar, assim, a inserção social, ao oferecer um espaço à comunidade para se expressar quanto aos seus interesses locais, como também para se buscar conjuntamente a solução para os problemas na comunidade (2004, p. 259-260).

5.1.1 RadCom e seus entraves

Antes de ser sancionado, o serviço de radiodifusão comunitário – RadCom, estava sendo discutido, pensado e sugerido por várias iniciativas de associações e instituições sem fins lucrativos, elas queriam tornar o rádio um veículo para todos e terem o mesmo direito à legalidade das rádios comerciais.

E, por não ter concessão, como as rádios comerciais tinham, por muito tempo foram nomeadas rádios piratas e depois, rádios livres. Claro que dentro deste contexto há os que tentaram usar o meio de comunicação para uso particular. Carvalho indica que

além das comunitárias, muitas rádios privadas de baixa potência nasceram de microempresários e grupos religiosos [...]. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os espectros radioelétricos do Rio e de São Paulo estavam lotados de transmissões não-legalizadas de baixa potência de todo o tipo. A maioria era formada por microempresas de rádios evangélicas de baixa potência (2018, p. 37).

As normas legais que regulam o Serviço de Radiodifusão Comunitária – RadCom são: a Constituição da República Federativa do Brasil – os Direitos básicos de todo cidadão; A Lei do Serviço de Radiodifusão Comunitária nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 - sancionada pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso e o decreto nº 2.615, de 3 de junho do mesmo ano (regulamenta a Lei nº 9.612/1998). Também a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº

1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018 – regulamenta, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, os processos de outorga (da autorização para prestar o Serviço de RadCom), de pós-outorga e de renovação.

A forma como a Lei 9.612/98 foi concedida, não agradou muitos representantes dos movimentos sociais que buscavam o reconhecimento do trabalho em suas comunidades e uma representatividade maior através da legalidade. As rádios e as atividades que as mesmas proporcionavam de certa forma foram “tolhidas” por normas que tornaram quase que impossíveis o funcionamento das rádios. Para Carvalho,

a lei e a regulamentação foram impactadas fortemente pela ação de parlamentares proprietários de rádios comerciais. Não por acaso, a maioria das medidas restritivas tinha relação direta com o risco de ampliação das potencialidades tecnológicas das rádios comunitárias. O decreto 2.615 deixa claro a intenção de manter as comunitárias sem abrangência. Do limite de um quilômetro de raio à permissão para programas em rede somente em casos de calamidade pública, os artigos 6 e 29 surgem dessa influência dos parlamentares que temiam os novos concorrentes em suas áreas políticas de atuação. Os artigos 25, 26 e 27 permitem interferências das emissoras comerciais nas comunitárias, mas regulamentam a punição, com pena de interrupção das transmissões, para quaisquer interferências das rádios comunitárias nas emissoras privadas (2018, p. 38).

Entre as questões que não agradaram os membros de associações e engajados no tema “rádios comunitárias” estão as de operar somente em 87,9 megahertz,¹⁰⁸ não ter mais que 25 watts de potência, e uma antena não superior a trinta metros de altura com o alcance de transmissão até um quilômetro de extensão (partindo do ponto de transmissão). Luz (2001, p. 156) acrescenta que com potência limitada a 25 watts, “nas áreas de baixa densidade demográfica (metrópoles) o alcance será restrito; em áreas de baixa densidade, como a Amazônia, a população não será atendida”. Para Girardi e Jacobus,

a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) exige que as rádios trabalhem com equipamentos homologados. Ou seja, somente os transmissores, moduladores, compressores e antenas com a plaquinha de metal com o logotipo da ANATEL podem ser usados. E todos devem operar na mesma frequência em um mesmo município. Segundo a lei, o transmissor deve ter até 25 W (potência), antena de até 30 metros e alcance de um quilômetro, com outros três quilômetros em volta sem nenhuma interferência de outra rádio. O problema é que estes equipamentos, com estas especificações, emitem os sinais radioelétricos (“as ondas do rádio”) numa distância de, no mínimo, 10 quilômetros de raio. Assim, mesmo trabalhando

¹⁰⁸ Unidade de frequência que equivale a um milhão de hertz (ciclos por segundo) usada para medir a frequência de ondas, como ondas de rádio e televisão.

com material apropriado, uma rádio, ainda que homologada pela ANATEL, pode ser multada o tempo todo ou interferir em outra comunitária a cinco quilômetros de distância (2009, p.29).

Para Cardoso e Farias (2017, p. 2), “ao que tudo indica, uma regulamentação muito mais por conveniência do que por uma preocupação com o processo de democratização da comunicação brasileira”. De acordo com Pereira *et al.* (2017, p.5) “a lei traz uma série de obstáculos para quem se interessa em criar e manter uma rádio comunitária. O processo de concessão é burocrático e demorado, uma vez que, as rádios podem levar anos para conseguir a outorga”. Para Luz,

a legislação aprovada no governo FHC (PSDB-SP 1994/2002) é mesquinha e discriminatória. Fica difícil fazer rádio comunitária no Brasil. Mesmo assim, o movimento se expande, e até junho de 2000 o Ministério das Comunicações havia recebido o pedido para operar mais de 9 mil rádios comunitárias. Na época, estimava-se existência de 10 mil emissoras de baixa potência em atividade no país, aí incluindo as livres e comunitárias (2001, p.150).

Além das questões já apontadas, o caminho para uma permissão de funcionamento não é fácil de ser trilhado. A solicitação de uma outorga ¹⁰⁹ por parte dos interessados em abrir ou permanecer com a rádio comunitária vem acompanhada de uma enorme burocracia. Ela só pode ser solicitada por fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registradas, com sede onde pretendem prestar o serviço e formadas por dirigentes brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade. Para Carlet,

diante da longa demora na tramitação dos seus processos para a autorização de funcionamento, elas têm sido alvo de constantes ações de repressão e criminalização, não raro, patrocinadas pelos donos dos grandes meios de comunicações que, sabidamente, para se perpetuarem no poder faz-se necessário um povo inculto e engessado em sua capacidade organizativa e mobilizadora (2005, p.8)

Já Peruzzo aponta que

às vezes, o tempo de espera é de até mais de três anos como o caso da Rádio Comunitária Estância, no município de São Roque- SP, fechada em março de 2005. Ela estava há mais de sete anos no ar, desde 1998, e desenvolvia um trabalho comunitário por meio de “ações de cultura, saúde pública, direitos do cidadão e de formação em comunicação” enquanto aguardava, desde então, a autorização do Ministério das Comunicações”.

109 Concessão de funcionamento do serviço de radiodifusão comunitária.

Acrescenta-se ainda a existência de outras contradições no processo de legalização, pois o governo, com frequência, autoriza o funcionamento de emissoras comunitárias ligadas a pessoas, igrejas ou a políticos em detrimento de associações comprovadamente constituídas com base em entidades de cunho organizativo-comunitário local, conforme exige a lei (2005, p. 1 e 4).

5.2 Estou na rádio, e agora, o que fazer?

5.2.1 Faça o melhor para uma melhor Programação

Não se prenda a seguir os capítulos deste manual. Nele, é permitido ler uma ou outra que interesse mais. O propósito desta obra é que a “casa seja sua”, então, primeiro trabalhe o desapego.

A rádio comunitária é do povo, para o povo. Pense em como os ouvintes gostariam de acompanhar uma boa programação de rádio, faça o que for melhor para o coletivo, seja como produtor, técnico de som, locutor (a), ele não é seu programa ou sua rádio. Invista em uma programação variada, repleta de bons programas que fazem a diferença na comunidade. A preferência deve ser por questões da própria localidade ou de informações que enriqueçam as oportunidades dos moradores, o lado educacional, social e cultural dos mesmos.

Duas palavras que serão muito citadas neste Manual: **Programação** e o **Programa**. As palavras são parecidas, mas possuem funcionalidades distintas. A Programação é o todo, é o que “forma” uma rádio do começo ao fim, pois ela é o que dá a característica da Rádio como um todo, nela está inserida todos os programas com horários, dias (semanais ou mensais) e intervalos. A Programação é como a espinha dorsal de uma rádio comunitária, conforme destaca Nascimento *et al.*:

é através da sua programação que uma emissora comunitária tem a possibilidade de concretizar seus ideais e atender aos princípios de valorização da cultura local, pluralidade, educação, informação, utilidade pública, arte e integração da comunidade, todos atrelados por uma concepção ética e democrática da comunicação (2005, p. 90).

Tabela 3 Exemplo fictício de uma grade de programação da rádio¹¹⁰

¹¹⁰Material fictício, produzido pela autora, só para demonstração de um exemplo de programação.

Segunda à sexta	Horários	Programa	Locutor (es)
	8h as 10h	Bom Dia Comunidade	Carlos Soares
	10h as 12h	Canta, canta, minha gente!	Escola de Música da Rocinha
	12h as 15h	A hora do Vem Comigo	Ana Belle e Joel Cintra
	15h as 16h	Pagodear	Cintia Cruz
	16h as 18h	Só Rocinha	Elias Lira
	18h às 20h	Noite que Chega	Mário Sampaio
	20h às 22h	Forrozear	Josivan Carlos
	22h às 23h59	O Melhor da Saudade	Leandro José
Sábado e domingo	8h as 10h	Fala Rocinha	Elias Lira
	10h às 12h	O melhor da MPB	Playlist
	12h às 14h	Juventude Rociense	Grupo Teatral Fala Cultura
	14h às 16h	Histórias da Rocinha	Museu Sankofa
	16h às 19h	Rocinha e Convidados	João José
	19h às 20h30	Samba de Raiz	Renato
	20h30 às 22h	Por dentro da Rocinha	Célia Maria
	22h às 23h59	Saudades	Playlist

Fonte: Produzido para demonstração por Aderlândia Araújo na Rocinha (2020).

A programação de uma Rádio Comunitária deve seguir alguns princípios. Ainda de acordo com Luz (2001), ela deve ter “objetivos de uma rádio comunitária”. Percebe-se que este meio de comunicação não deve ser utilizado de forma irresponsável, com o método “ir lá e fazer de qualquer jeito”, ela tem objetivos claros e concisos, uma programação de rádio comunitária

deve se comunicar de forma amigável, próxima, trazendo o cotidiano de seus ouvintes, contribuindo para toda a comunidade. Para Luz, é

por isso a programação deve refletir não o espírito da moda, mas, o sentimento de um mundo como queremos, com os nossos valores éticos, culturais, político. Com tudo aquilo que a comunidade acredita ser o melhor ela possui ou quer. Quando uma rádio coloca no ar um programa de caráter duvidoso, de desinformação, de mau gosto, ela está agindo contra si própria – é um alimento estragado que ela serviu na mesa para si própria (2001, p,17)

Fazendo da programação um referencial para todos, ainda de acordo com a Lei de radiodifusão comunitária, uma Programação deve ter:

1. Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
2. Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
3. Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
4. Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. (BRASIL, 1998)

Chamamos a divisão de uma programação de rádio de **grade**. A grade é a forma como os programas são distribuídos, com escalas e horários dos programas que vão ao ar.

5.3 O Programa

O Programa está incluído na Programação; ele é um “pedaço” dela, um conjunto de programas forma uma programação. Ele pode (e deve) ser variado, ser sempre bem produzido e conduzido o mais planejado possível. Quanto mais democrática for a construção de um programa de rádio, mais chance ele tem de dar certo. Unindo o útil ao agradável, para a concepção de uma Rádio Comunitária é necessário que a mesma tenha um caráter associativo, com um Conselho Comunitário e, portanto, contam com os associados para pensarem em programas específicos ou, em toda a programação da rádio comunitária. Girande e Jacobis destacam que:

a rádio emite **PROGRAMAS**, espaços que, em geral, têm um **título (nome)**, **horário de emissão e duração fixas**, dedicados a temas concretos. Normalmente, a emissora comercial possui um departamento específico que

cuida de toda a programação. Isso inclui todas as inserções comerciais, jornalísticas, musicais, gravadas ou ao vivo. Este departamento cuida do aproveitamento do espaço e o tempo utilizado para divulgação das mensagens na rádio. Mas, a programação das comunitárias segue uma lógica diferente em vários aspectos. O caráter associativo, de controle aberto e coletivo, propicia maior liberdade, independência e autonomia na criação do programa. Mas infelizmente tal possibilidade pode ser mal explorada, especialmente quando se comete o erro de reproduzir a lógica das emissoras comerciais (2009, p.36, grifo do autor).

As reuniões de equipe são de suma importância. É necessário dialogar sobre um planejamento para a produção de um programa e/ ou programação. Nestas reuniões, os integrantes podem levar os assuntos mais discutidos pelos moradores; o que há de novidade na comunidade e no entorno; quais os problemas coletivos enfrentados (como a falta de água, saneamento básico, coleta de lixo, transporte público), ou temas atuais e de interesse social, que vão desde a inscrição dos jovens em bolsas acadêmicas até os prazos para inscrições em escolas públicas do entorno. Girandi e Jacobus dizem que

as **RÁDIOS** chamadas **COMUNITÁRIAS** devem ser realmente **DEMOCRÁTICAS**. A sua grande vantagem sobre as rádios comerciais é justamente a possibilidade de qualquer pessoa da comunidade participar. Além disso, são mais específicas, falam sobre assuntos locais, que dizem respeito à comunidade e que normalmente não são noticiados em emissoras comerciais (2009, p.10, grifo dos autores).

As rádios comunitárias costumam ter poucas pessoas dedicadas somente a elas, o trabalho voluntário continua sendo o mais expressivo em suas concepções. De acordo com Luz (2001, p.44), numa rádio comunitária é comum que toda essa gente esteja concentrada numa só pessoa. Ela é produtora (quem pesquisa, marca de entrevistas), repórter (faz as entrevistas) e ainda opera e faz a locução.

Em se tratando da Radio Brisa, atualmente, a falta de equipe atinge diretamente a qualidade da programação e a ausência de programas diversificados. Mesmo sendo um “time de uma pessoa só”, a qualidade de um programa comunitário deve ser impecável. Dentro de uma rádio existem processos importantes a serem entendidos antes mesmo de você apresentar um programa, é necessário colocar a mão na massa e seguir alguns passos antes do programa efetivamente ir ao ar.

5.3.1 Planeje, antes de tudo.

O ideal é respirar fundo e analisar com calma onde está, o que pretende com uma programação de rádio. Há algumas perguntas necessárias a serem feitas antes de tudo e que ajudarão na concepção do planejamento para que a construção da programação da rádio seja sempre de acordo com os parâmetros da concepção de uma rádio comunitária.

É muito importante uma programação criteriosa para não seguir a ordem de uma rádio comercial ou produzir o que pareça um programa desgovernado, sem limites e organização. Para isso, a programação deve ser pensada com programas de qualidade, que estejam empenhados em desenvolver um trabalho de informação, qualidade, oportunidade e referência para os moradores locais, os ouvintes, os que terão acesso a informações únicas, direcionadas a eles e não informações comerciais que são reproduzidas nas rádios comerciais. Girandi e Jacobus explicam:

para que a rádio tenha êxito junto à comunidade e prospere, é preciso um mínimo de planejamento para o funcionamento da emissora, de modo a criar uma identidade que ajudará a criar um vínculo com os ouvintes. Isso passa por pensar a infra-estrutura, a inserção na comunidade, o universo cultural do local, a auto-sustentação, a política de comunicação e a instrumentalização técnica das equipes envolvidas (2009, p.36)

Seja sensato (a); é necessário você dar um corpo para o seu programa, traçar um caminho (aqui entende-se por estilo) e como este programa de rádio será apresentado no tempo estipulado. Por exemplo, se ele for um programa de cultura, com músicas dos artistas locais, é necessário pensar em no que será falado neste programa? O que será tocado? Haverá entrevista com o artista? Caso sim, que tipo de entrevista? Ao vivo ou por telefone? Será um artista convidado por semana ou por dia? Quantas músicas serão tocadas? Quanto tempo levará? Qual será o meu roteiro (diário ou semanal)?

Em resumo, todo programa deve seguir uma linha de raciocínio e nunca, nunca deixar de ser plural, democrático e de qualidade.

5.3.2 Estude, pesquise, dedique-se ao programa.

Vamos usar o exemplo de um programa onde o convidado principal será um artista da própria Rocinha. Faça uma pesquisa sobre ele; busque em sites, jornais, ou perfil das redes sociais; procure saber mais sobre quem ele é ; ouça as músicas que serão tocadas no programa com antecedência e, para a “cereja do bolo”, também estude o estilo musical do artista. Se o som que ele produz for mais para o Rock, estude a história do Rock, os instrumentos utilizados,

os artistas que trouxeram o Rock para o país. Todo o esforço valerá a pena para um programa interessante e cheio de informações válidas.

5.3.3 Evite ser superficial.

Para a rádio comunitária, o mais importante não é audiência, este fato deixamos para as rádios comerciais. Deve-se preservar a cultura, a informação, a arte, a qualidade. Ter uma programação que só “reproduz” músicas atuais e da moda, replicar o que é feito em rádios comerciais, nada acrescenta em uma rádio comunitária. O papel de um produtor/locutor de uma rádio comunitária está bem acima disso. Tais dicas devem permear a cabeça de quem quer fazer um programa de qualidade e que se preocupa com ele. Para Luz, a rádio deve

divulgar sistematicamente, insistentemente, frequentemente, exageradamente:

1. que é uma rádio comunitária
2. que rádio comunitária é diferente da comercial, tem proposta diferente, conseqüentemente vai tocar músicas diferentes.
3. que a comunidade é dona da rádio e, por isso mesmo, deve nivelar por cima; uma RC tem finalidade maior que repetir a programação musical das comerciais (2001, p.72).

5.3.4 O programar para todos

Uma rádio comunitária deve ter pluralidade, de acordo com a Lei 9.612/98, isso quer dizer que ela deve promover a multiplicidade e a diversidade. Ela deve dar espaço para todos, todas as manifestações religiosas, partidos políticos, opiniões partidárias, devem ter os mesmos direitos na rádio. Se uma opinião unilateral for apresentada, deve-se abrir para o direito de resposta. Luz (2001), aconselha que a vez e a voz deve ser a todos. E que para uma rádio ser comunitária, ela deve ser plural.

O Serviço de RadCom deve ser plural e aberto à participação livre e igualitária de todos os segmentos da comunidade. Isso quer dizer que a associação ou fundação autorizada deve apresentar uma estrutura que permita a livre associação de qualquer pessoa física ou jurídica que participe da comunidade. Mais: as entidades autorizadas deverão garantir, inclusive em seus estatutos (vide tópico 7), que todos os seus associados poderão se manifestar nas instâncias deliberativas existentes e terão direitos de voz e de voto (BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações [1998?], p. 12).

Ele não deve ser direcionado a um segmento e sim para todos os ouvintes. Daí a importância de uma produção com dedicação, informações e novidades diárias. Por exemplo, se você faz um programa só de sambas de enredo, mas se ele for bem elaborado, será escutado por aqueles que não fazem parte do universo do samba e talvez nunca tenham ouvido o estilo musical. Programas que são dirigidos para um público segmentado não estão de acordo com a concepção das rádios comunitárias.

Do mesmo modo que não cabe um programa que fale só dos macacos-prego, também não cabe de partidos políticos ou religiosos. Isso se chama proseteísmo e foi terminantemente proibido pela Lei nº 9.612/98, no 1º parágrafo (§) do Inciso 4: É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária. Embora, a mesma tenha sido vedada por uma ação direta de Inconstitucionalidade por uma Medida Liminar nº 2566 deixando a interpretação da Lei para quem for julgar, ainda assim não combina com uma rádio que é de todos para todos, né verdade?

Assim para Volpato,

o que dizer de instituições religiosas que se apropriam do espectro da rádio comunitária? Estas emissoras, sob gerência de entidades religiosas, veiculando uma programação estritamente religiosa conseguiria a pluralidade de opinião, ideias e assuntos? E as rádios comunitárias que vendem espaço em suas grades para veiculação de programas religiosos, teriam condições de se colocar a serviço da comunidade e viabilizar a participação dos integrantes desta localidade?

É preciso considerar que a religião, por estar ligada à cultura das pessoas, é um assunto que deve ter visibilidade nos meios de comunicação das comunidades. Por outro lado, até que ponto estes veículos conseguem dar visibilidade à diversidade religiosa brasileira? (2010, p. 7).

5.3.5 Pense no tempo

Todo programa apresentado precisa de “ritmo”. Não, isso não quer dizer uma música ao fundo durante o programa de rádio. Todos os eventos devem ter horário para começar e para terminar, e entre esses dois pontos, o roteiro deve ser um caldeirão de informações, contendo **música, serviços, novidades e outras ações que “prendam” os ouvintes.**

A duração das notícias

[...] Sugere-se entre 15 segundos e 30 segundos para os flashes informativos; Sugere-se entre 30 segundos e 1 minuto e 30 segundos para as notícias que só têm textos;

No máximo 2 minutos para as reportagens, sempre cuidando para não tornar o programa cansativo;

Em média, 12 linhas de uma lauda compõem um minuto. Uma lauda é uma

folhinha com 12 linhas de 65 ou 72 caracteres (toques datilográficos), que contém várias informações e critérios para orientar o locutor (GERARDI e JACOBUS, 2009, p.50, negrito e sublinhado pelo autor).

5.3.6 Quem será o público-alvo?

Eles estão descendo e subindo a Via Ápia com pressa ou calmos? Os que ouvem pela Internet ou pela página social da Brisa esperam o quê da programação? Você realmente está falando com o seu público-alvo? Quem são as pessoas para quem o programa será direcionado, para quem você vai falar?

Devemos conhecer estas pessoas, saber qual é o seu perfil. Quando se faz um programa, precisamos sempre nos colocar no lugar do ouvinte, imaginar o que ele já sabe, o que ele gostaria de falar e não pode, que pergunta ele gostaria de fazer, mas nunca se sentiu encorajado a fazer. A rádio comunitária parte do senso comum e politiza o cotidiano com os temas urgentes de uma coletividade (GIRARDI e JACOBUS, 2009, p. 58).

Por exemplo, se for um programa que toque mais samba de raiz com músicas com mais de 20 anos de existência. Provavelmente seu público-alvo serão adultos, com idades acima dos 25 anos. Eles vão se identificar mais, mas isso não quer dizer que outras pessoas, jovens e adolescentes, não possam surpreender o seu trabalho com um elogio ou um comentário do bem.

5.3.7 Qual mensagem você quer passar para seus ouvintes?

Cuide do Programa com muito carinho, é muito importante a mensagem ser passada para todos, respeitando a todos, evitando opiniões particulares ou que ofenda os outros. Seja o mais neutro possível principalmente em questões políticas e/ou religiosas. E, perceba que a mensagem deve trilhar o caminho do público ouvinte. Ainda com o exemplo do programa de samba de raiz, não cabe por exemplo gírias e palavrões (estes nunca!).

Algumas emissoras comunitárias acham que é obrigação, por ser comunitária, abrir a programação para todo mundo – cada um faz o que quer. Isso é arriscar demais. Já pensou se um morador da comunidade quer fazer um programa racista? O outro pretende apresentar um programa somente de baixarias, como o que ele viu na TV... (LUZ, 2001, p. 27-28)

5.4 Tipos de Programa

Existem vários caminhos que um programa pode trilhar, como já citamos antes, ele precisa de um estilo para começar a ser pensado e organizado e, a partir daí, amadurecer a ideia de quais atributos serão utilizados nele. De acordo com Luz (2001 p. 46), todo tipo de programa cabe numa rádio comunitária desde que ele vise o crescimento da comunidade. Para Girardi e Jacobus (2009, p. 40) “não existe uma regra fixa sobre os tipos de programas para rádio. Os diversos tipos podem confundir-se, dependendo da criatividade empenhada na produção e até de ponto de vista”. Mas existem alguns estilos de programas radiofônicos que são muito utilizados e os serão apresentados aqui brevemente:

5.4.1 Debates / Mesa Redonda e Painel

Com o objetivo de dialogar sobre determinado assunto, um debate reúne pessoas ou personalidades que entendam sobre o tema. No caso de ser um debate, é mais proveitoso e qualitativo quando reúnem-se pessoas que pensam de formas diferenciadas, exatamente para que o debate seja enriquecedor e o ouvinte possa não só concordar com uma opinião, como refletir sobre as opiniões discordantes da dele e também aprender ou acrescentar informações sobre o mesmo assunto, o que é de suma importância para o crescimento pessoal de cada um. No caso de um painel, a reunião é de pessoas que seguem a mesma linha de pensamento, onde são complementares na concordância.

Para os debates ou mesa redonda, faz-se necessário a presença do moderador, que pode ser o locutor ou um convidado. É importante frisar que um moderador não deve expor a opinião sobre o assunto, ele deve amenizar os ânimos (caso eles sejam exaltados) e as discussões mais calorosas, além de acrescentar dados sobre o tema (quando possível) e incluir perguntas que possam ser respondidas e debatidas pelos convidados.

5.4.2 Entrevistas

É um modelo jornalístico onde há o entrevistado e o entrevistador, no caso, o locutor. Este tipo de programa dentro de uma rádio comunitária é uma ótima forma para o que o morador da comunidade possa conhecer outros moradores, no caso os entrevistados. Convidar um médico, um psicólogo, um educador físico para falar sobre determinado assunto é de “praxe”. Mas, uma rádio comunitária deve retratar os que moram na comunidade e buscam melhorias para todos, como os ativistas sociais, os coordenadores de projetos, as iniciativas de jovens da comunidade, os artistas, autores, poetas, dançarinos, enfim, pessoas que não são conhecidas por

toda comunidade e que possam se manifestar, apresentar a todos as iniciativas que são feitas para os próprios moradores.

As entrevistas devem ser bem pensadas e, acima de tudo, as perguntas devem ser bem planejadas. Por isso o produtor, ou o redator que vai criar as perguntas para a entrevista deve estudar o entrevistado. É necessário saber da história dele ou do projeto o qual ele atua, ou a escola na qual ele trabalha ou as ações do posto de saúde qual ele é diretor. É preciso conhecer o entrevistado e basear as perguntas na vivência daquela pessoa. Tais atitudes enriquece o programa, auxilia os ouvintes, favorecem o entrevistado e todo mundo fica satisfeito com o resultado. Para planejar melhor entrevista, podemos classificá-las de acordo com os objetivos. São elas:

5.4.2.1 Esclarecimento

Aquelas que servem para tirar as dúvidas, desmembrar melhor o assunto que está sendo tratando. Esclarecer com todos os detalhes possíveis o tema, seja ele “confuso”, em nível de entendimento da população.

5.4.2.2 Análise

Servem para se entender melhor os problemas ou para descobrir as causas deles, também servem para aprofundar algumas respostas superficiais. Elas são acompanhadas de números e dados indicados por pesquisas, divulgações de instituições direcionadas do assunto, dados de profissionais da área (tema abordado na entrevista), entre outros.

5.4.2.3 Ação

Ela é o exemplo da passagem da teoria à prática, é nela que os entrevistados expressam as ações que vão desenvolver em relação aos problemas analisados ou até aos que estão sendo cobrados pelos moradores (como a falta de água, luz, rua asfaltada, vagas nas escolas públicas, etc..).

5.4.2.4 Personalidade

Esta entrevista tem o objetivo de mostrar a vida da própria pessoa entrevistada, ela é o tema da entrevista. O importante é conhecer a vida dessa pessoa.

5.4.2.5 Esporte

É aconselhável que nos programas de uma rádio comunitária seja desconstruído a ideia de apenas citar e falar sobre futebol. O esporte é necessário para saúde e qualidade de vida, então o futebol é apenas uma fatia do bolo, uma parte do esporte, mas não é a única. Por exemplo, na Rocinha, há uma gama de atividades dentro da comunidade. Temos as que ocorrem na praia, as gratuitas como o projeto yoga na laje e atividades na modalidade de lutas como *Muay thay*¹¹¹, *Jiu-jitsu*¹¹², capoeira.

Há também pessoas que têm se interessado em obter uma alimentação mais saudável, de uma reeducação alimentar, e as atividades esportivas são fundamentais para tais objetivos, então divulgar atividades gratuitas para os moradores faz da rádio uma referência e ela cumpre o papel social para estas pessoas. Voltando ao assunto futebol, é importante que os times de futebol da própria comunidade sejam divulgados, sem esquecer as competições internas (dentro da comunidade), das categorias infantis às de base. É muito importante o produtor da rádio ter contato com clubes das proximidades para que possam ser divulgadas as oportunidades para os moradores da comunidade. O programa deve ter um estilo de uma rádio comunitária e não só reproduzir o que uma rádio comercial faz.

5.4.2.6 Serviços

Tem por objetivo informar aos moradores atividades, ações sociais e quaisquer questões importantes para os moradores que ocorram dentro da comunidade. Podem ser divulgadas as oportunidades de emprego, reuniões de grupos locais que discutam determinados assuntos, temas ou para ações pontuais, como uma carta aberta. Cabe aqui orientações do que é necessário para fazer um determinado documento na Associação de Moradores local, ou em qual endereço pode ser realizado o RioCard,¹¹³ incluindo as informações sobre campanhas de vacinação (tanto as de animais como as de crianças), ou locais de inscrição para um determinado curso gratuito. Vale salientar que os “serviços” não precisam ser um programa, eles podem ser redistribuídos em outros programas, como notas rápidas. Um programa musical pode divulgar (dar um serviço) sobre aulas gratuitas de violão na comunidade; um programa de esporte sobre

¹¹¹ O *Muay Thai* (chamado de thai boxe ou boxe tailandês) é uma luta marcial tailandesa, também chamada de “luta das 8 armas”, que é referência das partes do corpo utilizadas nos golpes: dois cotovelos, dois punhos, dois joelhos e a combinação das duas canelas e dos dois pés. Nele são utilizados socos, cotoveladas, joelhadas, chutes e técnicas de esquiva e proteção.

¹¹² *Jiu Jitsu* é uma arte marcial japonesa que utiliza diferentes técnicas e golpes corporais com o objetivo de derrotar ou imobilizar o oponente.

¹¹³ O RioCard (atualmente conhecido como RioCard Mais) é um cartão utilizado na maioria das cidades do Estado do Rio de Janeiro, para pagamento da tarifa nos transportes públicos. Há sistema de gratuidade para estudantes da rede pública e idosos.

inscrições abertas para algum tipo de oportunidade para as crianças e assim, sucessivamente. O *lide* (que será explicado no Capítulo 5) assim como entrevista, entonação, caminhos a percorrer), nunca deve ser esquecido. A informação deve ser completa, sempre. Se feito com clareza e seriedade, o serviço fará a diferença em qualquer programa dentro de uma rádio comunitária.

5.4.2.7 Noticiários / Jornalísticos

Um programa de notícias ou jornalístico requer fundamento sobre os temas que você vai abordar. Apesar de ele ser construído, na maioria das vezes, diariamente, vale a pena, e é necessário, que ele seja pensado levando em consideração a comunidade, as necessidades dela, com programa jornalístico mais aprofundado, dados, temas atuais, embasados em opiniões de profissionais, pesquisas e, claro, sempre priorizando as questões que a comunidade enfrenta. Como é chamado no jargão jornalístico, uma apuração deve ser realizada para que todas as dúvidas sobre um determinado assunto possam ser tiradas e a informação mais completa possível seja passada para o ouvinte. Um programa jornalístico tem questões bem extensas e, mais à frente (em um novo tópico) a maneira como se construir um texto jornalístico será apresentada.

5.4.2.8 Musical

Necessários dentro de qualquer programação, pois muitas pessoas são atraídas pela música; só ligam a rádio com o intuito de ouvi-la. Em se tratando de rádio comunitária, não é só este estilo que deva fazer parte da programação, uma onda de músicas populares segmentadas, uma atrás da outra, e que são as mesmas que tocam em rádio comercial não deve fazer parte do cotidiano de uma rádio comunitária. Um programa musical tem que ter qualidade, e abrir espaço para os artistas locais que não têm acesso às rádios comerciais.

Como já citado anteriormente, deve-se pesquisar o artista que você vai apresentar aos ouvintes, conhecer o repertório do artista, passar informações sobre a música ou a coletânea musical; A valorização dos músicos locais é essencial. Divulgar também os sambas-enredo da escola de samba da comunidade faz com que os moradores comecem a conhecer um pouquinho mais desse estilo musical. Para Girardi e Jacobus, (2009, p. 40), os programas musicais, por exemplo, podem informar sobre tipos de música, resgatando, por exemplo, a cultura nativa. A qualidade deve estar acima de qualquer música pop, sertaneja e afins que estejam nas rádios comerciais.

5.4.2.9 Religiosos

Os programas religiosos estão em muitas rádios locais. A questão não é ser um programa religioso, mas sim, a visão unilateral que o mesmo traz. Primeiro, a rádio comunitária deve dar o mesmo espaço para o programa religioso católico, para o de cunho protestante, os candomblecistas, os kardecistas, umbandistas, os budistas, e por aí vai... Os programas religiosos são considerados segmentados. Eles não trazem a visão do que é comum a todos, do conselho comunitário, que tanto falamos. Muitos criticam a visão do outro, porque não segue a mesma crença e isso pode ser prejudicial para o comunitário. Mas caso este segmento exista dentro da programação de uma rádio comunitária, deve ser evitado dentro de tal programação, falar de outra religião ou criticar outra opinião que não seja a do próprio religioso. Girandi e Jacobus enfatizam que se deve respeitar

...o direito às diferentes crenças, onde cada uma vê deus de uma forma, não seria correto dar espaço a uma religião sem dar às outras. Para atender esta demanda, corre-se o risco de “entupir” a programação com programas religiosos de pastores, padres, mães de santo, gurus e bruxos. Por isso, sugere-se, se for o caso, reservar um horário ou espaço específico para este tipo de programa, que será dividido entre as diversas correntes de forma igual. De modo que, a cada programa, seja apresentada uma visão diferente do assunto sem a necessidade de censurar ninguém (2009, p. 42).

Já para Luz,

a religião também não pode estabelecer as regras porque algo extremamente subjetivo. Tem gente que acredita num Deus cruel, mas, para outros ele é sempre bonzinho; para uns, Deus é um velho de barba que vive sentado num trono; para outros um espírito; para certas pessoas Deus não tá nem aí para o fato das pessoas praticarem sexo, para outras, morar junto e não estarem casadas no papel é um pecado contra as leis divinas... E por aí vai.

Toda religião deve ser respeitada. E toda religião também deve respeitar as outras religiões. Exatamente por isso, os dogmas religiosos (que variam conforme a religião) não podem impor as regras para rádio. O código de ética da sua RC não pode ser normas de comportamento moral definidas pela religião, pelos mais velhos ou pela turma jovem; mas, o resultado de um debate com a comunidade sobre os valores objetivos e elevados que emissora deve seguir (2001, p. 31).

5.4.2.9.1 Revista

Este nome faz uma alusão à mídia impressa, pois é bem parecido com a mesma. Ele possui uma mistura de estilos, como entrevista, música, debate, serviços e notícias. Bem

produzido, valorizando o leque de informações da comunidade, ele pode ser um belo exemplo na rádio.

Mas em cada estilo de programa é possível que sejam acrescentados outros estilos. Por exemplo, se o programa de rádio for musical, nada impede que haja uma entrevista dentro desse espaço. Se for um programa direcionado para a saúde, e com o tema “saúde da mulher”, nada impede que também tenham músicas intercaladas, ou, informes sobre atividades de saúde.

Se for um programa de entretenimento com piadas, porque não convidar um organizador de uma peça teatral ou de uma festa que vai ocorrer dentro da comunidade (ou no entorno)?

5.4.3 Equipe, Recursos Sonoros, Entrevistas e Texto

Há várias maneiras de você enviar a mensagem para alguém, a tecnologia nos cerca 24 horas por dia, possibilitando que as barreiras da distância sejam quebradas em um toque na tela de seu celular. Para a rádio, o locutor, ou apresentador e equipe, ainda são as peças-chaves. Nos programas de rádio comunitária, há poucas mãos trabalhando, mas eles são de iniciativas, por empreendedores da comunicação, pessoas que se reinventam para levar a rádio comunitária à patamares diferentes das rádios comerciais. Mesmo com poucas pessoas, é necessária uma logística a ser seguida; definição de quem faz o quê, programas qualitativos; uma enfim, rádio bem administrada e profissionais que se dediquem para que tudo funcione perfeitamente, são eles:

5.4.3.1 Produtor

Na maioria das vezes, o produtor é o responsável por alinhar todo o programa; é ele quem coordena o programa, o prepara e pensa. Muitas vezes, em se tratando da realidade de uma rádio comunitária, o produtor também é o locutor.

5.4.3.2 - Locutor/apresentador

Esta função requer uma certa agilidade, pois ele além de ser responsável por conduzir o programa no ar, tendo o microfone como acessório principal, ele precisa saber improvisar, lidar com as pessoas, sejam elas ouvintes ou as que vão participar presencialmente como convidados, ter um olhar afiado sobre o ritmo que o programa está seguindo. Também tem que gostar de estar por dentro dos assuntos do programa para que tudo fique em conformidade. A

sua impoção de voz é muito importante e ela pode representar uma mensagem de alegria ou de tristeza, uma mensagem de choro, de saudade, de amor. O locutor é visto como o grande condutor do “trem” chamado programa dentro de uma rádio.

5.4.3.3 Sonoplasta (ou técnico de som)

Ele que opera os equipamentos da rádio, opera a mesa de som, o computador que contém os recursos sonoros, as músicas, as sonoras de outras pessoas, as entrevistas gravadas. Atualmente, o sonoplasta também auxilia e faz uso do recurso chamado *WhatsApp*, ele fica de olho nas mensagens recebidas pelo celular através do aplicativo. Ele ouve e, se achar pertinente, sugere para que seja colocado no ar (em consenso com a equipe presente).

5.4.3.4 Repórter

No caso da comunidade, o repórter é aquele que faz as entrevistas, na maioria das vezes, as de fora da rádio. Ele grava as “sonoras” e as entrevistas. Sugere os temas a serem abordados durante um programa ou “uns” programas da rádio, está sempre atento na comunidade em que vive para trazer as novidades à equipe e ao conselho comunitário.

Essa equipe é fundamental para um bom funcionamento da mesma. Mas, no caso da Rádio Brisa e de tantas outras, é bem comum uma pessoa só ser o “faz tudo” da rádio e acumular todas as funções. Luz, (2001, p. 44) afirma que mesmo assim, mesmo que seja o time de uma pessoa só, é fundamental que haja qualidade.

5.5 Recursos Sonoros e Jargões do Rádio

Para tal, além da equipe necessária, recursos sonoros devem ser utilizados para garantir maior qualidade, ritmo, alegria e promover um “respiro” entre um quadro e outro da programação. Além disso, há nomes estrangeiros e jargões que nomeiam algumas ações dentro de uma rádio, e para conhecimento, serão citados aqui. Isso não quer dizer que elas tenham que obrigatoriamente ser utilizadas ou chamadas desta forma, mas são nomenclaturas que fazem parte do cotidiano, como os efeitos sonoros utilizados nas rádios e determinados nomes que podem ser difíceis de entendimento no começo. Mas, que tal uma ajudinha?

5.5.1 Background (lê-se bequegraunde)

São sons como músicas, vozes ou ruídos que servem como apoio para a fala ou uma gravação. Chamado também de BG (pode ser indicado no arquivo de roteiro desta maneira),

ele fica ao fundo como um suporte. Alguns exemplos mais conhecidos são os de aplausos ou vaias junto à outras falas.

5.5.2 Fake News (lê-se faique neus)

Esta tem sido a palavra mais comentada nos últimos tempos, é importante que ela seja citada. A verdade deve reger uma rádio comunitária e ela é totalmente contraditória a isso. *Fake News* é o mesmo que notícias falsas e consiste em publicações maliciosas, com informações inverídicas, sem embasamento da verdade. Na maioria das vezes, é sobre partidos políticos ou disseminação de informações como super vagas de emprego, acompanhada do nome de uma multinacional, até uma notícia que favorece essa ou aquela pessoa pública.

Se acabou de receber a notícia, a rádio vai ao ar e não tem tempo de chegar à veracidade, não divulgue. É melhor um programa sem uma notícia bombástica do que obter a fama de mentiroso e divulgador das *Fakes News*.

As *Fake News* têm um grande **poder viral**, isto é, espalham-se rapidamente. As informações falsas apelam para o emocional do leitor/espectador, fazendo com que as pessoas consumam o material “noticioso” sem confirmar se é verdade seu conteúdo.

O **poder de persuasão das *Fake News*** é maior em populações com menor escolaridade e que dependem das redes sociais para obter informações. No entanto, as notícias falsas também podem alcançar pessoas com mais estudo, já que o conteúdo está comumente ligado ao viés político.

(ESCOLA, Brasil. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/o-que-sao-fake-news.htm>, acesso em 15/03/2019).

5.5.3 Fonte

A fonte pode vir de diversas maneiras. Pode ser uma pessoa ou um representante da associação dos moradores, até mesmo os membros do conselho, todos podem passar informações de assuntos que venham a ser notícias. Outras frentes também devem ser averiguadas constantemente, como os jornais matinais, as assessorias de imprensa que representam escolas, instituições de ensino e projetos da comunidade. Incluindo a internet, sites de notícias, revistas. Tudo o que pode ser material de informação vale como fonte. Em Nunca esqueça de que a credibilidade e ética devem vir acima de quaisquer outras atitudes. Busque sempre a veracidade da informação.

O ideal é sempre identificar a fonte e evitar o anonimato. Em caso de dúvida, cruze a opinião da fonte suspeita com outras fontes. Para a maioria das pessoas que estão ouvindo um programa não é interessante conhecer uma opinião se

não se sabe quem a deu. É um dos aspectos fundamentais que vai diferenciar a notícia da “fofoca” (GIRARDI e JACOBUS, 2009, p. 56).

5.5.4 Hashtag (lê-se rechitegue)

A *Hashtag* é uma palavra que une a hash (#) - que em português chamamos de cerquilha, mais a TAG (o mesmo que palavra-chave). Exemplo: #família. O símbolo é utilizado para indexar uma palavra nas redes sociais e assim favorecer o acesso de todos que estão em uma determinada rede social a um determinado tópico, a um assunto, informação ou discussão, basta buscar pela # mais a palavra pretendida.

A *Hashtag* mais a palavra (#xxxx) torna-se um *hiperlink*¹¹⁴, este processo favorece um mapeamento das palavras no espaço virtual e hoje podem estar ligadas a marca de empresas, atividades das redes sociais, fotos de encontro com os amigos, discussões de pessoas públicas, entre outros múltiplos assuntos em redes sociais como Twitter, Facebook, Youtube e Instagram..

5.5.5 Jingle

Tente se lembrar de uma música “chiclete” sobre um produto, sobre um determinado guaraná, sorvete ou hambúrguer. Consegue lembrar de alguma? O *jingle* (leia-se Dingou) é aquela música cantada sobre um determinado produto. Uma peça musical que remete à uma marca, uma música publicitária. Este tipo de material envolve músicos, arranjadores, cantores. Costuma ser um material caro, feito por agências especializadas. Mas nada que uma rádio comunitária não possa criar junto aos músicos parceiros, né verdade?

5.5.6 Off

A palavra *Off* é abreviação de: *off the record*, significa dizer “fora da gravação”, em confiança, sabendo que não será falado para os outros. É uma forma de nomear as informações confidenciais prestadas ao jornalista, no caso de uma rádio comunitária, dito ao redator, produtor ou apresentador.

5.5.7 Play-back

É a gravação prévia do trabalho musical do artista, para garantir melhor qualidade sonora e evitar que cante ao vivo. Em programa de rádio dificilmente o artista cantará “ao vivo”,

114 *Hiperlink* é sinônimo de link e significa qualquer coisa que se coloca em uma página da web e que, quando clicada com o lado esquerdo do mouse, abre uma página diferente, ou um lugar diferente, da internet. Disponível em: (<http://www.otimizacao-sites-busca.com/links/hlink.htm>), visitado dia 25/09/2019.

visto que, mesmo sendo em estúdio, poucas rádios possuem recursos, como um local com uma boa acústica para tal.

5.5.8 Playlist

Sabe aquela 1 (uma) hora só de música ouvida pelas rádios quando não tem locutor ou programação para interromper? Uma gravação corrida de músicas, uma atrás da outra? É o que chamamos de playlist. Alguns programas utilizam a playlist em determinado período, quando não há equipe por alguma questão ou nos horários vagos de uma rádio comunitária. Elas costumam ser segmentadas por ritmos ou gêneros musicais.

5.5.9 Podcast

É a junção das palavras iPod (aparelho eletrônico da Iphone, o qual comporta várias músicas) e a palavra Broadcast (que a transmissão por rádio ou tv). Esse termo é relativamente novo, foi criado em 2004. Ele é como um programa de rádio, que pode ser ouvido a qualquer hora, de acordo com o desejo do ouvinte. Ele pode ser baixado, através de um aplicativo indexador de podcast e ouvido pelo celular ou tablet. Ou, pode ser transmitido pelo sistema de streaming, que é um modelo de transmissão. O podcast auxilia muito a quem quer aprender algo novo, estudar ou apenas aproveitar o tempo ocioso ouvindo algum material do podcast.

5.5.9.1 Sonora

Colocamos como exemplo, a dona Maria, moradora da rua 04, na Rocinha. O repórter a entrevistou sobre a falta de água na localidade. Ela falou quanto tempo está sem água, quem já procurou, como está se sentindo e como está sendo prejudicada. Este material foi gravado e colocado para ir ao ar durante o programa “Bom Dia Comunidade”. Hoje em dia, envia-se pelo aplicativo *WhatsApp*, ou, passado ao computador de forma fácil e rápida. Este material será utilizado como uma Sonora, a voz da pessoa entrevistada, dá credibilidade para o que está sendo realizado dentro da programação.

5.5.9.2 Spot Publicitário

O *spot*, no caso das rádios comerciais é a obra sonora “publicitária”, onde um profissional grava em estúdio, um material falado, com qualidade sonora tratando-se de venda. No caso das rádios comunitárias, como as mantenedoras devem ser sem fins lucrativos e só é permitido a veiculação de material com finalidade de apoio cultural, o spot pode ser feito seguindo a divulgação de apoio cultural dos locais próximos, que incentivem o bom andamento

de uma rádio comunitária. Reinvente-se, brinque com a questão do spot, produza-o de forma alegre, leve e bem-humorada. Lembre-se que a diferença das rádios comunitárias está em todas as ações, incluindo as sonoras.

5.5.9.3 Vinheta

Pequena mensagem transmitida geralmente entre os intervalos de programas, ou na chamada de alguma atividade dentro do programa que está sendo realizado. Ela é uma junção de música, efeito sonoro e texto. Pode ser considerada uma “assinatura” do programa, da rádio comunitária, do locutor ou de um quadro dentro do programa. Ela costuma ser bem rápida, com duração, de no máximo, 10 segundos. Alinhado aos efeitos sonoros, a rádio deve ter um bom conteúdo.

5.6 Caprichando nas Entrevistas

A parte jornalística não pode ser esquecida e toda e qualquer entrevista deve ter, no mínimo, o chamado *lide*¹¹⁵: que consiste em perguntas básicas para informar com maior clareza determinado assunto ou notícia, são elas: o quê?, como?, quando?, onde?, por quê? e pode-se acrescentar outras importantes como quem?, para quê?

Exemplo: Está na rádio uma representante do Posto de Saúde da comunidade, ela foi convidada para falar sobre a campanha de vacinação contra o Sarampo.

O que? (vai ocorrer na Comunidade?) A Campanha contra o Sarampo

Como? Através da vacinação

Quando? Do dia 20 de janeiro ao dia 15 de fevereiro

Onde? Nos postos de vacinação do Rio de Janeiro, incluindo os da comunidade

Por quê? O Sarampo é uma doença grave e contagiosa, ela é causada por um vírus. Só entre 09 de junho a 31 de agosto de 2019, o Brasil notificou 20.292 casos, sendo 15.430 em investigação e 2.109 descartados.

Quem? Todas as pessoas a partir de 6 meses aos 49 anos.

Para quê? Para evitar uma epidemia do vírus e evitar mortes por conta do Sarampo.

O mesmo vale para dar uma notícia. Busque sempre fazer seu texto baseado no *lide*, responda a essas perguntas e dificilmente faltará os pontos básicos de uma informação em sua

¹¹⁵ *O lide ou lead* (em inglês) é um jargão jornalístico e costuma ser o primeiro parágrafo da escrita de uma notícia, onde compões todas as respostas (o que, como, quando, onde, por que) sobre uma determinada situação ou entrevistado.

notícia. Costa (2011), ao ouvir os comunicadores de rádios comunitárias, nos transmite o que eles entendem da importância da mensagem e como as notícias merecem ser tratadas:

Quanto à missão que entendem ter, dão muita ênfase a interpretar as notícias veiculadas pelas mídias tradicionais em termos simples e acessíveis. Nem sempre transmitem todas as informações que ouvem, obviamente, mas predominam aquelas que eles julgam ter alguma implicação direta para o “homem comum (COSTA, 2011, p.6).

Há outras dicas para que nada saia errado e mesmo quem nunca produziu um programa de rádio possa fazer o melhor dentro de suas possibilidades. O importante é que toda e qualquer notícia possa ser entendida por quem está ouvindo, da criança ao idoso. Por isso, é indicado a forma de fala mais coloquial, que é aquela que mais se aproxima das pessoas. Deve-se utilizar a mesma fala que é utilizada com um amigo, um parente próximo e buscar substituir as palavras mais difíceis, rebuscadas, por outras que façam parte do cotidiano dos ouvintes.

Um modelo fácil de matéria é o seguinte: título (que é uma manchete) mais texto de 10 linhas. Use um texto claro, com frases curtas. Evite expressões em outras línguas. [...] O texto deve ser criativo, educativo e atraente. Escreva em papel branco, indicando, em cima: a data, o tema da matéria, e o nome do redator. Para facilitar a vida dura de um locutor, use letras grandes e espaço duplo. [...]. Quem for ler a matéria diante do microfone deve fazer duas leituras prévias para tirar as dúvidas, evitar engasgos, crie intimidade com o texto. Leia antes. Para evitar falar "sujeito mais bunda", quando o texto diz "o sujeito estava moribundo"(LUZ, 2001, p.103).

Faz-se valer a intenção de mostrar novas possibilidades aos ouvintes, a rádio também tem a função de enriquecer o vocabulário das pessoas que a acompanham. Mas, se um programa não causar conforto aos ouvidos, o público pode simplesmente mudar de *dial*¹⁶ para outra rádio, ou navegar na internet em busca das “ondas” de novidades e informações.

Unindo os efeitos sonoros e outras atividades já citadas, uma rádio comunitária pode, e deve utilizar outros recursos para aproximar o público dos programas radiofônicos diários.

O telefone convencional é uma ferramenta de comunicação ainda utilizada, mas o uso está quase que obsoleto. A participação dos ouvintes vem se agregando aos recursos tecnológicos e ao aparelho celular com seus aplicativos, proporcionam várias formas de relação rádio x ouvinte.

Dial - (lê-se: Daial), é a posição disponível dentro da onda eletromagnética disponível para a transmissão do programa de rádio.

Além da forma tradicional de transmissão radiofônica, é aconselhável que as rádios utilizem as ferramentas tecnológicas para ajudar na divulgação. A chegada da informação com velocidade, enriquece as possibilidades de notícias, entrevistas e fatos nas rádios comunitárias.

Entre eles, os ouvintes podem contribuir com notícias locais, enviando mensagens pelo aplicativo *WhatsApp* e similares, incluir comentários nas publicações feitas nas redes sociais, vídeos-denúncias da falta de serviços básicos como luz e água. As informações de ouvintes chegam com rapidez, é o “agora” sendo divulgado ao mesmo tempo em que o programa é transmitido pelo aplicativo *Facebook*, através da chamada “live”, que é a mostra do ao vivo para todos os fãs da página homônima do programa ou da rádio em questão.

O uso da *fanpage* no *Facebook* (página virtual da rádio ou do programa) deve estar em rede social e de preferência sempre com informações atualizadas. Ainda no universo virtual, ter um perfil de fotos, uma transmissão simultânea da programação na rede *online*, enquetes com os internautas sobre determinados assuntos são iniciativas que ajudam a disseminar informação, aumenta o alcance das divulgações de serviços, informa os moradores e melhora o campo de abrangência de uma rádio.

Com ferramentas tão próximas e usuais, um morador pode ser entrevistado na rua onde mora e em segundos essa entrevista pode ser enviada por um aplicativo para o estúdio da rádio. E, basta acoplar à uma entrada da mesa de som o aparelho celular que recebeu a entrevista que a reprodução da mesma já está pronta. Mensagens instantâneas podem chegar através de outras frentes, por Messenger, Skype, ou, pelo endereço de e-mail.

RECURSOS PARA ENTREVISTAS: nem sempre os entrevistados podem comparecer à emissora na hora do programa. Isso pode ser resolvido através de outros recursos. A entrevista pode acontecer pelo celular, que é configurado na opção viva-voz e assim todos escutam o que está sendo dito. Também pode ser concedida pelo Skype, um programa de computador que permite comunicação de voz instantânea (e também de vídeo) gratuita e pela Internet (GIRARDI e JACOBUS, 2009, p. 54, grifo dos autores).

5.7 Criando um Roteiro

Depois do programa planejado, o segundo passo é partir para o roteiro, (substitui o chamado *script*, que tem o mesmo sentido). Ele é um texto que vai guiar todo o programa de rádio, indicando inclusive a entrada dos anúncios culturais (caso tenham), a ordem dos acontecimentos como música, perguntas das entrevistas, a hora de música de fundo, entrada de uma sonora de convidado, vinhetas, fala do locutor e todos os demais acontecimentos que

possam ocorrer durante o programa. Assim, o locutor poderá realizar o programa com mais organização, planejamento e tranquilidade. O ideal é que o roteiro seja feito sempre com antecedência, evitando os contratempos e as questões que possam ocorrer em cima da hora.

O roteiro ou *script* é o planejamento detalhado de todo o programa. Ele prevê as intercessões de músicas, as falas dos locutores e os efeitos sonoros. Sua principal finalidade é orientar os passos de desenvolvimento do programa. O cabeçalho do roteiro deve conter as informações pertinentes a ele, como conteúdo, data e hora da veiculação, duração e nome do redator e do locutor. PIZZOTI, Roteiro de programa de rádio. 2017. Disponível em: <<https://www.tevepro.com/script>>. Acesso em 05/10/2019.

É de praxe, que o roteiro tenha um cabeçalho, nele deve conter as informações como data do roteiro, o horário que este roteiro entrará no ar, a duração do mesmo, os nomes do redator e do locutor. Muitas vezes, principalmente em rádios comunitárias, o redator ou é o produtor ou o próprio locutor do Programa. Em geral, o roteiro segue um modelo, mas não um padrão. Há mais de um modelo de roteiro (veja exemplo abaixo). Cada roteiro é feito em lauda (uma folha com todas as informações). Cada notícia deve vir separada em uma lauda para facilitar o programa e o locutor durante a programação.

Roteiro fechado ou aberto

O roteiro fechado é aquele que determina todos os sons a serem emitidos, impedindo a improvisação do locutor no momento da emissão ou da gravação do programa. Nele constam claramente a sequência exata a ser seguida pela técnica (sonoplastia) e pela locução.

O roteiro aberto é aquele que permite maior flexibilidade na apresentação do programa pelo locutor, permitindo que ele faça improvisações. Nesse roteiro são indicados apenas o uso da música ou de efeitos sonoros, mas sem determiná-los com exatidão (PIZZOTI, Roteiro de programa de rádio, 2017. Disponível em: <<https://www.tevepro.com/script>>, acesso em 25 set. 2019).

É necessário para um bom roteiro, o máximo de informação possível, ele pode ser escrito de diversas formas, o importante é que o conteúdo escrito ajude na condução do programa radiofônico. Um documento que reúne todos os acontecimentos de um programa, do começo ao fim, deve ser bem organizado.

5.7.1 Exemplos de Roteiros

Tabela 4 Modelo de Roteiro

Programa Bom Dia Comunidade – Rádio Brisa					
Lauda	Data	Programa	Produtor/ Redator	Assunto	Tempo
02	05/02/18	Bom Dia Comunidade	Carlos Soares	Continua a falta d'água na Rocinha	3'55''
Apresentador: Carlos Soares					
TECNICA			LOCUÇÃO		
VINHETA DE ABERTURA COMP_PASTA_PROG. BOM DIA _FX 01-10"			LOC: BOM DIA COMUNIDADE! HOJE VAMOS TROCAR UMA IDEIA SOBRE A ÁGUA DA ROCINHA /. JÁ TEM UM MÊS QUE FALTA ÁGUA NA VILA VERDE. NÃO É, SENHORA JOSEFA?//		
COMP_PASTA_PROG. BOMDIA _FX 02 - (45") - ARQ. "DONA JOSEFA"			[...] Termina em: todos estamos aguardando uma mudança.		
COMP_PASTA_PROG.BOMDIA_BG_FX 03 - (30") _MÚS_PEGANAMENTIRA			LOC NÃO É MOLE NÃO MINHA GENTE /, O RESPONSÁVEL PELO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ROCINHA, SENHOR JOSÉ CARLOS, SE COMPROMETEU DESDE DO DIA DOIS QUE TUDO ESTARIA RESOLVIDO HOJE. VAMOS RELEMBRAR.		
COMP_PASTA_PROG.BOMDIA _"ENTREVISTA_SR.JOSÉ_CARLOS_EDITADA" - FX 04. - 1'30" ARQ.			[...] Termina em: tudo resolvido.		
VINHETA DE FECHAMENTO DO PROGRAMA_COMP_PASTA_PROG.BOMDIA_FX 05 - 10" //			LOC ESTÁ SEM ÁGUA? LIGUE PARA NÓS. PRECISAMOS UNIR FORÇAS. NOSSO TELEFONE É O DOIS- TRÊS - TRÊS - DOIS - CINCO - ZERO - ZERO - UM //.		

Fonte: Produzido pela autora Aderlândia Araújo (2020).

5.7.2 Recomendações para utilizar no Roteiro, de acordo com a numeração indicada no modelo

1:

1. Título do programa, neste caso, Programa Bom Dia Comunidade
2. Número da Lauda (folha) - a Lauda é a folha utilizada no roteiro, ela é a base para a sequência do roteiro do programa. baseada na contagem de linhas, palavras e toques, ela é toda a escrita “do bloco” do programa. Neste caso, a lauda está em número 2 por quê supomos que a lauda número 1 tenha sido a de abertura do Programa Bom Dia Comunidade, com todas as chamadas das notícias, atividades e entrevistados. Tudo o que irá ocorrer no programa inteiro. Uma lauda deve ter de 65 a 70 toques em cada linha. É considerado toque qualquer letra, espaço e símbolo utilizado. Usar espaço duplo, letras maiúsculas. Não cortar palavras de uma linha para outra. Respeitar as margens e escrever numerais por extenso.
3. É a data do evento ocorrido, no dia que ele vai ocorrer (ou ocorreu).
4. Nome do Programa a ser apresentado
5. Nome do produtor/redator. Na maioria das vezes o produtor também é o que escreve o programa. Ele é o responsável por alinhar todo o programa, é o que confirma a presença dos convidados, se as faixas sonoras estão ok. Ele também pensa no programa. O produtor também pode ser o locutor, o que não é difícil ocorrer nas rádios comunitárias. De qualquer forma vale sempre colocar o nome dos envolvidos na programação.
6. Assunto daquela lauda, da notícia em questão (ou da entrevista, quadro apresentado)
7. Tempo geral do programa – sendo a soma de todos os áudios, sejam eles, os técnicos, como a sonoplastia, ou o tempo da locução. O tempo é indicado por (') . Os apóstrofes indicam se o tempo relacionado é minuto ou segundo. Utiliza-se para indicar a duração de cada acontecimento do roteiro e também indica o tempo total da lauda. Ex.: 1" 05" (um minuto e cinco segundos).
8. Nome do locutor (apresentador) ou do é ele o responsável por fazer a apresentação daquele programa.
9. A técnica (ou sonoplastia). Ela fica no lado esquerdo da lauda e indicada toda sonora, sejam os chamados efeitos (como som de palmas ou gargalhadas), as entrevistas gravadas, vinhetas, jingles, divulgação de apoios culturais entre outros. Nela também está toda a indicação do áudio. Há um grande leque de símbolos e nomes relacionados ao “sobe som” de uma técnica. O sobe som, já indica que vai entrar um som na

programação. No exemplo de roteiro apresentado, pode-se observar que há símbolos indicados. Talvez você não saiba o que eles significam, mas são de suma importância para a leitura de um roteiro:

fx: cada um escreve como desejar dentro do roteiro, neste exemplo, o fx significa faixa, local onde está o som que será reproduzido dentro do programa. Por exemplo, se uma música for a primeira da lista, ela está na *fx1 (faixa 1)*. Endereço de onde está a sonora: (neste exemplo: nome do local: COMP. (computador), **PASTA_PROG** (pasta programa:). **BOM DIA COMUNIDADE** (nome do programa), “ENTREVISTA_SR. JOSÉ CARLOS_EDITADA” (nome do arquivo), - *FX 04.* (faixa 04) – **1’30”** (tempo total da sonora, um minuto e trinta segundos).

10. Locução ou apresentação, é o nome do locutor o apresentador daquele programa.

11. Dentro da Locução, temos a fala do apresentador (LOC). Ela é indicada em letra maiúscula para facilitar a leitura e cada linha é “lida” com um tempo em torno de 4 a 5 segundos. A fala do locutor pode vir acompanhada do que chamamos de símbolos, entenda-os: / (barra) - A barra significa que o locutor deve dar uma pausa no texto. É ela que ajuda na hora da locução, é como um "respiro" para o profissional.

// (dupla barra) - A dupla barra significa que a escrita chegou ao fim, não há continuidade, ela termina ali, na //. Na lauda do locutor, temos ainda o símbolo: [...], que alerta o locutor, este símbolo vem acompanhado de uma indicação de término de “fala” da sonora, e auxilia bastante principalmente quando a fala é extensa.

Tabela 5 Modelo de Roteiro 2

	TECNICA	LOCUÇÃO
Linha do tempo	Vinheta de abertura	
	BG – Trilha de abertura	Bom dia! / Está começando mais um Raça brasileira / Um programa que retrata a musicalidade negra no tempo e no espaço //
	Vinheta Hora Certa	Hora certa
	(Silêncio)	Agora você ouve o organista Jimmy Smith numa versão de um Rhythm & Blues clássico que ele funkeou e revestiu com orquestra //
	CD 1 – FX 3	
	Final Fx 3 - ➔ BG	Você ouviu Jimmy Smith aqui no Raça Brasileira // Vamos para um rápido comercial, e já já tem muito mais pra você //
	Break	

Fonte: PIZZOTI, Modelo de script (roteiro), 2017. Disponível em: <<https://www.tevepro.com/script>>. Acesso em 05 de out. 2019.

A “linha do tempo” indica a direção do roteiro e, quando a ação prevista lado a lado no quadro, há interação e atividades simultâneas do locutor e do operador. As setas para cima ↑ e para baixo ↓ indicam, respectivamente, uma diminuição e um aumento no volume do áudio que está sendo usado como fundo. (PIZZOTI, Modelo de script (roteiro), 2017. Disponível em: <<https://www.tevepro.com/script>>. Acesso em 05 de out. 2019.).

5.8 Começando uma Rádio Comunitária¹¹⁷

Agora, que tal começar a pensar na criação de uma rádio comunitária? Seguindo os passos citamos acima, mais a inscrição para outorga na Anatel, que para solicitar de acordo com a Lei 9.612/1998 deve ser uma radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Deixando registrado que este Manual para Rádios que são feitas em Comunidade não substitui uma avaliação técnica, com um profissional que entenda do assunto, incluindo um técnico em eletrônica, um eletricista ou, se as condições financeiras estiverem favoráveis, um engenheiro em telecomunicações – que poderá auxiliar em todas as informações técnicas.

Para não jogar dinheiro fora, certifique-se de que todo o equipamento é homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), evitando perder o equipamento comprado ou até a outorga de funcionamento. A qualidade dos equipamentos e as tecnologias a serem utilizadas dependem de quanto de dinheiro a rádio se dispõe a investir. Mas, citamos aqui algumas dicas de equipamentos necessários para se montar uma rádio completa:

- 1 *Tape Deck*, 1 *cd player*, no mínimo. Está valendo também até o toca-discos de vinil, os leitores de fitas cassete. Enfim, todo aparelho que reproduz voz, músicas, sons, efeitos acústicos são válidos. Muitos desses são substituídos pelo computador (acrescente à lista, o computador deve ter uma boa potência de memória), mas, o importante é utilizar o que se tem e não deixar a rádio parar. Deve-se ter cabos para que toda a aparelhagem possa ser ligada na mesa de som. E acrescente: microfones (é indicado no mínimo dois, um para o locutor e outro para o convidado/entrevistado), amplificador, chave híbrida (liga o telefone a mesa de som, ela

¹¹⁷ Para mais informações, l o Capítulo 2 da dissertação de mestrado: Rádios Comunitárias na Comunidade, p. 38; e os subcapítulo: 2.1 – Órgãos Competentes, p.42; 2.2 – Rádios Comunitárias em números, p. 42; 2.3 – A legislação e os Trâmites de habilitação, p.45 e 2.4 – Legislação e Recursos Financeiros, p.50.

favorece a produção de reportagens ao vivo ou até com cobertura de eventos externos à rádio que estejam acontecendo na comunidade, com reportagens ao vivo ou fomentar programas interativos, que tenham a participação dos ouvintes.

Incluindo um *Enlace (Link)*, que é um transmissor intermediário para noticiar eventos que acontecem em alguns quilômetros de distância, a mesa de som de 4 a 8 canais (ou um *mixer* de áudio com 2 a 4 canais, a mesa de som possui o controle de todas as saídas de áudio como o microfone, música que toca ao vivo, os efeitos sonoros e o background para aquela música de fundo que dá apoio durante a programação). Acrescentar na lista um gerador estéreo, onde o som é convertido em estéreo e tem a saída em dois ou mais canais e um transmissor de 25w (ou 50w) – tem a função mais importante pois é ele que modula e envia para a antena as ondas de rádio FM, com uma determinada frequência, decidindo o *Dial* da rádio.

Junto ao transmissor, deve ter um cabo e antena – esta última transmite as ondas que serão captadas pelas rádios da região, ao serem sintonizadas na frequência determinada pelo transmissor. A posição da antena é muito importante e esta deve ficar o mais próximo possível do transmissor, assim o sinal fica mais estabilizado. Existem regras para a utilização da antena, em relação a espaço físico, metragem e posição, em caso de dúvida procure um profissional da área, como já dito anteriormente. Para Girardi e Jacobus,

uma montagem segura, sugere-se um alicerce de no mínimo 1/4 de profundidade em relação ao tamanho da torre e pelo menos três estirantes de sustentação a cada seis metros de altura, formando um ângulo de no mínimo 30° em relação ao eixo da torre. Se possível, instale um para-raios a dois metros acima da antena e um metro longe do seu eixo – lembrando que este item é muito importante para a segurança (um raio na antena pode ser fatal não apenas para o equipamento, como também para quem estiver na rádio, especialmente quem estiver no estúdio operando com o equipamento). (p. 17, 2009).

5.8.1 Localização e Estrutura ¹¹⁸

Um dos intuitos de uma rádio comunidade é o de chegar de uma forma diferente de uma rádio comercial, conhecendo de perto todas as atividades, dificuldades e o cotidiano da comunidade na qual a rádio está inserida. Ela não precisa estar em grandes metrópoles, o diferencial da rádio comunitária é exatamente estar próxima dos seus ouvintes e promover uma

¹¹⁸ Veja mais em: Para Fazer Rádio Comunitária com C Maiúsculo – Disponível em : <<https://webresearch.files.wordpress.com/2009/07/cartilha.pdf>>, visitado em 23/09/2019.

mudança no dia a dia da população fomentando novas notícias, oportunidade, aprendizado e colheita de novas frentes sociais por conta disso.

Com os equipamentos em mãos, a topografia é um aspecto a ser levado em conta, quando mal estruturada afeta diretamente o alcance de sinal, o indicado é que a rádio esteja localizada mais alta, lembrando que a antena deve ter, no máximo, uma altura de 30 metros. Isso não desqualifica a instituição que tenha construído sua rádio funcionando no quintal de casa, mas é necessário pelo menos um espaço organizado, de preferência com um estúdio (que pode ser dividido em cabine de locução e de operação), sala de controle, transmissão e edição, uma copa e um banheiro que seja masculino e/ou feminino. Girardi e Jacobus recomendam que

para as instalações ideais do estúdio, um espaço com área mínima de 22m², que pode ser dividido em 4 ou 5 compartimentos. [...]. Para o local de locução, sugere-se utilizar algum isolamento acústico, que pode ser improvisado reaproveitando-se espuma de colchão, caixas de ovos e isopor. Lembrando que, ao reciclar estes materiais, está se prestando um grande serviço ao meio ambiente – em especial o isopor, que é um produto muito poluente (2009, p. 14).

5.9 Montando uma Web Radio¹¹⁹

Uma rádio no estilo *Web* (radio *online*) pode ser uma opção para quem pretende estar no “ar”, mas não possui outorga de funcionamento. A partir daí, cabe a escolha se a postura da rádio será com o conceito comunitário, comercial, religioso ou afins. A diferença entre uma rádio comunitária via FM e uma web rádio é a forma de transmissão. A primeira, se propaga pelas ondas magnéticas e a segunda por meio de *streaming*, que é a tecnologia de transmissão de dados pela internet. Para começar uma *web* rádio é necessário uma boa conexão de Internet, um computador e um fornecedor de *streaming*, alguns acessórios como um microfone, músicas em mp3 podem ajudar bastante. É indicado uma velocidade de banda larga com, no mínimo 1 megabyte¹²⁰.

Se a *web* rádio puder mostrar umas “lives” pela página oficial da rádio no Facebook, faz toda a diferença para quem assiste, pois dá credibilidade e motiva os ouvintes a participarem. Nunca esqueça que é necessário ter qualidade na programação, com programas que façam a diferença. Não esqueça de aplicar os mesmo passos que já foram citados sobre a rádio

¹¹⁹ Saiba mais nesta dissertação de mestrado sobre a “Brisa e as Tecnologias como Ferramentas”, no subcapítulo 4.4, p.92

¹²⁰ Megabyte é uma unidade de medida de informação, ela é equivalente a 1 000 000 (um milhão) de bytes

comunitária como: organização, planejamento, boas entrevistas, programa de qualidade, músicas dos artistas locais e evitar as músicas comerciais e assim, valorizar os moradores, os artistas da comunidade, as ações sociais e as notícias que valorizam a iniciativa da comunidade

O investimento mais custoso fica por conta do pacote de uso do *streaming*, muitas empresas fornecem a plataforma toda de *web* rádio, com site oficial, programa que organiza as músicas, com *playlists*, vinhetas, *podcasts* e afins. Este pacote adquirido costuma ser cobrado pelo serviço mensalmente e em uma simples pesquisa na internet, indica vários deles. Muitos sites e trabalhos acadêmicos sinalizam a facilidade da criação de uma *web* rádio por não precisar estar ancorada em legislação vigente.

Mas, a informação já é um tanto quanto ultrapassada, pois, desde 2017, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as plataformas de *web* rádios, *podcasts*, serviços de streaming e outras maneiras direcionadas à execução de músicas online devem pagar os direitos autorais ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), no qual tem a função de gerir o controle de arrecadação e distribuição dos direitos autorais das músicas para exibição pública.

De acordo com uma matéria veiculada pelo site da Exame, com o título: “Serviços de Streaming devem pagar taxas ao Ecad, decide STJ” e subtítulo: “Segundo o STJ qualquer reprodução de música feita pela internet é uma execução pública, e por isso se enquadra nas regras do Ecad”. : Ainda de acordo com a matéria:

O STJ afirmou que qualquer reprodução de música feita pela internet é uma execução pública, e por isso se enquadra nas regras do Ecad. A decisão foi tomada em um caso que eu punha a entidade de direitos autorais a Oi FM, rádio ligada a operadora de telecomunicações que também tinha reprodução pela internet. (EXAME, 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/servicos-de-streaming-devem-pagar-taxas-ao-ecad-decide-stj/>, acesso: 15/09/2019).

Isto quer dizer que por mais que se faça uma rádio comunitária, seguindo todos os trâmites e estar de acordo com os objetivos e princípios da mesma, declarados na Lei 9.612/1998, a reprodução da mesma por *web* rádio pode trazer questões preocupantes. O risco de cobranças existe, cabe ao conselho diretor decidir se uma *web* rádio é válida para todos, sob a obrigação de pagar direitos autorais à instituição competente.

Figura 19 - Contracapa do Manual Para Rádios Feitas em Comunidade



Fonte: Contra-capa produzido pela autora Aderlandia de Araújo Moreira (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rádio chegou no Brasil para ficar, como está até hoje, mesmo com tantas teorias sobre sua extinção, as rádios comerciais continuam funcionando e, em paralelo, as rádios locais e as que têm a “sorte” de serem realmente comunitárias por legislação. Todas são importantes braços deste modelo de transmissão.. Acredito que ser aplicável uma nova normativa, afeita à realidade dessas rádios, que são criadas nas comunidades e não seguem, necessariamente, os preceitos da Lei 9.612/98. Essas rádios deveriam ser as locais-comerciais; ou as locais-livres, pois é nítido que muitas rádios sazonais não possuem a outorga e continuam funcionando e, seguindo o padrão das comerciais.

Na Rocinha, as rádios evangélicas não demonstram papéis sociais sem que o nome da igreja seja o primeiro a ser citado, então, a questão do proselitismo é claro. Uma outra rádio da comunidade, direcionada somente para o ritmo musical, forró, tem toda a característica de uma rádio comercial. A Rádio Rocinha, que também tem Frequência Modulada (FM) e rádio web, é a que mais se enquadra na configuração de comunitária, pois é atrelada a uma ONG e em sua grade musical, vários artistas locais são ouvidos, mas não possui um conselho diretor, como necessário.

A lei para as RadCom deixa uma grande brecha entre o esperado e a realidade das mesmas. Buscou-se mostrar, neste trabalho, o conceito geral – comunicação alternativa, e seus dois segmentos – rádios livres e rádios comunitárias. O que, se fosse realmente aprofundado, seria uma dissertação de mestrado só para tais temas, que são atuais e repletos de desdobramentos legais e de comunicação.

As rádios comunitárias surgem para fomentar outros questionamentos sociais, que só aquelas feitas por seus moradores e para os seus moradores conseguem retratar. Além disso, mudam a posição de ouvinte desses moradores, que passam de ouvinte-expectador para ouvinte-atuante, participativo, promotor de seus interesses e dos serviços mais necessários. Assim, instiga-se uma dada população para que cumpra seu papel participativo e forme suas próprias opiniões; podendo estar mais presente em sua localidade, no lugar onde nascem os centros sociais, culturais e de interesse da população que ali vive.

Para que isso ocorra, é fundamental a presença dos órgãos governamentais, e, de preferência, dos mais próximos, como do Município ou do Estado, investindo em qualificar os comunicadores locais junto às rádios comunitárias, resultando em programas radiofônicos de

qualidade, com maior conhecimento técnico e tecnológico para uma melhoria na qualidade das rádios comunitárias para todos, realizadores e os ouvintes.

Minha intensão em abordar a Rádio Brisa foi a de demonstrar como é a sobrevivência real de uma rádio que funciona dentro de uma comunidade como a Rocinha. Junto a isso, “estretar os laços” iniciados no final de 2005 até meados de 2006, quando escrevi minha monografia de final de graduação, cujo tema era “O conceito de rádio comunitária”; e a Brisa foi o exemplo de trabalho de campo.

Escrever sobre um projeto com real impacto na vida dos moradores da Rocinha - pois, a rádio de poste da Rocinha é dirigida pela Brisa - fez com que o contato com Elias Lira, treze anos depois, fosse retomado. Para esta dissertação, uma entrevista foi realizada na sede da Rádio Brisa, em agosto de 2019. Elias sempre me recebeu bem e estava disposto a responder qualquer questão apresentada por mim. Mas, não obtive muito sucesso com documentos e acervo, um dos fatos frustrantes deste trabalho.

A meu ver, não foi uma má fé de Elias, ou uma tentativa de não me deixar ter acesso aos mesmos, e sim questão de desorganização mesmo, em entrevista sobre a possibilidade de uma nova tentativa de outorga, por exemplo, Elias afirma que é “meio preguiçoso” sobre o assunto.

Para conhecer a opinião dos moradores e abranger meu conhecimento sobre o tema, foram promovidas duas entrevistas com representantes de veículos de comunicação na Rocinha: Fabiana Rodrigues – Rocinha em Foco; e Michel Silva – Fala Roça; além da como morador, historiador e coordenador do Museu Sankofa, Fernando Ermiro, alinhadas às respostas do questionário, disponível *online*, contendo 16 perguntas direcionadas aos moradores locais (e também respondido por alguns ex-moradores) sobre o papel da Rádio Brisa na comunidade.

Como resultado, foi fortalecida o que antes era uma suspeita, uma “intuição” de ex-moradora, observadora, pesquisadora e jornalista: a Rádio Brisa faz parte da vida dos moradores, mas não é um símbolo de comunicação único, uma referência para todos.

A pesquisa obteve 68 respondentes. Os resultados, estão a seguir: Entre os que responderam, 55,9% disseram não escutar a programação da rádio, e 44,1% disseram que escutam a programação, ou seja, em números, 38 disseram não ouvir, enquanto 30 afirmaram que escutam a rádio. 70,3 % (26 pessoas) confirmaram que ouvem pelas caixinhas de poste, localizadas na Via Ápia. Logo depois, menos dessa metade, 18%, escolheram a opção de acompanhar a Brisa pela página do Facebook. Não houve escolha de acompanhar pela rádio FM e pelo *site* oficial.

Ao tratar do lugar de memória, o historiador Fernando Ermiro, em entrevista, valida a Rádio Brisa como importante para a memória da Rocinha, assim como as respostas dos moradores, em questionário, ao serem perguntados se a Brisa Influenciou na Construção da História da Rocinha, 43 pessoas afirmaram que sim.

Tais resultados demonstram que a valorização da Rádio Brisa vem das caixas localizadas nos postes da comunidade; que elas são a forma de comunicação mais presente e forte da Rádio Brisa na Rocinha. Nesses 14 anos muita coisa mudou, a Brisa não investe mais em um possível Conselho Diretor (como tinha rascunhado), não tem Estatuto (SILVA, 2007); não há mais uma equipe numerosa ou programação completa. E o local de funcionamento já se deteriorou bastante.

Mas as caixinhas de som, junto a um perfil do presidente (dono, único diretor, o que dá a palavra final), o ajudam a, ainda com questões a serem melhoradas, refletir o conceito “comunitário” em muita coisa. Silva (2007) já trazia à tona a personalidade de Elias em relação à Rádio Brisa, algo que permanece nesses 12 anos:

A questão da centralização das decisões, envolve poder. Como suas caixinhas são muito disputadas, Elias teme que um dia possa perdê-las. Por outro lado, Elias é autodidata, tem muitas dificuldades para se expressar através da fala e da escrita, mas consegue ser uma referência na favela. Seu discurso é ouvido, decodificado. Elias faz sua programação com o que os moradores gostam de ouvir e atribui a isso, o sucesso da rádio. Dentro da favela circulam saberes locais, e a Rádio Brisa tem um papel fundamental nesse processo. A rádio oferece informação, abre espaço para denúncias e diverte os ouvintes. A Brisa fala para a comunidade, valorizando a linguagem da favela, com sua fala, símbolos e gírias, traduzindo aqueles discursos ou informações às vezes distantes desses moradores (SILVA, 2007, p.30).

Com um pouco de conhecimento de causa, provida da entrevista e de algumas conversas informais com o Elias Lira, o presidente da Brisa, percebo que a Rádio tem uma grande dificuldade de se profissionalizar. A programação é inconstante e as redes sociais, uma ferramenta que ainda pode ser mais bem utilizada.

Elias Lira veta a utilização da rádio, sendo o advogado e o juiz do que é melhor para sua programação, pois, muitas pessoas a utilizam para um bem próprio, seja na área de pesquisa, no interesse em conhecê-la, ou buscar uma forma de validar sua representatividade dentro da comunidade através de um programa de rádio; contudo, é tema a ser melhor investigado, no futuro. Uma Rádio Comunitária deveria ter uma programação plural, deveria ocorrer uma triagem, mas não deve ser vetado tal meio de comunicação a todos. Por outro lado, muitos não sabem utilizar uma comunicação democrática, para a melhoria da comunidade, para a

construção de um “comum”.; o que pode prejudicar a funcionalidade da mesma. Em entrevista, Elias Lira Guilherme diz que:

Elias Lira Guilherme: [...] até porque é do meu próprio interesse mesmo....Já aconteceu de algumas pessoas perguntarem como faz um programa "lá". E eu falei: - Não cara....você vai entrar e depois vai sair e eu vou ficar chateado, tá entendendo? É por que as pessoas que entram, elas querem se promover, algumas, né? Elas querem se promovere se promovem mesmo, porque a rádio é muito conhecida, não tem jeito...e depois a pessoa não dá nem tchau. (Informações colhidas em entrevista a autora em 02 de agosto de 2019).

As parcerias costumam ser logo desfeitas sem que nenhuma ação social ou fomentação cultural sejam revertidas para os moradores/ouvintes. Ações como estas refletem em uma programação desorganizada, desalinhada, cheia de altos e baixos. Se o termo “ Rádio Comunitária” fosse categoricamente obrigatória para a Brisa, ela deixaria a desejar em certos aspectos observados, como listados a seguir:

- A Brisa não possui um Conselho Diretor
- A Brisa não possui um Estatuto que seja apresentado a todos. Em 2006, com o interesse de conseguir a concessão de funcionamento, SILVA (2007), afirma que um Estatuto estava sendo escrito, mas, ao perguntar pela documentação, Elias me confirmou que estava arquivado, sem apresentação dos mesmos;
- Não há uma programação plural, com a participação dos moradores. Constantemente, a Rádio segue uma *playlist* com músicas comerciais, sem a abertura para os novos talentos da comunidade.

Há uma tendência política na figura do presidente da Rádio. Elias Lira afirma ser assessor do prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Crivella, e sempre que pode, leva assuntos bem polêmicos sobre o trabalho da prefeitura, para as redes sociais dele e da rádio Brisa.

Questionado se tal fato não prejudica a postura neutra que a Rádio Brisa deveria ter, Guilherme (2019) brinca e diz que ele estava “há mais tempo” na comunidade do que o prefeito. Este fato torna-se negativo para a figura de Elias que deveria passar a imagem de neutralidade política, priorizando o bem-estar da população e não usando tal veículo para favorecer um lado político, usando sua plataforma tecnológica favorecendo esse ou aquele político. Luz (2011, p.286) afirma tal questão, como fato importante para a credibilidade de uma rádio: “rádios independentes em relação ao poder se legitimam junto ao Estado e junto à comunidade. Rádios que se submetem ao poder instituído perdem a credibilidade junto à comunidade”. Em postagem realizada no Facebook, na parte de Comunidade da Rádio Brisa, em 23 de setembro

de 2019, um vídeo nomeado de “Intervenção Social da Prefeitura” é apresentado, com várias fotos de ações do prefeito.

Figura 20 - Exibição Página Vídeo Rádio Brisa



Fonte da foto: Comunidade Rádio Brisa¹²¹

Figura 5 - Exibição Página Vídeo Rádio Brisa



¹²¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/147232035990928/videos/2695720053823341>>.

Acesso em: 16/10/2019.

Fonte das fotos: Comunidade Rádio Brisa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/147232035990928/videos/2695720053823341>>. Acesso: 16/10/2019.

Mesmo sem equipe, a rádio Brisa abre espaço para entrevistar personalidades políticas, da área de segurança pública, moradores que foram destaque na mídia comercial, como o morador da Rocinha e ex-participante do programa televisivo, *Big Brother Brasil* (BBB), da Rede Globo de televisão, Danrley Ferreira. Aqui, observa-se um misto de rádio comercial com rádio comunitária, pois a Rádio Brisa faz campanhas para distribuição de cestas básicas, distribuí ingressos para teatro, cobra das empresas serviços como água e luz.

A sede da Brisa fica aberta para receber documentos que foram encontrados e os entrega para os que procuram; divulga desde animal perdido a cadastro para benefícios do Governo. Mesmo sem mão-de-obra qualificada e sendo realizada sozinha pelo Elias Lira, a rádio funciona. Elias demonstrou desânimo durante a entrevista, alegando que faltam pessoas para ajudá-lo e afirma que pensa em ter “voluntários” da faculdade. Mas, deixa implícito de que não pretende abrir as portas para o que ele classifica como “qualquer um” ou para quem queira “se promover”.

Aderlandia de Araújo (pergunta): - Mas, se algum morador quiser vir fazer algum programa aqui (referindo à rádio Brisa) quiser trazer alguma coisa, você recebe?

Elias Lira Guilherme: não receber ... não é quem quiser vai entrar não é qualquer um, não vou deixar qualquer maluco chegar aqui e fazer o que quer. Tem que passar por uma triagem comigo, conversar comigo, para ver se eu se eu acho se ele é apto, tá entendendo? Mas eu gostaria que tivesse uma grade aqui, voltasse a grade todinha. (GUILHERME, Elias Lira. Informações colhidas em entrevista a autora em 02 de agosto de 2019).

Não há um plano de negócios para a rádio, com contratação de pessoas para o quadro de funcionários, por exemplo. A questão da violência não é um assunto que incomoda o Elias, que disse que não uma intromissão do tráfico local em seu trabalho.

Outro aspecto, é das histórias de rádios locais que aguardam a outorga e são fechadas pela ANATEL, lacradas, passam por humilhação e vergonha ao serem “enquadradas” como marginais.

A Brisa nunca passou por uma situação semelhante e já foi cenário de entrevistados na área de segurança pública como o ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Beltrame; a ex-delegada e deputada Estadual, Martha Rocha; profissionais como sargentos e políticos. Será que a localização influencia no serviço de fiscalização da ANATEL? Ou, será que a Agência Nacional de Telecomunicações faz escolha aleatória acerca de quais rádios passarão por tal trauma?

Silva (2007) afirma que a rádio sustenta Elias. Mas, depois de 12 anos, Elias disse em entrevista que “morreria de fome” se dependesse da Brisa para sobreviver. Contudo, durante a programação, há várias divulgações locais, de comércios da Rocinha.

A Rádio Brisa não deixou de funcionar e agora, navega na onda da tecnologia para se estabelecer, pois, outras mídias de comunicação crescem na Rocinha, localidade múltipla de atividades, artistas, profissionais e representantes locais.

Elias lida bem com a questão da existência de várias outras rádios e veículos de informação na Rocinha. Em entrevista, Elias afirma que “os outros veículos de comunicação não são concorrentes”. Apesar de ser gritante a diferença de fãs em páginas que representam a Rocinha. Brisa, 1.500 (hum mil e quinhentas pessoas); Rocinha em Foco (Mais de 100 mil pessoas); Fala Roça (Mais de 13 mil pessoas), Rádio Rocinha (mais de 8 mil pessoas); Elias Lira tem buscado estar presente com vídeos exibidos em sua fanpage do Facebook, e estar “ao vivo” em lives pelo Facebook para as pessoas. Contudo, ele não trabalha com roteiro, não organiza suas perguntas, o que prejudica a qualidade de seu trabalho.

Uma extrema necessidade para a Rádio Brisa é a formação de pessoas. Elias Lira, apesar de se preocupar com as entrevistas e de levar aos moradores da Rocinha os assuntos mais pertinentes a eles, poderia refazer a programação diária da Rádio, abrir o espaço para moradores e novos artistas, tornar mais “comunitário” o espaço de comunicação da Brisa. O próprio Elias demonstra uma certa dificuldade com as novas tecnologias, e em dirigir seus vídeos de forma mais profissional.

É interessante notar que toda rádio livre pode ser comunitária, mas nem toda rádio comunitária é uma rádio livre. Tais responsabilidades adquiridas para chegar ao processo de solicitação de outorga, faz com que muitos desistam no meio do caminho. E acredito que esta seja a forma pela qual a Brisa segue, com passos comerciais na programação, mas sendo o mais social possível para a Rocinha. De um lado, apresentando tendências políticas a favor da prefeitura do Rio de Janeiro, e por outro lado, enraizada na comunidade, falando de igual para igual, tentando melhorar as mazelas da localidade e ajudando como pode em várias difíceis situações de infraestrutura da comunidade.

Há de se melhorar a questão comunicacional, abrir a programação para jovens comunicadores, artistas locais, grupos culturais, ações sociais da própria comunidade, fazendo valer a sua pluralidade da melhor forma possível.

Para finalizar, num ano atípico (2020), em meio à tantos episódios como pandemia da covid19 entre otros acontecimientos, prevaleceu minha vontade de escrever sobre algo que cumprisse um papel comunicacional (minha formação); que além da pesquisa e estudo para esta dissertação, este trabalho que fica registrado academicamente, possa também fomentar melhoria para a Rádio Brisa e para todas as outras. Para tanto, elaboramos um produto além da dissertação, e incluída nela, qual seja, o Manual Para Rádios Feitas em Comunidades.

O Manual apresenta aos interessados o conceito de Rádios Comunitárias, e visa dar “dicas” importantes para quem quer mergulhar no universo de uma rádio comunitária. O objetivo foi o de indicar as melhores formas de produzir uma programação radiofônica, quais técnicas devem ser utilizadas. , Pensou-se em produzir algo que pudesse auxiliar a Rádio Brisa, novos colaboradores, que estivesse disponível online, na internet, para acesso irrestrito. Espero que este manual seja utilizado e que auxilie realmente muitos. Como se diz: “que façam bom proveito!”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago D'angelo Ribeiro; SILVA, Luiz Claudio Custódio. O Papel da Rádio Comunitária na Formação das Identidades Culturais na Juventude. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB; Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Campina Grande - PB - 10 a 12 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/r23-0902-1.pdf>>, acesso em: 23/11/2018.

BBC BRASIL, GOMEZ, Rafael. Morador da Rocinha tem seu próprio jornal, rádio e Tv - 03/12/2002. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021128_comunicacaoorg.shtml> 22 de fevereiro de 2018.

BERTI, Orlando Mauricio de Carvalho. Rádios comunitárias na Internet. **Usos e novas construções contemporâneas para a produção comunicacional sonora.** Intercom – 05 a 09 de setembro de 2016. Disponível em: / GT 6 - Rádio – 1996. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0561-1.pdf>>, acesso: 23 de novembro de 2018.

BIANCO, Nélia R. Del. Tendências da programação radiofônica nos anos 90 sob o impacto das inovações tecnológicas - XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/7651933da05f2c7fb88d557ecf72659a.pdf>>, acesso em: 20 de junho de 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em: 20/03/2018.

_____. Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm> Acesso: 23 de novembro de 2018.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Cartilha de Radiodifusão Comunitária, disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/comunicacao/arquivos/RadiofusaoComunitaria/Cartilha/Cartilha_Radcom.pdf, acesso: 20/08/2018.

BRITTOS, Valério C. Indústria cultural: conceito, especificidades e atualidade no capitalismo contemporâneo. In: BRITTOS, Valério C.; CABRAL, Adilson. Economia Política da Comunicação: interfaces brasileiras. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 37-56. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=kdVHpaVRhwC&lpg=PP1&dq=Economia%20Politica%20da%20Comunicacao&hl=pt-BR&pg=PP1#v=snippet&q=unilateral&f=false>>, acesso em 07/11/2018.

CABRAL Filho, Adilson Vaz. AMARAL, Emanuele. Comunicação Comunitária: para além do Terceiro Setor; XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã – Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/midiacidada2017/files/2018/10/Comunica%C3%A7%C3%A3o-Comunit%C3%A1ria.pdf>>, acesso em: 23/11/2018.

_____. Radiodifusão Comunitária Aberta: **território em disputa**. Revista Eptic - Vol. 20, nº 3, setembro-dezembro. 2018 Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/10771>>, acesso em: 23/11/2018.

_____. O desenvolvimento humano e social na formulação de políticas de radiodifusão comunitária no Brasil; Intercom – 02 a 06 de setembro de 2008. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0782-2.pdf>>, acesso em: 23/11/2018.

CABRAL, Eula Dantas Taveira; Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações. Revista Eptic - Vol. 17, nº 3, setembro-dezembro. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/4298>>, acesso em: 23/11/ 2018.

CALABRE, Lia. A Era do Rádio – 2 ed. – Rio de Janeiro – Zahar Ed. 2004.

_____. A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960) - Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro, RJ – Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_LiaCalabre_Participacao_radio_cotidiano_sociedade_brasileira.pdf>, acesso: 20/10/2019.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade - São Paulo – Contexto - 2011, 219 p.

CARVALHO, Marcus Aurélio de. Rádios Comunitárias em Crise Existencial: **linguagem e afetos na era do ouvinte comunicador**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 173fl. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8159/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20MARCUS%20AUR%C3%89LIO%20DE%20CARVALHO%20-%20rev.pdf>, acesso: 25/09/2019.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008 - pp. ISBN

COSTA, Mauro Sá Rego. Hermann Jr, Wallace. Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política - Revista Lugar Comum nº 17 pg. 97-107. Disponível em: <http://uninomade.net/wpcontent/files_mf/113003120949Lugar%20Comum%2017_com-pelto.pdf>, acesso em 18/04/2019.

COUTINHO, Davison. Um olhar cultural na Rocinha. Minister, 2013.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos – ONU, 1948.

EXTRA. SOARES, Rafael. Intervenção decide extinguir 12 UPPs; **outras sete serão absorvidas por outras unidades**, disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/intervencao-decide-extinguir-12-upps-outras-sete-serao-absorvidas-por-outras-unidades-22632151.html>>, acesso: 25/01/2019.

FERRARETO, Luiz Artur Conexão – O Rádio Antes do Rádio: O Brasil como mercado para a indústria eletroeletrônica (1910-1920) – Revista Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul – v. 17, n. 33, jan./jun. 2018, p. 145-164. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/5758>>. Acesso em: 10/03/2019

FILME. Estreia do Filme Documentário “A passarela da Vida” – CineMaison, 13/07/2017. Disponível em: <<https://www.cinefrance.com.br/festivais-mostras/estreia-do-documentario-a-passeira-da-vida.335>>, acesso: 15/02/2019.

GHEDINI, Fred. Nas ondas sonoras da comunidade: A luta pelas rádios comunitárias no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Editora Gaia, 2009.

GIOVANNINI, Giovanni. Evolução na Comunicação, do sílex ao silício (Org.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

GIRANDI, Ilza, JACOBUS, Rodrigo. Para Fazer Rádio Comunitária com “C” Maiúsculo – (orgs) ROCHA, Bruno Lima [et al.]. – Porto Alegre, 2009 Disponível em<<https://webresearch.files.wordpress.com/2009/07/cartilha.pdf>>, visitado em 23/09/2019.

GLOBO, O, ROCHA, Carla. Do alto dos Morros para as passarelas, 04/09/1996 – recorte, p.? - ANEXO).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015. Colaboração especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>>. Acesso em: 10/08/ 2017.

GÖRGEN, James. Apontamentos sobre a regulação dos sistemas e mercados de comunicação no Brasil in Democracia e Regulação dos Meios de Comunicação de Massa (org.) SARAVIA, Henrique. MARTINS; Paulo Emílio Matos. PIERANTI, Octavio Penna. Rio de Janeiro: Editora FGV – 2008, p. 197- 221.

GRINBERG, Máximo Simpson (Org). A Comunicação Alternativa na América Latina. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

GUATTARI, Félix As rádios livres em direção a uma era pós-mídia (prefácio). In: MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. Rádios livres – a reforma agrária no ar. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. . Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Brasil em Números. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 26 (2018). - Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2018_v26.pdf> acesso: 15/01/2020.

IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). Gestão do Patrimônio Mundial Cultural. Brasília, UNESCO Brasil. 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual%20de%20Referencia%20%20Gestao%20do%20Patrimonio%20Mundial%20Cultural.pdf>>. Acesso em: 05 agosto de 2017.

KAPLÚN, Mario. Uruguai: participação, práxis, problema. **A experiência do cassete-foro in A Comunicação Alternativa na América Latina**. GRINBERG, Máximo Simpson (Org), Petrópolis, Editora Vozes, p. 51-72, 1987.

LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (org). **Diversidade Cultural Brasileira**. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2005

LOPES, Maria Immacolata V. **O Rádio dos Pobres: comunicação de massa, ideologia e marginalidade social**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

LORENZON, Adriane. **Poder local no ar: municipalização das RadCom's e fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil**. Brasília: Abravídeo, 2009.

LUZ, Dioclécio. **Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer Rádios Comunitárias, na intenção de mudar o mundo**. Brasília: Produção Independente, 2001.

_____. **Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas – Dissertação em Comunicação Social defendida pela Universidade de Brasília (UNB)**, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8584/1/2011_Dioclecio%20Ferreira%20da%20Lu%20z.pdf>, acesso: 15/04/2019.

MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. **Rádios livres – a reforma agrária no ar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand e MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo, Loyola, 1999.

MEDEIROS, Dérika Correia Virgulino. **Municipalização da Legislação de Radiodifusão Comunitária no Brasil: um debate e várias vozes**. Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Manaus- AM - de 4 a 7/9/2013 - Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1108-1.pdf>>, acesso: 18/04/2019.

MEDRADO, Andrea Meyer Landulpho - **Comunicação, Poder e Ciberespaço: Encontros e Desafios para o Cotidiano - Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano – nº 9 – Vol. 9 / Ago – 2016**. Disponível em:

_____. **Televisão Comunitária: Um Estudo de Caso Sobre a TV a Cabo da Favela da Rocinha**. In: **The 55th ICA Annual Conference Communication: Questioning the Dialogue**, 2005, New York. www.icahdq.org, 2005. Disponível em: <https://westminsterresearch.westminster.ac.uk/item/90709/the-waves-of-the-hills-community-and-radio-in-the-everyday-life-of-a-brazilian-favela> , acessado em 09/04/2019.

_____. Comunidade Alto-Falante: A Escuta da Rádio de Poste, os Sons do Comércio e da Vida Cotidiana em um Bairro Popular de Salvador - XXII Encontro Anual da Compós - Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1982.pdf, acessado dia 22 de novembro de 2018.

MEDRADO, Andrea Meyer Landulpho; SOUZA, Renata da Silva - A Rua como Espaço de Comunicação Comunitária: Paisagens sonoras da cidade olímpica e ecos de resistência da Maré - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ – Intercom - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, de 4 a 7/9/2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2895-1.pdf> – acessado em 23 de novembro de 2019.

MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record, 2003.

MOREIRA, Sonia Virgínia. O Rádio no Brasil, Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Brasil: alternativa popular: **comunicação e movimentos sociais** in A Comunicação Alternativa na América Latina. In GRINBERG, Máximo Simpson (Org), Petrópolis, Editora Vozes, p. 37-50, 1987.

NEUBERGER, Raquel Severo Alves. O rádio na era da convergência das mídias. Editora UFRB - Cruz das Almas, Bahia - 2012.

Disponível: <<https://blog.ufba.br/portaldoradio/files/2012/10/O-r%C3%A1dio-na-era-daconverg%C3%Aancia1.pdf>>, acesso: 13/08/2020.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani; ROCHA, José Carlos. Rádios livres. O outro lado da Voz do Brasil. 1995. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. Escuta sonora: **educação não-formal, recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias** – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. A informação no rádio: **os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PAIVA, Raquel (org.). O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling - Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão - UMESP-SP, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2005. Disponível em: https://teiasocial.mpf.gov.br/images/f/f7/Radio_comunitaria_controversias_legislacao_e_repressao.pdf, acessado em 15 de março de 2019.

_____. _____. Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil - XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 9 a 14 de setembro de 1998. GT Cultura e Comunicação Popular. Disponível em <http://bocc.ufp.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>, acesso: 09 de janeiro de 2019.

_____. Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM - Encontro Anual da Compós – PUC, Rio, de 8 a 11 de junho de

2010. Disponível em http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf, acesso 09/01/2019.

_____. Rádios Livres e Comunitárias, Legislação e Educomunicação, Revista de Economia Política *de las Tecnologías de la Información y Comunicación* (www.eptic.com.br), vol. XL, n.3, sep.-dic./2009. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/98>>, acesso 09 de janeiro de 2019.

_____. “Rádio Comunitária, educomunicação e desenvolvimento”. In: O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. (org.) Raquel Paiva. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2007. p.69-94.

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas públicas para radiodifusão e imprensa. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

PORTO, Cristiane de Magalhães. Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica. In: PORTO, Cm, BROTAS, Amp., and BORTOLIERO, St (orgs). Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 93-122. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/y7fvr/pdf/porto-9788523211813-06.pdf>, acessado em 25 de novembro de 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Org.). Mídia e Memória, Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.

RÔA, Abner; GOMES, Gracielly Soares; SANTOS, Rita de Cássia Domingues dos. Os Meios de Reprodução Musical na Era da Internet. - Universidade Federal de Mato Grosso - Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1282-1.pdf>, acesso: 03/10/2019.

SANTOS, Rodolpho Raphael de Oliveira. Rádios comunitárias do surgimento aos dias atuais: **uma nova realidade**. Comunicação & Mercado, Revista Internacional de Ciências Sociais Aplicadas na UNIGRAN. V1, nº2, jul-dez. 2012 – p. 112-117. Disponível em < <https://tinyurl.com/yb9mco78>> , acesso: 28/11/2019.

SARTORI, Carlo. GRAZZINI, Enrico. O rádio, um veículo para todas as ocasiões, in GIOVANNINI, Giovanni. Evolução na Comunicação, do sílex ao silício (Org.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 212-245, 1987).

SILVA, Renata Nogueira. Rádio Brisa: Ecos e Sons da Favela da Rocinha. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2140>, acessado em 25 de novembro de 2018.

SILVEIRA, Paulo Fernando. Rádios Comunitárias, Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. O sequestro da fala comunitária. Revista Científica Internacional Inter Science Place v. 1, n. 1 (2006) Disponível em: <<http://www.interscience-place.org/isp/index.php/isp/article/view/3/2>> Acesso em 23/09/2019.

SOMENSI, Jovana de Fátima. OTA, Daniela. Rádios Comunitárias e Representação Local. **A Licença para a Produção Interativa e suas consequências para o Desenvolvimento Local**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0469-1.pdf>, acesso: 15/10/2019.

SORJ, bernardo. Brasil@povo.com, **a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**.

TORO, Luis Del. JARAMILLO, Leticia. México: “Operação Bucaneiro”, **uma alternativa em comunicação** in A Comunicação Alternativa na América Latina. (org) GRINBERG, Máximo Simpson, Petrópolis, Editora Vozes, p. 73-90, 1987.

URBANOS, Diálogos. ARAÚJO, Moreira – Geleia da Rocinha – **A Borboleta que quebrou as algemas** – Revista nº01, abril de 2009, pg. 10 e 11.

VARGAS, Alex Luiz Barros, Fala Manguinhos: **A Construção de uma Agência de Comunicação Comunitária em Favelas e Conjuntos Habitacionais Cariocas** – CPDOC, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16655>, acessado em 15 de maio de 2019.

VICÁRIO, Fernando in Políticas Culturais: olhares e contextos/ (org). Lia Calabre; tradução Carmen Carballa; revisão Samantha Arana; Texto Antonio Albino Canelas Rubin et al. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2015 – pg. 22 - 31.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Preâmbulo

CONSIDERANDO que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

CONSIDERANDO que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade,

CONSIDERANDO ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

CONSIDERANDO ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

CONSIDERANDO que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

CONSIDERANDO que os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades,

CONSIDERANDO que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A **Assembléia Geral das Nações Unidas** proclama a presente "**Declaração Universal dos Direitos do Homem**" como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

I) Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

II) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3

Todo o homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos estão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5

Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6

Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8

Todo o homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10

Todo o homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11

I) Todo o homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.

II) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo 13

I) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

II) Todo o homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo 14

I) Todo o homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

II) Este direito não pode ser invocado em casos de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

I) Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

I) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

II) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

III) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 17

I) Todo o homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo 18

Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a

liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo 19

Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Artigo 20

- I) Todo o homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
- II) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21

- I) Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- II) Todo o homem tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
- III) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo 22

Todo o homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Artigo 23

- I) Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- II) Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- III) Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
- IV) Todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo 24

Todo o homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo 25

- I) Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
- II) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26

- I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
- II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
- III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo 27

I) Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

II) Todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo 28

Todo o homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo 29

I) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Regulamento

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

~~Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), modificada pelo [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e demais disposições legais.~~

~~Parágrafo único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição Federal](#).~~

~~Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais disposições legais. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.143-32, de 2001](#))~~

~~Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço, o Poder Concedente expedirá licença de funcionamento, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.143-32, de 2001](#))~~

~~Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais disposições legais. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#))~~

~~Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no [art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição](#), sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#))~~

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária. [\(Vide ADIN Nº 2566\)](#)

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

~~Parágrafo único. A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.~~

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. [\(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002\)](#)

Art. 6º-A. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º A autorizada com funcionamento em caráter precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º Não havendo solicitação de renovação da outorga no prazo previsto no caput deste artigo e não havendo resposta tempestiva à notificação prevista no art. 6º-B, o Poder Concedente aplicará a preempção, nos termos da legislação vigente. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

Art. 6º-B. A autorizada de serviço de radiodifusão comunitária que não apresentar o pedido de renovação de outorga no prazo previsto no caput do art. 6º-A será notificada pelo Poder Concedente, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão sem o recebimento da notificação pela entidade ou sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 2º A autorizada com funcionamento em caráter precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 3º Na hipótese prevista no caput deste artigo, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo as regras do art. 59 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 4º A aplicação da sanção prevista no § 3º não será elidida caso a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 5º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo intempestiva a resposta, o Poder Concedente aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 6º Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 7º Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de promulgação desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

§ 8º As entidades que se encontram com a autorização vencida e que não apresentaram nenhum requerimento de renovação, terão o prazo de sessenta dias para encaminhá-lo, contados da data de publicação desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos: I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;

II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do Serviço;

III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO
Sergio Motta

HENRIQUE

CARDOSO

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.2.1998

ANEXO 3

Texto Introdutório:

Este questionário faz parte do trabalho da minha dissertação de Mestrado cujo tema é " Entre acervos e memórias - Rádio na comunidade: do poste à internet - a Rádio Brisa na Rocinha." Não é solicitado identificação para as respostas, mas peço que elas sejam mais verdadeiras possíveis para que o cruzamento de dados seja fidedigno às opiniões dos moradores da Rocinha. Agradeço desde já! Aderlandia de Araújo Moreira (Landa).

1. Idade:

2. Sexo:

3. Mora em qual local da Rocinha? _____

4. Você escuta a programação da rádio Brisa?

SIM _____ NÃO _____

5. Caso sim, você a acompanha através de qual (ou quais) meio (s) de comunicação?

1. – Pelo rádio, dial 101,7
2. – Pelas Caixinhas de Poste da Via Ápia
3. – Ouço Pela Internet, no site da Rádio Brisa
4. – Acompanhamento pela página do Facebook

6. O que você acha do funcionamento da rádio Brisa na Rocinha?

Muito Bom _____ Bom _____ Ruim _____
Péssimo _____ Sem Opinião sobre o assunto _____

7. Quantos programas da Rádio Brisa você ouve diariamente?

- _____ Um
_____ Mais de Dois
_____ Ouço toda programação
_____ Só ouço a rádio quando passo pela Via Ápia
_____ Não ouço a Rádio Brisa

8. Qual (ou quais) programa (s) você mais ouve da Rádio Brisa?

9. Por que a escolha deste programa?

10. Você já ouviu alguma divulgação da Rádio Brisa sobre oportunidades (emprego, eventos, ingressos gratuitos) na Rocinha?

Sim _____ Não _____ Não me lembro _____

11. A Rádio Brisa apoia moradores em relação à falta de água, luz e outros. Recebe documentos perdidos da Rocinha para entrega, divulga oportunidades de inscrição para bolsas de estudo e outros. Já utilizou a rádio Brisa para algum tipo de serviços?

Sim _____ Não _____

12. Caso a resposta anterior tenha sido sim, qual o tipo de serviço?

- _____ Reclamação falta de água
- _____ Reclamação falta de luz
- _____ Reclamação do serviço de telefonia
- _____ Reclamação do serviço de internet
- _____ Aviso da perda de documentos pessoais
- _____ Entrega de documentos perdidos
- _____ Recibo dos documentos pessoais e perdidos
- _____ Descontos ou convites para eventos externos
- _____ Inscrições gratuitas para cursos, escolas ou aulas outros

13. Em sua opinião, o que a Rádio Brisa deve realizar dentro da Rocinha que não realiza?

- a) Mais promoções de eventos _____
- b) Abrir a programação para a participação dos moradores _____
- c) Divulgar mais oportunidades de emprego _____
- d) Divulgar mais oportunidades em cursos e aulas gratuitas na Rocinha _____
- e) Divulgar mais serviços públicos como inscrições nas redes de educação do município e Estado _____
- f) Acho que ela faz um bom trabalho de divulgação _____

14. A Rádio Brisa tem 21 anos de existência na Rocinha. Você acha que ela contribui para a história da Rocinha?

SIM _____ NÃO _____

- 15. Você acha que podemos afirmar que a Rádio Brisa influenciou na construção da história da Rocinha? Explique sua resposta.**

- 16. Caso queira contribuir com mais alguma informação opinião sobre a rádio brisa utilize esse espaço**

ANEXO 4

Entrevistas:

1. Entrevista Elias Lira Guilherme, presidente da Rádio Brisa Informações colhidas em entrevista presencial à autora, na Estrada da Gávea, 554 – Sede da Rádio Brisa. Agosto de 2019. Vídeos da entrevista disponível online, pelo blog do projeto: <http://radionacomunidade.wordpress.com.br/>

Figura 21 Entrevista Elias Lira na Rádio Brisa



Fonte: Foto acervo da autora no dia da entrevista (2019)

ANEXO 5

Entrevista:

- 2. Entrevista Fabiana Rodrigues, fundadora da fanpage do Facebook, Rocinha em Foco, com mais de 100 mil curtidas. Informações colhidas em entrevista à autora, perguntas enviadas via aplicativo WhatsApp, em fevereiro e março de 2020.**

- 1. Nome, qual órgão representa e qual título (função) exerce no órgão?**

Fabiana Rodrigues / fundadora

- 2. Como o Rocinha em Foco atua na Rocinha?**

Dando notícia do dia a dia da comunidade e fazendo ações sociais.

- 3. São mais de 100 mil curtidas na página do Facebook e 21 mil seguidores no Instagram. Ao que você atrela o sucesso do Rocinha em Foco?**

Acho que pela Autenticidade, verdade e respeito que passamos na página. Além de ser um canal onde a todo momento está conectado com os leitores e dando voz aos moradores da comunidade.

- 4. Quais assuntos que o Rocinha em Foco aborda e os moradores mais participam?**

Falamos sobre tudo, desde o trânsito, esgoto a céu aberto, postes caindo, até história de moradores, pedidos de ajuda, achados e perdidos, anúncios de comércio, entre outros. Eles interagem em tudo. Principalmente quando são posts para algum tipo de ajuda e entrevistas com moradores.

- 5. O Rocinha em Foco apoia os grupos e atividades culturais locais?**

Sim, sempre que as agendas batem, estamos presente em algum evento para noticiar e apresentar aos nossos leitores as atividades. Que existem em nosso bairro.

- 6. Há uma divulgação dos mesmos no Rocinha em Foco?**

Sim

- 7. Você conhece a Rádio Brisa? Em algum momento vocês já trabalharam em parceria?**

Conheço. Nunca trabalhamos juntos.

- 8. Você acha que a Rádio Brisa exerce o papel de comunitária, abrindo sua programação a todos os moradores, dando oportunidade a difusão de ideias dos moradores?**

Não ouço rádio, não sei sua programação ou como funciona, então não posso falar sobre.

- 9. A Rádio Brisa te influenciou a pensar em seus projetos de comunicação na Rocinha?**

Como havia dito, nunca ouvi a rádio. O Rocinha em Foco surgiu após um deslizamento em 2010 na área que moro, no *Laboriaux*. Após todo sofrimento que passamos por anos com o descaso do poder público e a tentativa de remoção dos moradores do local, surgiu o Rocinha em Foco. Para dar voz e cobrar nossos direitos. Fui influenciada pela dor, por subir e descer em manifestações na porta da prefeitura, participar de reuniões e abaixo assinado, para que na época o Eduardo Paes, então prefeito. Ouvisse nosso grito.

- 10. Como moradora da Rocinha, você já ouviu em algum meio de divulgação da rádio Brisa o auxílio aos moradores na solicitação de serviços ou de cobrança na resposta das empresas (luz, água, telefone, internet)?**

Então... essa pergunta eu não vou saber te responder porque eu não ouço, né? Eu... eu lembro quando eu era menor, que eu passava pela Via Ápia e ouvia sim umas músicas tocando no poste e tudo, mas eu nunca parei para ver, se tinha... se eles falavam a respeito disso, cobrança dos serviços aqui na Rocinha (Resposta em áudio).

11. O Rocinha em Foco tem um número de seguidores expressivos nas redes sociais. Você acha que a internet e os veículos de mídia online substituirão na Rocinha a rádio de poste, como a Brisa?

Então, se a rádio comunitária não buscar inovar e se integrar as redes sociais, acredito que sim.

12. Você acha que os moradores deixaram de ouvir a Rádio Brisa pelo dial FM após a criação de outros veículos de comunicação online na Rocinha?

Acredito que sim

13. Em relação a serviços básicos como luz, água, transporte, entre outros, quais os maiores anseios dos moradores que solicitam o apoio do Rocinha em Foco?

Não só a falta de água, mas o descaso da CEDAE em passar informação atualizando a população sobre a falta de água. E a questão da desordem urbana. Onde órgãos da prefeitura fecham os olhos para estacionamento irregular e calçadas tomadas de barracas.

14. As mídias locais da Rocinha conversam entre si? Ocorrem reuniões ou projetos participativos?

Nos conhecemos e quando um ou outro necessita de alguma informação, trocamos ideia sim! Reuniões, projetos juntos ou participativos, não. Mas seria muito legal.

15. Em sua opinião, quais os pontos positivos da Rádio Brisa?

Não posso opinar. Pois não ouço.

16. Em sua opinião, há pontos que devam melhorar na Rádio Brisa?

Sem resposta

17. Em 7 anos de existência e um sucesso de seguidores como mídia da Rocinha, quais os princípios do Rocinha em Foco para este sucesso?

A verdade que transmitimos, o respeito, a responsabilidade e amor pelo que fazemos e para quem fazemos.

18. Quais os desafios de ter um veículo de mídia online na Rocinha?

Sem resposta

19. Como é o perfil dos moradores da Rocinha? Você acha que eles contribuem com a comunicação comunitária?

É um perfil bem dinâmico, participativo e sim! Eles contribuem muito. Não só interagindo, mas ajudando com informações de acontecimentos em locais que eu não posso estar no momento.

ANEXO 6

3. Entrevista:

Fernando Ermiro da Silva, sou morador da Rocinha, historiador, Desde 2007, Coordenador do Museu Sankofa - Memória e História da Rocinha.

Entrevista feita por e-mail.

Encaminhamento da resposta na íntegra

----- Forwarded message -----

De: Fernando Ermiro <fernando.urucu@gmail.com>

Date: qua., 29 de jan. de 2020 às 22:40

Subject: Landa Araujo

To: Landa Araújo <landaaraujo@gmail.com>

1. Qual o seu nome, título e qual instituição representa (qual o cargo que exerce)?

Meu nome é Fernando Ermiro da Silva, sou morador da Rocinha, graduado em história e sou um dos coordenadores do museu Sankofa memória e história da Rocinha, desde 2007.

2. Para você, como historiador e morador da Rocinha, como as mídias locais ajudam a Rocinha?

As mídias locais tem um papel duplo: podem ajudar na divulgação e cobertura que as mídias externas não cobrem por falta de interesse, ou por preconceito ou pelo discurso da segurança que esconde a discriminação forte, alegando não poder entrar nas favelas.

Mantém a população local a par do que está acontecendo na região e daquilo que realmente toca suas vidas.

Por outro lado podem reforçar estereótipos ao tentar fazer cobertura como a cidade gostaria de ver, essa mimese leva ao afastamento da identidade local, torna exótico o próprio modo de vida e tenta impor a favela um olhar que se imagina universal mas que não atende os anseios locais.

3. Você conhece a Rádio Brisa?

Sim, conheço a rádio Brisa, há anos.

4. Em sua opinião, qual representatividade ela tem dentro da Rocinha?

No meu ver ela se identifica com a Rocinha, com sua gente

.

Sua linguagem acessível sem ser desejar ridicularizar os ouvintes, sua inserção na vida política interna mantendo a saúde da democracia.

E os anos no ar, isso gera muita empatia junto ao público.

5. Podemos considerar que a rádio Brisa, incluindo a rádio de poste, faz parte da memória da Rocinha?

Com toda certeza a rádio Brisa integra a memória da Rocinha. Memória se faz no cotidiano, depois vira história.

Essa é a característica da rádio Brisa, nasceu com apreensão de prestar serviço e comunicação, dia após dia, ano após outro, suas transmissões diárias levaram a rádio a se tornar parte da história da Rocinha.

6. Qual a sua primeira lembrança em relação à rádio Brisa?

Minha primeira lembrança vem de muitos anos quando ela tocava nos postes da Via Ápia, 1900 e fumaça.

7. Pode ser afirmado que a Rádio Brisa é uma identidade da Rocinha?

100%. A rádio Brisa se confunde com a história da Rocinha, guardada a proporção de idade, mas desde que existe rádio na Rocinha existe a rádio Brisa.

8. Há algo que ela deveria melhorar para que fosse refletida na comunidade?

Talvez equipamentos mais potentes para acompanhar na enormidade da favela da Rocinha, a parte humana não deveria mudar nada.

9. Qual o objetivo do Museu Sankofa?

O museu Sankofa memória e história da Rocinha trabalha na questão do direito a memória social, todo trabalhador tem direito a ter sua história contada a partir de suas memórias, de sua narrativa.

O museu não conta história seria muita pretensão nossa, o museu ouve, salvaguarda e transmite histórias de gente. E com isso busca contribuir para a formação de uma identidade favelada: criativa, solidária, coletiva.

10. Me diga três importantes fatos para uma “mudança” ou interferência (pode ser social, estrutural ou política) na Rocinha?

Educação é bonito, cultura é bacana e memória é lindo, mas nada disso te prende a terra, a mudança só virá com o título de propriedade da terra onde essa pessoa vive há 100 anos.

Daí teremos literatura favelada, ficção favelada e assim por diante. Mas só a partir da segurança mínima para esse cidadão.

11. Quais os maiores desafios de resgatar a memória da Rocinha?

O maior desafio está na organização interna do museu.

O povo está lá, as memórias e experiências estão lá, as histórias querem ser contadas.

O povo fez e faz a sua parte, agora cabe ao museu essa escuta ativa, essa salvaguarda da memória e fazer fruir essas histórias.

12. Você acha que a rádio de poste e o dial FM da Rádio Brisa, existentes na Rocinha, podem ser substituídos pela internet?

Não. Não creio. O rádio tem uma mística coletiva, podemos ouvir juntos a rádio, podemos varrer a casa com rádio ligado, a gente pode cozinhar ouvindo programas ou música no rádio.

Diferente da internet, que me parece uma tecnologia irresistível, mas é individual, telas que cabem na mão, não podem ser divididas, não é o propósito da internet.

A rádio te libera, a internet te prende.

13. Como você enxerga o avanço das mídias da Rocinha daqui a 5 anos?

Espero que elas cresçam, aumentem sua potência, melhorem seus equipamentos.

Mas precisam manter sua identidade, sua comunicação local identificada com seu público.

Espero que estejam todas na FM, se for bom para elas, eu acho a frequência melhor.

ANEXO 7

4. Entrevista:

Michel Silva, presidente de comunicação do Fala Roça. Informações colhidas em entrevista à autora, perguntas enviadas via aplicativo WhatsApp, em fevereiro de 2020.

1. Nome, qual órgão representa e qual título (função) exerce no órgão?

Michel Silva, Fala Roça. Formalmente sou o presidente da associação de comunicação, entretanto, como somos um coletivo de comunicação local, exerço múltiplas funções.

2. Como o Fala Roça e o Viva Rocinha atuam na Rocinha?

Michel Silva: O Viva Rocinha foi descontinuado entre 2011 e 2012. Atualmente, coordeno o Fala Roça e Favela em Pauta. O Fala Roça atua na área de jornalismo local com produção de reportagens e conteúdo para redes sociais. O Fala Roça é diferente das páginas de redes sociais porque assume uma imagem de veículo de comunicação com linha editorial, distribuição de tarefas, além de ser formalizado nos órgãos públicos. O Fala Roça produz conteúdo jornalístico desde sua fundação em 2013.

3. Além do Fala Roça e do Viva Rocinha, em quais veículos de comunicação da Rocinha ou sobre favela você atua?

Atuo também no Favela em Pauta.

4. Vi que você promoveu o Mapa Cultural da Rocinha, mas ele está com um “erro” para pesquisá-lo online. Você lembra quantos grupos e atividades culturais conseguiu mapear?

O mapeamento foi feito com a ajuda de um smartphone comum usando o Google Maps para obter a latitude e longitude. Depois de percorrer a Rocinha por uma semana, conseguimos mapear cerca de 100 projetos, ações e espaços culturais.

5. Você conhece a Rádio Brisa? Em algum momento vocês já trabalharam em parceria?

Conheço a Rádio Brisa, mas o Fala Roça nunca teve parceria.

6. Você acha que a Rádio Brisa exerce o papel de comunitária, abrindo sua programação a todos os moradores, dando oportunidade a difusão de ideias dos moradores?

Eu não acompanho a programação da rádio Brisa, portanto, não posso opinar com segurança sobre ela. Mas creio que ela faz o papel de rádio comunitário apesar de ter interesses comerciais (o que é necessário para sobreviver de qualquer projeto). Não sei se a rádio promove a difusão de ideias, pois nos últimos anos vi poucas pessoas fazendo programa lá. A última pessoa que lembro que participou (tinha programa) foi Allan Jorge. Ele faleceu na última guerra que assolou a Rocinha.

7. A Rádio Brisa te influenciou a pensar em seus projetos de comunicação na Rocinha?

Não, pois eu pensei no impresso e digital. Montar uma rádio é custoso e não tenho interesse no rádio.

8. Como morador da Rocinha, você já ouviu em algum meio de divulgação da rádio Brisa o auxílio aos moradores na solicitação de serviços ou de cobrança na resposta das empresas (luz, água, telefone, internet)?

Sim, já ouviu há muito tempo nas caixas de postes. Mas não sei se alcança os órgãos públicos por se tratar de uma rádio local.

9. O Viva Rocinha, também projeto seu e de sua irmã, tem um número de seguidores expressivos no Facebook. Você acha que a internet e os veículos de mídia online substituirão na Rocinha a rádio de poste, como a Brisa?

Seguidores de *Facebook* não quer dizer que seu projeto tenha sucesso garantido. A métrica que pode ser feita é saber se as pessoas andam lendo o que é publicado no site. O *Facebook* é feito apenas para propagar o conteúdo publicado no site. A rádio de poste na Rocinha não tem mais o alcance que tinha há anos. Rádio de poste funciona em favelas menores. A Rocinha é muito grande para ter somente uma rádio de poste. E não faço ideia qual é o perfil ouvinte da rádio Brisa.

10. Você acha que os moradores deixaram de ouvir a Rádio Brisa pelo dial FM após a criação de outros veículos de comunicação online na Rocinha?

A facilidade de obter informação online afastou as pessoas de obter informações por meios mais antigos como o rádio e impresso. Os veículos de comunicação na Rocinha possuem perfis de atuação diferentes. Além disso, as pessoas que coordenam possuem perfis e interesses distintos.

11. As mídias locais da Rocinha conversam entre si ocorrem reuniões ou projetos participativos?

Não existe nenhuma comunicação entre os meios da Rocinha. Esse problema também se estende para os meios de favelas como um todo. Ver meu artigo em <https://www.favelaempauta.com/michel-silva-os-meios-de-comunicacao-das-favelas-precisam-se-unir/>

12. Em sua opinião, quais os pontos positivos da Rádio Brisa?

Não posso opinar por não acompanhar a rádio.

13. Em sua opinião, há pontos que devam melhorar na Rádio Brisa?

Não posso opinar por não acompanhar a rádio.

15. Quais os desafios de ter um veículo de mídia online na Rocinha?

Ter um veículo online é fácil. Difícil é manter, produzir conteúdo porque você compete diariamente com a mídia hegemônica e o WhatsApp. O desafio de produzir jornalismo na Rocinha é saber o que abordar, como abordar. Dependendo do assunto, nem tudo vira matéria. Na questão impressa, os empreendedores não têm visão de marketing e não investe um valor na divulgação da marca.

17. Como é o perfil dos moradores da Rocinha? Você acha que eles contribuem com a comunicação comunitária?

É difícil traçar perfil dos moradores. Mas é dado que se informam pela internet, principalmente em redes sociais. O WhatsApp lidera por conta de grupos. O Fala Roça vem obtendo bons resultados dependendo da matéria publicada e a divulgação dela nas redes sociais. Assuntos de interesse público tem maior alcance. Ultimamente, a cobertura das obras do governo tem gerado interesse na população.

ANEXO 8

Figura 22 Matéria, grupo Dreams Models



Fonte: Arquivo pessoal da autora - Matéria, grupo de desfile da Rocinha: *Dreams Models* – *Jornal O Globo*, 04/08/1996 - **Do Alto dos morros para as passarelas**

Oitenta jovens que sonham entrar no concorrido mundo da moda fazem curso de modelo na Rocinha – Por: Carla Rocha